



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

Clarissa do Nascimento Peixoto

**Hegemonia, Jornalismo e Conhecimento:**  
possíveis leituras sobre práxis contra-hegemônica

FLORIANÓPOLIS  
2019

Clarissa do Nascimento Peixoto

**Hegemonia, Jornalismo e Conhecimento**  
possíveis leituras sobre práxis contra-hegemônica

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de mestra em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Pantoja Lima.

Florianópolis

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P379h Peixoto, Clarissa do Nascimento.  
Hegemonia, Jornalismo e Conhecimento: possíveis leituras sobre  
práxis contra-hegemônica / Clarissa do Nascimento Peixoto. – 2019.  
133 f.: 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em  
Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis,  
2019.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Pantoja Lima.

1. Jornalismo. 2. Conhecimento. 3. Práxis Contra-Hegemoônica. I.  
Título. II. Lima, Samuel Pantoja.

CDU 070

Bibliotecário responsável: Lucas Oliveira da Silva CRB10/2237.

Clarissa do Nascimento Peixoto

**Hegemonia, Jornalismo e Conhecimento**  
possíveis leituras sobre práxis contra-hegemônica

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Jacques Mick  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Raúl Burgo  
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final do trabalho** de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Jornalismo.

---

Prof. Dra. Cárilda Emerim  
Coordenadora do Programa do Pós-Graduação em Jornalismo

---

Prof. Dr. Samuel Pantoja Lima  
Orientador

Florianópolis, 06 de dezembro de 2019.

À Terezinha e à Helena.

## AGRADECIMENTOS

Às mulheres que me ajudaram a chegar até aqui: Helena Peixoto, Terezinha Peixoto, Cristiani Peixoto, Laís Peixoto, Claudia Peixoto, Ana Claudia Araújo, Míriam Santini, Jeane Adre, Sílvia Medeiros, Cris Brasileiro, Cris Mare, Kelly Vieira, Carmen Luiz, Simone Lolatto, Tami Vieira, Marcela Cornelli, Márcia Vieira, Paula Zarth, Silvia Agostini, Priscila Lopes, Elaine Tavares, Kélen Oliveira, Leidiane de Santana, Stela Morais, Vera Lúcia, Fátima Regina, Betina Almeida, Rita Biachi, Luzia Warmling, Lenemar Pedroso, Deisi Scunderlink, Lelê Capistrano, Karol Klimesch, Dieine Gomez, Ana Carla Pimenta, Patrícia Lima, Tania Giusti e Amanda Vinhola.

Aos homens também: Samuca Lima, André Ruas, Josemar Sehnem, Jacques Mick, Aldo Schmitz, Raúl Burgos, Rogério Christofoletti, Gustavo Zonta, Sullyvan Eduardo, Michel Sandes, Rubens Lopes, Nicolás David, Rafael Link e Eder A. dos Santos.

Ao OBJETHOS; à turma de 2017 do PPGJOR/UFSC e à turma de Teoria da Hegemonia PPGSP/UFSC (2019/1). Aos professores e colegas do PPGJOR/UFSC. À universidade pública brasileira. À representação discente e às entidades estudantis.

Ao Sindprevs/SC; ao Núcleo Piratininga de Comunicação e aos grupos de “jornalistas sindicais” que frequento no *WhatsApp*.

À camaradagem com quem compartilhei ideias e utopias. Ao jornalismo com perspectiva de gênero. Aos veículos e colegas alternativas/os, independentes, de resistência, à margem, midialivristas, blogueiras/os, *twitteiras/os*, de combate e contra-hegemônicas/os com quem compartilhei o jornalismo e o ativismo desde 2003.

“Depois, mal o sol acabou de nascer, o homem e a mulher foram pintar na proa do barco, de um lado e do outro, em letras brancas, o nome que ainda faltava dar à caravela. Pela hora do meio-dia, com a maré, A Ilha Desconhecida fez-se enfim ao mar, à procura de si mesma”

(O conto da ilha desconhecida. José Saramago, 1997).

## RESUMO

Esta pesquisa é uma exploração teórica cujo objeto de estudo é o jornalismo como instrumento de resistência ao sistema hegemônico. Busca-se, a partir das conexões entre a teoria da hegemonia de Gramsci e o jornalismo como forma de conhecimento, pensar possíveis leituras de uma práxis contra-hegemônica no jornalismo. O estudo também articula a ideia de hegemonia à concepção de conhecimento e de práxis jornalística na obra gramsciana. Apresenta uma perspectiva histórica e teórica do jornalismo, relacionando-a à ação jornalística no atual contexto hegemônico. Reflete sobre as experiências jornalísticas alternativas no Brasil, considerando o papel dos movimentos sociais e do ativismo comunicacional, da cultura digital, dos veículos alternativos e do jornalista. A partir das reflexões preliminares, pretende-se realizar nexos entre os conceitos histórico-teóricos acionados, encontrar delimitações de um campo contra-hegemônico, localizando experiências e atores contra-hegemônicos no jornalismo e a práxis por eles adotada, refletindo criticamente sobre a ideia de práxis contra-hegemônica no jornalismo.

**Palavras-Chave:** Jornalismo. Hegemonia. Práxis contra-hegemônica. Conhecimento.



## **ABSTRACT**

This research is a theoretical exploration whose object of study is journalism as an instrument of resistance to the hegemonic system. From the connections between Gramsci's theory of hegemony and journalism as a form of knowledge, we seek to think about possible readings of a counter-hegemonic praxis in journalism. The study also articulates the idea of hegemony to the conception of knowledge and journalistic praxis in the Gramscian work. It presents a historical and theoretical perspective of journalism, relating it to journalistic action in the current hegemonic context. It reflects on alternative journalistic experiences in Brazil, considering the role of social movements and communication activism, digital culture, alternative vehicles and journalists. From the preliminary reflections, it is intended to make connections between the historical-theoretical concepts triggered, to find delimitations of a counter-hegemonic field, locating experiences and counter-hegemonic actors in journalism and the praxis adopted by them, critically reflecting on the idea of counter-hegemonic praxis in journalism.

**Key words:** Journalism. Hegemony. Counter-hegemonic praxis. Knowledge.

## LISTA DE SIGLAS

POSDR	Partido Operário Social-Democrata Russo
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AI	Anistia Internacional
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
ICINFORM	Instituto de Ciências da Informação
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OAB	Comissão Pastoral da Terra, a Ordem dos Advogados do Brasil
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização não governamental
PCI	Partido Comunista Italiano
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2 HEGEMONIA E JORNALISMO</b> .....	<b>16</b>
2.1 HEGEMONIA: UM PERCURSO TEÓRICO.....	17
2.2 TEORIA DA HEGEMONIA GRAMSCIANA .....	21
2.3 CONHECIMENTO, JORNALISMO E HEGEMONIA EM GRAMSCI.....	35
<b>3 JORNALISMO, CONHECIMENTO E HEGEMONIA</b> .....	<b>49</b>
3.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA E TEÓRICA DO JORNALISMO .....	50
3.2 JORNALISMO COMO FORMA DE CONHECIMENTO .....	66
3.3 JORNALISMO, HEGEMONIA E REALIDADE BRASILEIRA .....	73
<b>4 JORNALISMO COMO INSTRUMENTO DA LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA</b> .....	<b>83</b>
4.1 SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E PRÁXIS CONTRA-HEGEMÔNICA.....	87
4.2 A INTERNET COMO ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO DO JORNALISMO .....	93
4.3 ATORES E PRÁTICAS JORNALÍSTICAS NA PERSPECTIVA CONTRA- HEGEMÔNICA.....	101
<b>5 PRÁXIS CONTRA-HEGEMÔNICA E JORNALISMO</b> .....	<b>113</b>
5.1 CONEXÕES TEÓRICAS E POLÍTICAS PRELIMINARES.....	117
5.2 JORNALISMO COMO INSTRUMENTO DA HEGEMONIA.....	119
5.3 VEÍCULOS, JORNALISTAS E PRÁXIS JORNALÍSTICA CONTRA- HEGEMÔNICA .....	121
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>128</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>131</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A crítica ao jornalismo tradicional não se restringe a uma reação à falta de rigor diante de um conjunto de concepções teóricas. Cabe a ela observar, em uma perspectiva histórica, os interesses econômico-políticos que antecipam a atividade jornalística e a direção ideológica que funda a sua própria teoria. Nessa perspectiva, o jornalismo está condicionado à realidade material, objetiva, atuando como agente para transformá-la e sofrendo as modificações que ela impõe. É uma arena da disputa de ideias, com capacidade de influenciar a sociedade, convencendo determinada visão de mundo e estimulando certa lógica de pensamento e ação.

Na compreensão gramsciana, uma hegemonia é resultado da vontade coletiva de um bloco social dominante, articulado por uma perspectiva ideológica. No entanto, ela não é estanque: é sempre passível de resistência. Para Gramsci, diferentemente do “jornalismo burguês”, que vende a ideologia de forma subliminar, esse outro jornalismo procura revelar a ideologia dominante e atuar para a construção de uma reforma intelectual e moral na sociedade, baseada em novos valores.

Sob este aspecto, a crítica ao jornalismo hegemônico aponta para esse desvelamento da ideologia que ele expressa e para uma proposta de práxis<sup>1</sup> jornalística analítica, contextual, e que busque outro ponto de partida para a narração do fato. Permite ao indivíduo uma nova perspectiva, ampliando sua consciência sobre a realidade e o localizando no mundo.

Compreender o jornalismo a partir da chave conceitual da hegemonia requer pensar a práxis jornalística como reflexo das relações de poder e de direção ideológica da sociedade. Primeiro, porque a hegemonia se realiza em uma unidade teórico-prática, cimentada por uma ideologia que seja capaz de conformar as relações produtivas e sociais em torno de certo consenso. Depois, porque as forças que articulam um quadro hegemônico prescindem desse consenso constituído no discurso; logo, o jornalismo é espaço público importantíssimo para consolidar determinada visão de mundo e orientar uma lógica de pensamento e ação.

---

<sup>1</sup> Práxis é compreendida, neste trabalho, como síntese crítica de uma relação dialética entre teoria e prática.

Considerando as condições históricas e conjunturais, é possível que uma nova aglutinação de forças políticas e sociais se realize, reconfigurando um novo bloco histórico e rearticulando uma nova vontade coletiva, segundo a perspectiva gramsciana. O capitalismo forja cadeias hegemônicas centrais e periféricas, operando um nível de dominação e consenso amalgamados por uma ideologia do lucro, do individualismo e do consumo. Mas esse consenso não acontece sem que haja algum nível de resistência que, embora seja alvo da coerção, acumula forças para a construção de uma nova hegemonia. Seguindo esta percepção, é possível pensar o jornalismo como um instrumento de ação contra-hegemônica, na qual outras visões de mundo que se contraponham ao consenso hegemônico possam ser apresentadas à sociedade.

Do ponto de vista teórico, os valores dominantes das escolas norte-americanas e europeias foram assimilados no Brasil, onde a herança colonial e escravocrata também foi decisiva para orientar um modelo hegemônico de práxis jornalística. Moretzsohn (2017, p. 109) afirma que essa tradição é responsável por determinar a política e o cotidiano, refletindo “a ausente, ou pelo menos muito débil e episódica, participação ativa dos cidadãos na vida pública”. Para a autora, a cultura do silêncio está enraizada neste passado colonial.

Toda essa tensão social produz reflexos no jornalismo, estimulando o avanço de outros atores e canais de contestação. Em maior ou menor grau de embate, atuam balizados por elementos ético-morais da profissão, mas também por visões de mundo dissonantes daquelas reproduzidas pelo jornalismo alinhado aos interesses dominantes. Essa outra possibilidade de pensar e fazer o jornalismo é o reflexo de uma ação de resistência às ideias hegemônicas, forjada por organizações da sociedade civil, como os movimentos sociais.

No Brasil, as experiências jornalísticas que buscam se diferenciar de certo padrão estabelecido fazem parte do que se convencionou chamar de “imprensa alternativa”, também identificada como jornalismo ou veículos de jornalismo independentes, livres ou populares, entre outras nomenclaturas. O surgimento dessas iniciativas é recorrente ao longo da história; no entanto, com a internet, encontraram novas oportunidades para produzir e circular conteúdo.

Se o ponto de partida para compreender a hegemonia passa pela teoria gramsciana, é necessário enfatizar que, em sua obra, Gramsci nunca desenvolveu o

conceito de contra-hegemonia. Para o autor, o sentido de hegemonia carrega a ideia de tensão permanente, na qual é possível, por meio de novas correlações de forças, que um novo bloco histórico seja forjado, portando uma nova vontade coletiva, resultado de uma ação consciente das classes subalternas. É nesse horizonte que uma nova hegemonia pode se constituir, abarcando um conjunto mais amplo de grupos sociais.

É possível, portanto, pensar na luta contra-hegemônica como uma ação de contingência diante da hegemonia capitalista e também como um processo de acúmulo de forças para criar uma nova hegemonia. Em uma lógica hegemônica, o jornalismo aparece como instrumento para a construção de uma visão de mundo em que a ideologia dominante se insere na sociedade de forma não consciente. Na perspectiva contra-hegemônica, ele se torna um instrumento para o desvelamento das ideologias, atuando com o objetivo de construir outras maneiras de organizar a sociedade, baseadas em novos valores.

Esta dissertação se dedica a uma exploração teórica<sup>2</sup> cujo objeto de estudo é o jornalismo como instrumento de resistência ao sistema hegemônico. Busca-se, a partir das conexões entre a teoria da hegemonia gramsciana e o jornalismo como forma de conhecimento, conforme propõe Genro Filho (2012), pensar possíveis leituras de uma práxis contra-hegemônica no jornalismo. O estudo se baseia na teoria da hegemonia de Gramsci<sup>3</sup>, articulada à sua concepção de conhecimento e de práxis jornalística. Apresenta-se a perspectiva histórica e teórica, partindo-se da noção de jornalismo como forma de produção de conhecimento e relacionando-a à práxis jornalística no atual contexto hegemônico. Reflete, ainda, sobre as experiências jornalísticas alternativas no Brasil, considerando o papel dos movimentos sociais e do ativismo comunicacional, da cultura digital e do jornalista. A partir das reflexões preliminares, pretende-se realizar nexos entre os conceitos histórico-teóricos acionados, encontrar delimitações de um campo contra-hegemônico, localizando experiências e atores contra-hegemônicos no jornalismo e

---

<sup>2</sup> Adota-se a perspectiva de pesquisa teórica proposta por Baffi (online), que dedica-se a “reconstruir teorias, quadros de referência, condições explicativas da realidade, polêmicas e discussões pertinentes”.

<sup>3</sup> A referência à obra de Gramsci foi extraída dos Cadernos do Cárcere, volumes 1, 2 e 3, editados pela Civilização Brasileira.

a práxis por eles adotada, refletindo criticamente sobre a ideia de práxis contra-hegemônica no jornalismo.

Este estudo procurou considerar o atual cenário tecnológico e de relações socioculturais e político-econômicas, orientadas pela ordem do sistema capitalista contemporâneo. É inevitável, também, que se faça uso do conjunto de ideias e concepções que compõem a teoria clássica do jornalismo, embora o objetivo do trabalho seja suscitar algum caminho possível para novas discussões teóricas, críticas às tradicionais formas do pensar e fazer jornalístico. Considera-se, portanto, o ambiente tecnológico complexo que modifica a realidade das classes subalternas e a crise do capitalismo global, com seus reflexos sobre a atividade jornalística.

O que justifica este tema de pesquisa é a compreensão de que o jornalismo é um espaço de debate público e luta política no campo das ideias, no qual os conhecimentos pré-estabelecidos por uma lógica hegemônica podem ser questionados, embora também reproduza essa visão de mundo dominante, num dado momento histórico. Neste sentido, pesquisar características do jornalismo a partir da lógica de quem resiste ao pensamento dominante pode gerar discussões que melhorem as práticas e apontem outras perspectivas teórico-práticas para o jornalismo.

Outro fato que justifica o interesse pelo jornalismo contra-hegemônico é a crise do modelo tradicional de jornalismo, que atinge não somente o financiamento do negócio, mas também a sua credibilidade, desembocando numa crise de relacionamento com seus diferentes públicos (assinantes, leitores, audiências, anunciantes, investidores, *stakeholders* no geral). Esse cenário fomenta a criação de novos empreendimentos jornalísticos, independentes de grandes grupos econômicos e políticos, tornando-se uma alternativa de sobrevivência para os profissionais da área. De forma mais pessoal, o tema é aderente à atividade profissional desta pesquisadora, cuja experiência é voltada a veículos alternativos e ao jornalismo sindical. A identificação e a participação em movimentos sociais são fatores que significam a temática de uma maneira mais profunda para a pesquisadora, que acredita que o jornalismo pode cumprir um papel importante para uma transformação social profunda, gerada a partir da organização coletiva.

O segundo capítulo aborda os antecedentes teóricos que envolvem a noção de hegemonia e o seu entrelaçamento com o jornalismo. Inicialmente, traçou-se o

percurso teórico do sentido de hegemonia, com ênfase nas contribuições do marxismo. Na sequência, apresenta-se mais profundamente o pensamento do italiano Antonio Gramsci e a teoria da hegemonia por ele desenvolvida. Ela consiste em um conjunto complexo de conceitos e conta com uma série de categorias internas necessárias para compreendê-las, como a noção de relação de forças, bloco histórico e vontade coletiva. A opção pelo aprofundamento na concepção gramsciana se justifica pela sua contribuição à teoria da hegemonia e pela latente relação da sua obra como referencial nos estudos sobre mídia e jornalismo alternativo e contra-hegemônico.

Ele trata, ainda, dos pensamentos de Gramsci sobre jornalismo, sobretudo, apresentados nos Cadernos do Cárcere<sup>4</sup>. As críticas à imprensa burguesa de sua época e a proposta de um jornalismo integral concentram o trabalho gramsciano sobre esta temática. Busca-se tecer relações entre a visão de Gramsci sobre a imprensa e a proposta de jornalismo integral com a teoria do conhecimento gramsciana, o papel dos intelectuais e o lugar que o jornalista ocupa na construção do partido, organizador, para Gramsci, da vontade coletiva da classe e propulsor de uma reforma intelectual e moral.

No terceiro capítulo, trata-se do entrelaçamento do jornalismo com a produção do conhecimento e a questão da disputa por hegemonia. Parte-se de um panorama geral sobre as origens do jornalismo como prática social e campo teórico, relacionando sua perspectiva histórica com campos do conhecimento e concepções de mundo. Na sequência, busca-se explicar a ideia de jornalismo como forma de produção de conhecimento e explorá-lo como instrumento para a disputa de hegemonia. Provoca a discussão sobre a forma como o jornalismo opera a partir da lógica hegemônica capitalista, na realidade brasileira, considerando as condições materiais que afetam a produção jornalística e as práticas que demonstram seu papel para a manutenção de um bloco histórico hegemônico.

O jornalismo como instrumento da luta contra-hegemônica é o tema do quarto capítulo desta dissertação. Seu objetivo é refletir sobre práxis contra-hegemônica e

---

<sup>4</sup> Cadernos do Cárcere corresponde ao conjunto da obra produzida por Antonio Gramsci, ao longo dos seis anos em que esteve preso. As anotações registradas em 33 cadernos escolares faziam parte do projeto de Gramsci de revisá-las e publicá-las, após o período no cárcere. Foi publicado pela primeira vez em 1947, por Palmiro Togliatti, e se divide em Cadernos Especiais (A, B, C) e Cadernos Miscelâneos.



como ela se reflete no jornalismo. Discute-se, portanto, a ideia de contra-hegemonia relacionada à ação dos movimentos sociais, considerando o histórico de suas lutas e seu entrelaçamento com a atividade jornalística. Procura destacar os agentes do ativismo em comunicação que, a partir da internet, passam a articular um tipo de movimento que mescla ações *hackers*, ciberativismo e jornalismo. Dedicase, ainda, a compreender o impacto do ambiente digital na produção e circulação do jornalismo, espaço que ampliou as ações contra-hegemônicas comunicativas, enfaticamente, as jornalísticas. Nesse sentido, problematiza-se a natureza dos veículos, a implicação dos jornalistas e suas respectivas práticas.

O capítulo cinco propõe a realização de conexões entre os elementos teóricos, apresentados ao longo desta exploração, com as práticas jornalísticas forjadas pela perspectiva hegemônica e por uma práxis contra-hegemônica no jornalismo. Estabelecida essa relação entre hegemonia, jornalismo e conhecimento, e a ideia de campo contra-hegemônico, procurou-se fazer apontamentos sobre pressupostos teóricos e políticos que podem ser úteis para pensar uma práxis jornalística. Na sequência, busca-se levantar elementos críticos ao jornalismo com perspectiva à manutenção da hegemonia capitalista, presente no quadro brasileiro. Outro ponto de reflexão está em encontrar delimitações de um campo contra-hegemônico, localizando experiências e atores contra-hegemônicos no jornalismo e a práxis por eles adotada, refletindo criticamente sobre a ideia de práxis contra-hegemônica no jornalismo.

## 2 HEGEMONIA E JORNALISMO

Compreender o jornalismo por meio de uma chave ampla como o conceito de hegemonia requer dimensioná-lo a partir de uma práxis histórica, condicionada ao conjunto político-econômico, ético-moral e cultural que rege a lógica do sistema capitalista. Não é possível, a partir da ideia de hegemonia, considerar o jornalismo como uma ação fragmentada, isolada do seu contexto histórico, ou entendê-lo como reprodução exclusiva de uma ideologia.

Neste primeiro capítulo, a proposta é traçar o percurso conceitual do termo hegemonia, com ênfase na perspectiva gramsciana que, embora bastante revisada, ainda é a referência para quem busca estudar o jornalismo como um instrumento de resistência ao sistema hegemônico. Para Gramsci (2014, p. 95), “não é possível pensar o presente, e um presente bem determinado, com um pensamento elaborado em face de problemas de um passado frequentemente bastante remoto e superado”. Nesse sentido, a reflexão gramsciana provocada neste estudo propõe uma relação histórica e crítica a partir da atualidade.

Em Gramsci, pretende-se buscar o conceito de hegemonia, partindo dos textos elaborados durante o cárcere, entre 1929 e 1935, nos quais o filósofo italiano revisita o materialismo histórico dialético, faz a crítica ao idealismo e ao economicismo e desenvolve a filosofia da práxis, acionando os conceitos de estrutura, superestrutura, ideologia e classes sociais de Marx. Para a construção da teoria da hegemonia, ele formula suas próprias considerações sobre as relações de força, e desenvolve seus conceitos de vontade coletiva e bloco histórico. A ideia de hegemonia, para Gramsci não é somente uma chave para entender as relações dentro do próprio sistema capitalista: é elemento fundamental para a construção de uma nova lógica social.

Para pensar a relação entre jornalismo e hegemonia, busca-se refletir sobre a perspectiva gramsciana de conhecimento, intelectualidade e práxis jornalística. Para o autor, o jornalismo foi uma atividade militante, pensada a partir de uma visão de mundo protagonizada pela classe operária e articulada pelo partido, órgão que condensaria a vontade coletiva dos subalternos e teria como tarefa realizar uma transformação social profunda. O jornalismo aparece como um instrumento para se

disseminar ideias e forjar um novo arranjo de forças que constituísse um novo bloco hegemônico pelos interesses das classes subalternas. O jornalismo integral é baseado na teoria do conhecimento gramsciana e busca desvelar a ideologia dominante e constituir uma consciência crítica aos explorados, por meio da relação histórica e dialética entre a realidade material, o conhecimento científico e o saber popular.

## 2.1 HEGEMONIA: UM PERCURSO TEÓRICO

A ideia de hegemonia está ligada à correlação de forças entre grupos e interesses sociais que, em determinada condição material, criam blocos de articulação, isolando as demais forças com as quais cultivam acirramentos. Em outras palavras, ela é resultante de uma conformação social que reúne interesses de classe para dar direção ao conjunto da sociedade.

Hegemonia é um termo de origem grega, derivado do substantivo *eghestai* ou do verbo *eghemoneuo*. Os dois termos carregam a ideia de *conduzir* ou *guiar*. Gruppi (1978, p. 1) resgata que, no grego antigo, a palavra *eghemonia* significava “a direção suprema do exército”, tratando-a como um termo de natureza militar. Para Williams (2007, p. 199), a palavra *egemon*, que significa “líder” ou “governante”, tem como sentido a supremacia de um Estado sobre o outro. Durante o século XIX, segundo o autor, o termo manteve um sentido de “predominante” ou de “princípio dominante”, ganhando importância a partir dos teóricos marxistas empenhados em propor uma práxis revolucionária que permitisse a tomada de poder pela classe operária na Europa, entre o fim do século XIX e o início do século XX.

De certo modo, a ideia de domínio, em se tratando do termo hegemonia, está sempre presente, mas não estanca. Ela se inscreve como um conjunto político-econômico, ético-moral e de relações sociais, amalgamado por uma ideologia, que vai constituir um nível de consenso não só entre aqueles que participam do bloco hegemônico, como também entre aqueles que estão à margem dele. Portanto, hegemonia é a formação de um bloco de forças sociais que implementam uma forma de dominação socialmente aceitável. Esse consenso é realizado, de acordo com o

pensamento gramsciano, de forma ativa ou passiva pelos grupos hegemonzados, embora articulem modos de resistências.

Anderson (1986) recupera a história do conceito de hegemonia como um dos lemas políticos centrais do movimento social-democrata russo de 1890 a 1917. O termo *gegemoniya* continha a ideia da “necessidade imperativa para a classe operária russa de travar um combate político contra o czarismo e não somente um embate econômico contras seus patrões” (ANDERSON, 1986, p. 16), já presente nos escritos de Plekanov, entre 1883 e 1884. Anderson (1986) afirma que, nos anos seguintes, Axelrod, polemizando contra o economicismo, em 1898, afirmava que a classe operária deveria cumprir um papel independente e dirigente na luta contra o absolutismo, diante da impotência política das outras classes, conferindo ao proletariado centralidade e proeminência. Lenin, em *O que fazer?*, texto de 1902, assinalava a questão da hegemonia do proletariado e apelava para a criação de um jornal revolucionário, o *Iskra*, instrumento capaz de fomentar a construção de um bloco hegemônico conduzido pela classe operária. “O lema da hegemonia do proletariado na revolução burguesa era assim uma herança política comum aos bolcheviques e mencheviques no II Congresso POSDR<sup>5</sup> em 1903” (ANDERSON, 1986, p. 17).

Lenin, em 1905, indica a participação ativa da classe operária russa no processo de revolução burguesa. Para ele, o marxismo não propunha que o proletariado ficasse à margem da revolução burguesa, mas, sim, que tivesse a sua participação, do modo mais enérgico possível, na defesa de uma democracia proletária consequente. Naquele momento, não era possível sair “dos limites democráticos-burgueses da revolução russa”; porém, era possível ampliar “estes limites em proporções colossais” e, dentro deles, “lutar pelos interesses do proletariado [...] e pelas condições de preparação de suas forças para a completa vitória futura”. (LENIN, 1975, p. 38). Para Lenin (1975), era preciso acumular forças ao longo do processo revolucionário para construir condições materiais em que a classe operária pudesse dar direção à sequência de fatos que levariam à revolução socialista. Nesse sentido, hegemonia aparece em Lenin (1975) como a capacidade de direção da classe operária, ou a capacidade de organizar e orientar os demais

---

<sup>5</sup> Partido Operário Social-Democrata Russo.

grupos sociais em torno da construção de uma sociedade socialista, dirigida pelo proletariado. Ele articula o termo para defender o protagonismo dos operários, na fase da revolução democrático-burguesa, como processo de construção de um bloco hegemônico, garantindo, em um primeiro momento, melhores condições ao proletariado no desenvolvimento do capitalismo na Rússia, fortalecendo-o para liderar a implementação de um novo sistema.

Para Gruppi (1978), o conceito de hegemonia em Lenin, no contexto revolucionário de 1905, mostra uma articulação em que, numa determinada situação histórica, a classe operária pode ser hegemônica, mesmo em um processo revolucionário democrático-burguês. Isso porque Lenin estabelece uma relação dialética entre iniciativa política do proletariado, consciência proletária e base econômica. Lenin explica que “a hegemonia pertence a quem se bate com maior energia, a quem se aproveita de toda a ocasião para golpear o inimigo” a quem, portanto, pertence o status de “líder ideológico da democracia” (LENIN *apud* GRUPPI, 1978, p. 11). Propõe que a hegemonia se dá na relação entre teoria e prática, que é, de acordo com Gruppi (1978, p. 11), “a consequência na ação revolucionária”, ou a relação entre “palavras e fatos”. Para chegar ao conceito de hegemonia, Lenin recolhe na obra de Marx e Engels a relação entre estrutura e superestrutura, buscando tratá-la de forma dialética.

na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. (MARX, 1859, p. 2).

As relações de produção são a estrutura que sustenta a superestrutura política e ideológica. Não é a consciência que determina o modo de ser, mas sim o ser social, a condição material que determina a consciência. No entanto, para Lenin (*apud* Gruppi, 1978), Marx não se limitou a investigar somente a estrutura, ele também se dedicou a entender a superestrutura que corresponde à formação econômico-social, estudando as relações de produção de forma dinâmica, “para

e elevar-se dela até o concreto e compreender toda a sociedade” (GRUPPI, 1978, p. 26).

Lenin é o ponto de partida para que Gramsci desenvolva o sentido de hegemonia, de acordo com Cospito (2016). Na teoria gramsciana, hegemonia é a capacidade de um grupo ou classe social de amalgamar, por meio da ideologia, uma unidade política, econômica, social e cultural, conformada por relações de força. Essa unidade se expressa como vontade coletiva e é consolidada por um bloco histórico dirigido pela classe que o hegemoniza. A adesão das classes dominadas à perspectiva histórica dominante se realiza, de forma ativa ou passiva, por meio de aparelhos privados de hegemonia, ou, ainda, pela coerção das camadas que não aderem à proposta vigente de articulação da sociedade. Este conceito será aprofundado no próximo item.

A hegemonia na perspectiva gramsciana foi interpretada por um conjunto de estudos, demonstrando o quanto este é um conceito vivo. Outro paradigma da teoria da hegemonia pode ser encontrado na produção intelectual dos pesquisadores Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Em *Hegemonia e estratégia socialista* (LACLAU; MOUFFE, 2015), os autores propõem um novo horizonte sobre as principais categorias gramscianas que constituem o conceito de hegemonia a partir de uma leitura de que é preciso readequá-los diante da realidade contemporânea.

Os autores acima referidos são considerados pós-marxistas, visto que propõem a desconstrução de conceitos do marxismo clássico, como a ideia de classe social. De acordo com Burity (1997), o desenvolvimento do conceito de hegemonia permite identificar o abandono do essencialismo, do determinismo e do objetivismo na “história interna do marxismo”, o que resultou no que chamam de “pós-marxismo”. Laclau e Mouffe atuam neste terreno, em que o legado marxista e as correntes contemporâneas entram em confluência.

O conceito de hegemonia de Laclau e Mouffe parte de uma perspectiva que rejeita a totalidade do social, atribuindo-lhe um “caráter aberto e incompleto”, em que “nenhuma lógica hegemônica” seria capaz de abarcar a totalidade (ALVES, 2010, p. 88). Além disso, a hegemonia precede uma relação entre os sistemas de diferenças que estabelecem um discurso e a constituição de pontos nodais, ambientes de disputas antagônicas no campo discursivo (BURITY, 1997). Hegemonia é um

conjunto de práticas articulatórias no campo da discursividade, formado por um conjunto fluido e permeável de forças/identidades.

Os entendimentos trazidos até aqui são importantes para que se perceba o quanto hegemonia é um conceito vivo, que demanda uma visão mais ampla a respeito do termo e de suas possíveis conotações. Este trabalho, entretanto, tratará, de maneira mais aprofundada, da hegemonia sob o ponto de vista gramsciano.

## 2.2 TEORIA DA HEGEMONIA GRAMSCIANA

Considerando a complexidade do termo hegemonia no conjunto autoral gramsciano, é necessário compreender a filosofia da práxis, que é a percepção teórica do marxismo para Gramsci. É necessário, também, compreender seu próprio entendimento sobre ideologia e classes sociais que, a partir dos conceitos de Marx e Engels, vão tomar novos significados.

Antonio Gramsci foi um teórico e ativista político, militante do Partido Comunista Italiano (PCI). Atuou como jornalista e dirigente partidário ao longo de sua curta trajetória de vida. Nasceu na província de Cagliari, na Sardenha, em 22 de janeiro de 1891. Estudou em modestas escolas frequentadas por filhos de camponeses e, em 1903, interrompeu seus estudos para trabalhar em um Cartório em Guilarza. As dificuldades financeiras que impediram o jovem Gramsci de estudar foram o suficiente para sua compreensão de que somente os que detinham meios poderiam educar-se. Sua indignação com as injustiças se iniciou a partir desse fato. Completou os estudos secundários na Sardenha, em um período em que se dedica, mais do que ao estudo formal, às leituras, acompanhando os acontecimentos e as movimentações que ocorriam na Itália no início do século XX (SIMIONATTO, 1995). Em 1911, Gramsci concluiu o segundo grau e ganhou uma bolsa de estudos para alunos pobres da Sardenha. Partiu para Turim, onde se inscreveu na Faculdade de Letras. Dedicou-se aos estudos de Linguística e participou ativamente de movimentos literários e políticos (COUTINHO, 2011).

Embora as crises de esgotamento nervoso fossem presentes no seu cotidiano, Gramsci resolveu deixar os estudos para se dedicar ao jornalismo militante. Em dezembro de 1915, começou a trabalhar na redação turinense do

jornal do Partido Socialista Italiano, *Avanti!* (GERRATANA, 1992). De acordo com Moraes (2014), Gramsci escreveu, entre 1910 e 1926, 1.700 artigos jornalísticos em diferentes periódicos, entre os quais os semanários *L'Ordine Nuovo* e *L'Unità*. Gramsci era deputado e secretário do PCI quando foi detido em novembro de 1926, tendo sido condenado a mais de vinte anos de detenção (VACCA, 2012, p. 45). Obteve a liberdade definitiva em abril de 1937, mas faleceu poucos dias depois.

O conjunto de sua obra, sobretudo a produzida no cárcere, tocou as diversas áreas do pensamento social, “da filosofia à crítica literária, da política à sociologia, da antropologia à pedagogia” (COUTINHO, 2011, p. 80). Os *Cadernos do Cárcere*, que consistem em 33 cadernos escolares, fornecidos a Gramsci pelo diretor do presídio, foram escritos entre 1929 e 1935 (COUTINHO, 2014), mas tiveram sua primeira publicação apenas em 1947. Traduzidos para diversos idiomas, o conjunto de textos proporcionou a produção de uma imensa literatura secundária sobre a obra gramsciana.

A relevância da hegemonia em Gramsci e a variedade de sentidos atribuídos ao termo podem ser verificadas nos *Cadernos do Cárcere*. Anderson (1986, p. 20) afirma que Gramsci “partiu de algumas conotações constantes do conceito extraídas da tradição da Terceira Internacional”<sup>6</sup> fazendo referência, inicialmente, à “aliança de classe do proletariado com outros grupos explorados, sobretudo o campesinato, na luta contra a opressão do capital”. Ainda de acordo com Anderson (1986, p. 21), a noção de hegemonia em Gramsci supera a perspectiva da classe operária em uma revolução burguesa contra uma ordem feudal, “para mecanismos de dominação da burguesia sobre a classe operária em uma sociedade capitalista estabilizada”. Para Gruppi (1978, p. 59), um dos sentidos de hegemonia em Gramsci é a capacidade de “determinar os traços específicos de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista de reivindicações que são de outros estratos sociais, da solução das mesmas”, possibilitando a união desses grupos sociais em torno da classe trabalhadora contra o capitalismo, isolando o próprio sistema. Esse sentido foi possível a partir do momento em que Gramsci se dedicou à questão meridional, estudando a formação sociocultural italiana.

---

<sup>6</sup> Organização internacional de partidos comunistas, fundada por Lenin e pelo Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1919.



Partindo das formulações de Lenin, em que hegemonia é a capacidade de direção, Gramsci inclui no conceito não apenas as relações políticas e econômicas, mas também as relações sociais e culturais de determinada realidade histórica. De acordo com Simionatto (1995, p. 47), “ao destacar a esfera ético-política, Gramsci busca evidenciar as possibilidades que tem o ser social de passar do reino da necessidade ao reino da liberdade [...]” e, reforça a autora, “a hegemonia é a síntese da esfera econômica e da consciência crítica e, portanto, “também encerra em si um valor ‘gnosiológico’, e não puramente ‘psicológico e moral’”. (SIMIONATTO, 1995, p. 47).

Segundo Cospito (2016), o termo hegemonia é apresentado desde o primeiro caderno, nos parágrafos 43-44, na reflexão teórica relativa ao *Risorgimento*<sup>7</sup>. É no parágrafo 44 que o termo hegemonia aparece pela primeira vez, na expressão “hegemonia política”, indicando o significado, ainda que débil, de proeminência e supremacia dos estados do Norte sobre os estados do Sul da Itália. Essa concepção de hegemonia, ainda de acordo com Cospito (2016, p. 97), se agrega a outras, num conjunto amplo de significados atribuídos ao termo hegemonia.

Gramsci parece oscilar, desde o princípio, entre o sentido de direção, contraposto ao de domínio, e um mais amplo, o que compreende ambos (direção mais domínio), em que a classe pode ser dominante de dois modos: “é dirigente das classes aliadas, é dominante das classes adversárias”. Antes de chegar ao poder, uma classe pode ser dirigente. Quando está no poder, se torna dominante, mas se mantém dirigente (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 365). Segundo Williams (1980), Gramsci fez uma distinção entre domínio e hegemonia. O domínio se expressa em formas diretamente políticas e, em tempos de crise, por meio de uma coerção mais efetiva. Hegemonia é um conceito que inclui e amplia, respectivamente, as ideias de cultura e de ideologia como “processo social total” e como “sistema de significados e valores que constituem a expressão ou projeção de um interesse particular de classe” (WILLIAMS, 1980, p. 129).

O conceito de cultura é intensificado pelo de hegemonia, que relaciona “o processo social total com as distribuições específicas do poder e da

---

<sup>7</sup> Movimento de unificação italiana, entre 1815 e 1870.

influência” (WILLIAMS, 1980, p. 129). A ideologia, por sua vez, é ampliada pelo conceito de hegemonia, no qual é decisivo “não somente o sistema consciente de ideias e crenças, mas todo o processo social vivido, organizado praticamente por significados e valores específicos e dominantes” (WILLIAMS, 1980, p. 130). O conceito de hegemonia em Gramsci, portanto, “não está mais vinculado ao problema da conquista do poder pelo proletariado, mas se refere à conquista e ao exercício do poder por parte de qualquer classe ou grupo social” (COSPITO, 2016, p. 99).

A relação entre estrutura e superestrutura é fundamental para a concepção de hegemonia em Gramsci, que não as vê de forma separada, mas em completa consonância. As relações transversais entre estrutura e superestrutura são radicalizadas para pensar o sentido de hegemonia recuperado de Lenin. Gramsci tem como ponto de partida a concepção da sociedade como “um todo unitário e orgânico, explicado certamente a partir da base econômica e das relações de produção e de troca, mas não inteiramente redutível à base econômica” (GRUPPI, 1978, p. 31).

Gruppi (1978, p. 24) afirma que Lenin descreve a sociedade como organismo vivo em desenvolvimento contínuo, uma “organicidade do conjunto social, fundado sobre as relações de produção e troca, sobre a relação, estrutura-superestrutura”. Gramsci comunga com Lenin sobre a concepção da sociedade como um todo unitário e orgânico. A hegemonia só é possível a partir dessa compreensão de totalidade entre estrutura e superestrutura, além de uma condição objetiva consciente, ao mesmo tempo em que é necessária uma iniciativa subjetiva, do querer. Para Gramsci (2014) a compreensão crítica de si passa por uma elaboração superior da própria concepção do real. A participação consciente em determinada força hegemônica - ter consciência política - é a primeira fase até se constituir a integralidade entre teoria e prática. Tanto em Lenin como em Gramsci, a integralidade entre estrutura-superestrutura, a condição objetiva-subjetiva e a teoria-prática serão preponderantes para a concepção de hegemonia.

Gramsci repensa o marxismo a partir do que chamou de filosofia da práxis, uma depuração do materialismo histórico-dialético em que critica o idealismo e o economicismo. Para ele, “não existe filosofia em geral: existem diversas filosofias ou concepções do mundo, e sempre se faz uma escolha entre elas” (GRAMSCI, 2014,

p. 96). A filosofia da práxis é aquela que Gramsci denominou como “nova filosofia” ou “dialética nova”, o que considera “como lógica e método argumentativo, como princípio do conhecimento e instrumento de ação, como modalidade constitutiva do próprio real” (SEMERARO, 2015, p. 32-33). Essa dialética, segundo Semeraro (2015, p. 33), articula as:

[...] inter-relações das diversas partes da realidade, instrumento de compreensão das suas dinâmicas e contradições, é possível estabelecer novas relações cognitivas e operativas na sociedade devido às ligações recíprocas e inseparáveis entre história, política e economia [...] o nexo orgânico entre as várias partes do real, o conhecimento da história e suas dinâmicas, nas contradições e criações. Toda essa complexidade deve ser objeto de atentas filologias, mas sempre visando a entender como uma realidade é um momento das forças materiais de produção, de determinadas relações sociais, de uma história morta, mas viva ao mesmo tempo, portanto, é cristalização do passado, criação do presente e força propulsora do futuro.

Martins (2008, p. 201-202) afirma que o materialismo de Gramsci não se resume a uma abstração formulada a partir de “considerações intelectivas sobre observações do real feitas estando distante dele”, mas ao contrário, o materialismo gramsciano “desenvolveu-se com a sua militância no espaço sociopolítico e ideológico cultural”. O autor argumenta que essa posição faz do materialismo de Gramsci oposto “aos materialistas vulgares e aos idealistas de seu tempo, encarnados principalmente nas pessoas de Bukharin e Croce, respectivamente” (MARTINS, 2008, p. 202).

Nas palavras do próprio Gramsci (2014, p. 175), a filosofia da práxis não separa o ser do pensar, “o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto; se se faz esta separação, cai-se numa das muitas formas de religião ou na abstração sem sentido”. Em Gramsci, a consciência histórica é um ponto radical na visão de mundo na filosofia da práxis. Não é possível conceber o mundo com uma coerência crítica sem que haja “a consciência da própria historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada” e da sua “contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções” (GRAMSCI, 2014, p. 95). É dessa visão histórica que Gramsci lança mão para criticar o determinismo: concebe a realidade “como algo aberto, um campo de possibilidades, sem inevitabilidades, isto é, um locus que pode adquirir outra conformação histórica”, conforme a ação

dos sujeitos daquele ambiente e das condições estruturais e superestruturais (MARTINS, 2008, p. 215).

A visão do marxismo que Gramsci apresenta a partir da sua filosofia da práxis busca reequilibrar a relação entre superestrutura e base econômica. Para ele, formar sujeitos críticos, com consciência e iniciativa, é o principal aspecto da filosofia da práxis, pois concede aos sujeitos mais passivos uma forma de resistência ante a ação dominante (SEMERARO, 2015).

Outro conceito essencial para a ideia de hegemonia gramsciana é o de ideologia. Para Marx e Engels (2007, p. 47), ideologia é o conjunto das ideias da classe dominante de cada época. Os autores afirmam que a classe social que domina os meios de produção material é aquela que também domina “os meios da produção espiritual”, submetendo a forma de pensar daqueles que não dispõem dos meios de produção, ou que possuem apenas a própria força de trabalho. O conjunto das ideias dominantes é, portanto, uma expressão idealizada das “relações materiais dominantes” e permitem que uma classe exerça domínio sobre outra.

De acordo com Simionatto (1995), a concepção de ideologia como “falsa consciência” é refutada por Gramsci e aparece, sobretudo, na crítica a Croce. Gramsci apresentou uma perspectiva “positiva” do conceito de ideologia, entendendo que “ela é socialmente verdadeira quando incide diretamente sobre a vida em sua concretude”, não sendo apenas uma “aparência” (SIMIONATTO, 1995, p. 73). Em Gramsci, a ideologia toma caráter decisivo na “organização da vida social e se torna força material quando ganha a consciência das massas” (SIMIONATTO, 1995, p. 73).

[...] coloca-se o problema fundamental de toda concepção do mundo, de toda filosofia que se transformou em um movimento cultural, em uma ‘religião’, em uma ‘fé’, ou seja, que produziu uma atividade prática e uma vontade nas quais ela esteja contida como ‘premissa’ teórica implícita (uma ‘ideologia’, pode-se dizer, desde que se dê ao termo ‘ideologia’ o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas) - isto é, o problema de conservar a unidade ideológica em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia. (GRAMSCI, 2014, p. 98-99).

Semeraro (2015, p. 30) explica que o conceito de ideologia de Gramsci é amplo. Aparece, em determinados momentos, como “recurso que mascara a

realidade” e, em outros, como “força amalgamadora e constitutiva de subjetividades políticas”. Se ideologia não é apenas uma consequência das estruturas materiais, já que possui certa autonomia, também não pode ser compreendida como uma criação imaginária, uma vez que é histórica e real, incidindo sobre a ação humana e demonstrando concretamente uma leitura de mundo. Essa percepção torna ideologia, na concepção gramsciana, “tanto instrumento de dominação como de promoção dos grupos subalternos”, visto que guarda em si a capacidade de fragmentação de classe, assim como possui uma “função ‘orgânica’, de consciência e de ‘cimento’ aglutinador de diversas lutas dispersas no universo popular”.

Na perspectiva burguesa, a ideologia é força mistificadora das relações sociais porque busca uma conciliação de interesses contraditórios e expressa uma hegemonia que universaliza uma falsa consciência do real. Na visão de Gramsci, ela possibilita a tomada de consciência do ser social, criando condições para a classe trabalhadora desenvolver sua própria ideologia, constitutiva de um novo projeto de sociedade (SEMERARO, 2015). Gramsci afirma, ainda, que ideologia é uma concepção de mundo que se expressa de forma implícita em todas as manifestações individuais e coletivas de vida. Para o conceito de hegemonia, ideologia aglutina os grupos que formam o bloco social e constituem uma vontade coletiva.

A ideologia está diretamente relacionada à identidade de classe. Se, para Marx e Engels, a ideologia dominante é a falsa consciência imposta pela classe dominante ao conjunto da sociedade, para Gramsci, a ideologia proletária é a consciência das relações de produção e submissão impostas pelo capitalismo. Considerando a necessidade de entender a formação social e cultural da Itália, Gramsci se depara com a necessidade de avançar no conceito de classe social.

Galastri (2014) afirma que a noção de classes e grupos subalternos passou a ser utilizada por Gramsci “no lugar das noções mais consagradas de proletariado, classe operária, campesinato” (GALASTRI, 2014, p. 36). Buscando compreender as razões das derrotas de projetos revolucionários na Itália e no mundo, Gramsci percebeu a necessidade de conhecer as especificidades nacionais, se deparando com diferenças entre o norte italiano, industrializado, e o sul, agrário, o que exigia uma nova forma de pensar o conjunto da formação social que não se encaixava na ideia tradicional de classe social do marxismo.

Essa compreensão permitiu que Gramsci observasse as diferenças de “níveis culturais”, consideradas as “diferenças de classe”, mesmo tendo como referência inicial as condições específicas da classe operária, para seguir em busca de níveis mais complexos que explicassem a formação social e pudessem viabilizar uma “nova sociedade civil anticapitalista” (GALASTRI, 2014, p. 36). Para Gramsci, a articulação dos grupos subalternos se apresenta historicamente de forma fragmentada e esporádica. Somente uma “vitória política permanente” seria capaz de unificar esses grupos (GALASTRI, 2014). Na concepção gramsciana, tais grupos compõem a massa dominada sem que possuam, necessariamente, uma identidade de classe. Não estão organizados politicamente para interferir nas relações de força presentes na sociedade. Gramsci considera que as classes subalternas são desagregadas e somente poderão criar uma unidade em torno de si quando forem, de fato, Estado. (GALASTRI, 2014).

Del Roio (2007, p. 65) afirma que Gramsci sempre manteve a “centralidade do trabalho na reprodução da vida social e da fábrica na reprodução do capital”, por considerar uma perspectiva de totalidade, com dimensões culturais e teóricas que partam da ideia de que economia e política, sociedade civil e Estado são uma unidade. Ele considera que, no conjunto das relações de força contra o capitalismo, a classe operária deve ser protagonista na constituição de um bloco que inclui o conjunto das classes subalternas e seus interesses, ao longo do “processo de emancipação da exploração e da opressão, implicando um programa, um projeto, um momento de construção” (DEL ROIO, 2007, p. 72).

A subalternidade, para Simionatto (1995), pode se constituir a partir de uma hegemonia, não se referindo apenas à submissão coercitiva, mas também à submissão ideológica. Gramsci considera que a classe dominante distribui sua ideologia e controla o consenso por meio de aparelhos privados de hegemonia, como a escola, os meios de comunicação, a religião, entre outros. A subalternidade é, portanto, social, mas também política e cultural. Para ele, a subalternidade em relação dialética com a hegemonia é constitutiva da classe, e somente haverá a mudança da classe subalterna para o lugar de classe hegemônica a partir de um “processo de correlação de forças sociais, políticas e militares, ou seja, na relação entre estrutura e superestrutura, objetividade e subjetividade, singularidade e universalidade” (SIMIONATTO, 1995, p. 43).

Na percepção da hegemonia gramsciana, o conceito de relação de forças cumpre papel fundamental. É a capacidade de acumular condições materiais que confere a uma classe social a condição de dirigir determinada conformação hegemônica. Mesmo que apareça implicitamente, na maioria das situações em que é acionada por Gramsci, a ideia de relação de forças é preponderante para a compreensão da disputa por hegemonia, da relação entre sociedade civil e Estado e da “formação de uma consciência crítica da realidade” (COUTINHO, 2011, p. 127).

A ideia de relação de forças aparece mais claramente em Gramsci em suas notas sobre Maquiavel, de quem abstraiu a ideia de “realidade efetiva”. Significa algo constituído no constante movimento das relações de forças e passível de transformação, ou de uma mudança de equilíbrio. É acionado quando o autor se propõe a fazer a “análise das situações”, ou quando faz a leitura dos elementos da realidade material para propor ações que a modifiquem (LIGUORI; VOZA, 2017).

De acordo com Coutinho (2011), para analisar as situações e as relações de forças que as sustentam, Gramsci leva em conta o caráter subjetivo, ou seja, aquilo que se pretende constituir, e a situação objetiva, a realidade posta e as condições necessárias para transformá-la. Gramsci distingue também dois movimentos: os orgânicos, compreendidos como permanentes e fomentadores de uma crítica histórico-social; e os conjunturais, movimentos ocasionais estimulados pelos movimentos orgânicos e de menor impacto no curso da história. Nesse sentido, define esses fenômenos como “pequena política” e “grande política”. Esta explanação mais completa aparece no parágrafo 17, “Análise das situações: relações de força”, no Caderno 13.

[...] (A distinção entre ‘movimentos’ e fatos orgânicos e movimentos e fatos de ‘conjuntura’ ou ocasionais deve ser aplicada a todos os tipos de situação, não só àquelas em que se verifica um processo regressivo ou de crise aguda, mas àquelas em que se verifica um processo progressista ou de prosperidade e àquelas em que se verifica uma estagnação das forças produtivas.) O nexos dialético entre as duas ordens de movimento e, portanto, de pesquisa dificilmente é estabelecido de modo correto; e, se o erro é grave na historiografia, mais grave ainda se torna na arte política, quando se trata não de reconstruir a história passada, mas de construir a história presente e futura: os próprios desejos e as próprias paixões baixas e imediatas constituem a causa do erro, na medida em que substituem a análise objetiva e imparcial e que isto se verifica não como ‘meio’ consciente para estimular à ação, mas como auto-engano. O feitiço, também neste caso, se volta contra o feiticeiro, ou seja, o demagogo é a primeira vítima de sua demagogia. (GRAMSCI, 2007, p. 37-38).

Foi a partir dessa perspectiva que Gramsci aprofundou suas análises das situações, mediadas pelas relações de força, considerando como critério três momentos que se articulam entre si. O primeiro é aquele que trata do caráter objetivo das relações de força, ligado à estrutura e que independe da vontade, em que se avaliam as condições materiais da sociedade e a organização dos grupos sociais. É possível conhecer as condições necessárias para que as transformações se realizem. Esta é a base objetiva que requer conhecimento para que seja possível operar com realismo para transformar a realidade (COUTINHO, 2011, p. 130).

A análise da relação das forças políticas, em que se leva em conta o nível de organização dos grupos sociais e de sua consciência, é o segundo momento apresentado por Gramsci. Pode ser analisado em graus diferentes: o primeiro, econômico-corporativo, em que há identidade somente entre alguns membros do grupo social, com ênfase no campo econômico; o segundo grau, ainda no nível econômico-corporativo, em que o grupo alcança uma consciência de interesses em comum com o conjunto de seus integrantes; e o terceiro grau é aquele em que se constitui uma “consciência ético-política de classe” (COUTINHO, 2011, p. 131).

Neste terceiro grau da relação das forças políticas, Gramsci coloca a questão da hegemonia, em que ocorre “a passagem da estrutura para a esfera das superestruturas complexas”. As ideologias se articulam em “partidos” e entram em confronto até que prevaleça uma ideologia ou a conformação de uma unidade ideológica, “determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral”, articulando a luta não somente no “plano corporativo”, mas em um plano maior que constitui a hegemonia, em que um grupo social subordina os demais (GRAMSCI, 2007, p. 41).

O terceiro momento utilizado como critério por Gramsci para a análise das situações é aquele que diz respeito à relação das forças militares. Gramsci o separa em dois graus: o “técnico-militar” e o “político-militar”. Coutinho (2011, p. 32) explica que Gramsci transmite a ideia de “universalidade e a necessidade desse terceiro momento”, considerando que as relações econômicas transformadas em “relações políticas de força” culminariam numa “relação militar decisiva”. Coutinho (2011, p. 32) afirma, no entanto, que Gramsci se refere a uma coerção militar de estado sobre uma nação que busca “independência estatal”, não aplicando essa perspectiva à



relação de forças entre as classes sociais. Para Gramsci, é no nível político e ideológico que as relações de força encontram o momento decisivo, embora determinadas pelas condições econômicas. Toda a análise das situações para Gramsci só interessa se tiver como objetivo uma ação transformadora.

Compreendida a ideia de relações de força expressada na obra de Gramsci, duas categorias se relacionam para constituir o conceito de hegemonia: a ideia de vontade coletiva e a ideia de bloco histórico. Elas estabelecem, entre si, uma conexão, em que a vontade coletiva de uma conformação hegemônica é reflexo da constituição de um bloco histórico; este, por sua vez, mantém sua unidade calcada em uma vontade coletiva sublimada pela ideologia.

Coutinho (2011, p. 134) explica que a ideia de vontade geral, tanto sob a perspectiva do “subjetivismo de Rousseau” quanto do “objetivismo de Hegel”, é superada na concepção de vontade coletiva de Gramsci. A visão gramsciana do materialismo histórico dialético, que não separa a estrutura da superestrutura, ou a condição subjetiva da objetiva, compreende a vontade coletiva como “o momento decisivo que se articula dialeticamente com as determinações que provém da realidade objetiva, em particular das relações sociais de produção” (COUTINHO, 2011, p. 134). Gramsci extrapola, então, o “idealismo subjetivo” e também o “materialismo mecanicista vulgar”, evidenciando a relação dialética entre as condições subjetiva e objetiva da vontade (COUTINHO, 2011, p. 136). A ideia de vontade coletiva, também encontrada nos *Cadernos* como “vontade coletiva nacional-popular”, é tratada com mais consistência nas *Breves notas sobre a política de Maquiavel*, em que Gramsci afirma “o papel ativo da vontade”, considerando “as condições objetivas postas pela realidade histórica” (COUTINHO, 2011, p. 134-135).

Esse papel ativo da vontade coletiva, para Gramsci, não pode ser realizado por obra da espontaneidade. Ele é, antes, a expressão da consciência crítica da classe organizada e, por isso, cabe ao “moderno Príncipe”, ou seja, ao partido político, construí-la de forma ativa e consciente. Portanto, a vontade coletiva ganha o caráter de atividade política e está relacionada a uma “revolução intelectual e moral”. Para Gramsci,

[...] Estes dois pontos fundamentais - formação de uma vontade coletiva nacional-popular, da qual o moderno Príncipe é ao mesmo tempo o organizador e a expressão-ativa e atuante, e reforma intelectual e moral -

deveriam constituir a estrutura do trabalho. Os pontos programáticos concretos devem ser incorporados na primeira parte, isto é, deveriam resultar "dramaticamente" da argumentação, não ser uma fria e pedante exposição de raciocínios. (GRAMSCI, 2007, p. 18-19).

Como ação política, a vontade coletiva se manifesta em elemento da democracia e se identifica com o sentido de soberania. No entanto, para Gramsci, é papel do partido político, na disputa pela hegemonia, articular uma vontade coletiva nacional-popular que reflita as necessidades das classes subalternas, e uma reforma intelectual e moral que eleve a consciência política das massas.

Galastri (2009, p. 81) afirma que o bloco histórico de Gramsci é uma formação de forças, resultado de uma vontade coletiva constituída a partir das relações de produção. O conceito de bloco histórico aparece ao longo de quatro cadernos distintos, e, de acordo com Simionatto (1995), faz alusão ao termo cunhado por George Sorel, teórico francês e ativista do sindicalismo revolucionário. Ao longo dos textos em que desenvolve o sentido de bloco histórico, Gramsci reelabora o conceito, atribuindo a ideia de uma formação social constituída a partir de "uma estrutura econômica, vinculada dialética e organicamente às superestruturas jurídico-políticas e ideológicas" (STACONNE, 1987, p. 17). Para Simionato (1995, p. 40), Gramsci amplia o conceito original de Sorel, incluindo esse "nexo filosófico-histórico entre estrutura e superestrutura".

Staconne (1987) explica, a partir da visão gramsciana, as relações estruturais e superestruturais no bloco histórico. Para fins didáticos, Gramsci vai definir a relação dialética entre forças materiais e ideologia, no bloco histórico, como conteúdo e forma, respectivamente. Isso porque, na perspectiva de totalidade da filosofia gramsciana, "as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais" (STACONNE, 1987, p. 17). O bloco histórico, para Gramsci, é formado quando determinado grupo social, respaldado pela formação econômica que o sustenta, atinge a hegemonia sobre os demais grupos, sendo necessária a criação de um consenso a partir da sua visão de mundo e projeto de sociedade (STACONNE, 1987). O bloco é histórico, segundo Galastri (2009, p. 82), "porque seria aberto à perspectiva histórica, não porque designaria um momento histórico específico".

A partir dessa concepção de bloco histórico, abre-se a possibilidade de gerar uma revolução das classes subalternas dentro da própria sociedade burguesa. É o que Gramsci define como sendo uma crise de hegemonia, um conceito original visto a partir da superestrutura, diferente daquele de Marx, em que a crise revolucionária acontece “na contradição entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas” (STACONNE, 1987, p. 17). Gramsci entende que essa crise acontece de maneira distinta, quando um novo grupo social tem por objetivo fazer valer sua hegemonia sobre o grupo e a hegemonia vigentes (STACCONE, 1987).

O conflito no bloco histórico é permanente. Para Gramsci, ele acontece antes na superestrutura política e ideológica e depois na estrutura econômica, entendendo esse conflito como um processo dialético, não meramente temporal. Ou seja, “enquanto trava-se a luta pelo controle hegemônico das superestruturas, o conflito estende-se também ao controle da estrutura econômica” (STACCONE, 1987, p. 18). A superestrutura, no bloco histórico, manifesta-se em Gramsci no seu conceito de sociedade civil e de sociedade política. Liguori e Voza, (2017, p. 366) explicam que Gramsci compreende o Estado como a unidade entre sociedade política e sociedade civil, ou a “hegemonia couraçada de coerção”.

A sociedade política é o domínio direto, realizado por meio do Estado enquanto agente coercitivo da hegemonia. Ela corresponde à ação política e à função coercitiva expressa nos aparelhos jurídico, penal, policial e militar (STACONNE, 1987). A sociedade política, ainda de acordo com Staconne (1987), é secundária no bloco histórico burguês porque só encontra seu papel quando há momentos de crise da hegemonia. Na estabilidade, a sociedade civil e seus organismos são os responsáveis por exercê-la. Para Gramsci, há um ajustamento entre Estado e sociedade civil: quando o primeiro está em crise, é possível vislumbrar a capacidade estrutural da hegemonia no segundo (STACCONE, 1987).

Gramsci entende que a sociedade civil é espaço subjetivo que comporta diferentes manifestações, extrapolando os limites de interesses particulares da burguesia. É, ainda, palco de construção de alianças e confronto de ideias, no qual as classes subalternas se organizam para disputar a prevalência da hegemonia (SEMERARO, 1999). Stacccone (1987) complementa esse conceito ao adicionar a ele elementos como a ideologia, os aparelhos privados hegemônicos – como a

religião, a educação e a imprensa – e seus materiais ideológicos. Para Simionatto (1995), Gramsci entende os aparelhos privados de hegemonia como o conjunto de organizações culturais que oportunizam o controle do consenso, exercido pela classe dominante.

É por meio desses organismos hegemônicos da superestrutura que a classe dominante exerce o que Gramsci chama de “direção intelectual e moral” da sociedade (STACCONE, 1987, p. 18). Cria-se, a partir daí, uma espécie de homogeneidade social, que permite a dominação dos grupos subalternos, fazendo parte, mesmo que por omissão, do estabelecimento dessa ordem hegemônica. Portanto, sendo um lugar de múltiplas expressões, a sociedade civil acaba por abrir espaço para o surgimento de uma revolução intelectual e moral, em que é possível gerar transformação. É na sociedade civil que os trabalhadores podem tomar consciência da própria identidade de classe e da necessidade de disputar a hegemonia com as classes dominantes.

Liguori e Voza (2017, p. 366) lembram que, sob o aspecto da relação de forças na sociedade civil, há um momento em que prevalece uma das forças, determinando “a unidade econômica e política”, como também “a unidade intelectual e moral”, que excede os limites dos interesses corporativos para aqueles universais, ou seja, de hegemonia. Para as classes subalternas, o momento da superação da fase econômico-corporativa de modo a “elevar-se à fase de hegemonia político-intelectual na sociedade civil e se tornar dominante na sociedade política” é o que Gramsci chama de *catarse*. Segundo Coutinho (2011, p. 121), Gramsci considera que este momento é essencial para determinar a práxis política. Na visão de Simionatto (1995), a *catarse* é a fase da hegemonia em que se atinge a consciência de classe e acontece a “passagem da estrutura para as superestruturas mais complexas” ou do “momento corporativo ao momento ético-político,” ou ainda, “a tarefa ‘ontológico-dialética’ de construir um novo bloco histórico”. É a passagem do objetivo para o subjetivo e de “deixar de ser a ‘classe em si’ e se tornar a ‘classe para si’” (SIMIONATTO, p. 44-45).

Um novo bloco histórico e uma hegemonia operária poderiam avançar para um novo modelo de Estado, que Gramsci chamou de sociedade regulada. Conforme Bianchi (2017), ela se constitui no entrelaçamento da sociedade civil com a

sociedade política de maneira que todos se sintam parte do governo, o verdadeiro sentido de Estado democrático na concepção gramsciana. Ele afirma que a sociedade regulada não repete a ideia de Estado-classe, por entender não ser possível haver igualdade política enquanto não houver igualdade econômica. O partido e o governo também não se confundiriam. Gramsci pensou o processo de transição para esta sociedade com um nível de ação coercitiva até se extinguir por completo as ações de coerção (BIANCHI, 2017).

A partir desse panorama geral que compõe a teoria gramsciana da hegemonia, o próximo tópico trata da compreensão desse conceito no jornalismo. Considera-se, para isso, a sua teoria do conhecimento, o papel do intelectual e da organização de classe na sociedade.

### 2.3 CONHECIMENTO, JORNALISMO E HEGEMONIA EM GRAMSCI

Conforme verificado anteriormente, Gramsci concebe a sociedade civil como palco de desenvolvimento da luta política, na qual a classe dominante atua por meio de organismos de reprodução de sua ideologia. Os aparelhos privados de hegemonia disseminam a visão de mundo dominante, sustentando a hegemonia por meio de um consenso ético-moral. Neste sentido, o papel do jornalismo para Gramsci é essencial na compreensão da ideologia do bloco histórico que se reproduz na sociedade e, também, da forma com que as classes subalternas podem lançar mão desse instrumento para progredir a uma nova hegemonia.

Partindo da filosofia da práxis como teoria do conhecimento e do conceito de jornalismo integral, é possível afirmar que o jornalismo, na visão gramsciana, é uma forma de produção de conhecimento. Considera-se, para tanto, o movimento dialético radical do pensamento gramsciano, no qual o jornalismo integral reflete uma práxis que condensa luta política e correção científica, em que o conhecer se realiza na relação entre prática e teoria, entre ciência e saber popular.

Semeraro (2015, p. 17) argumenta que, para Gramsci, a compreensão de si mesmo e a constituição de uma visão de mundo própria acontece “no campo das experiências concretas, na interlocução crítica com a cultura e no embate com os projetos políticos existentes no movimento real da história”. Também neste campo é

possível formular uma teoria do conhecimento e métodos adequados para cada pesquisa, conforme ela se apresenta e de acordo com suas necessidades.

Gramsci e Marx não separam o pensamento da realidade, nem a ação do conhecimento. Nesta forma de ver o mundo, os fatos e suas interpretações não podem ser entendidos como abstrações: “derivam da trama sociopolítica na qual os indivíduos estão situados” (SEMERARO, 2001, p. 17). É nessa visão de totalidade que articula uma práxis, unificando política, história e conhecimento, que se forjam os “sujeitos críticos e ativos”, impulsionadores de “autodeterminação e hegemonia”. Essa seria a “gnosilogia”, algo que supera a ideia de “técnicas e operações mentais, mas também o estudo da “experiência dos particulares imediatos” (SEMERARO, 2017, p. 17-18).

Se, para Gramsci, o senso comum é uma visão de mundo assimilada pelo conjunto social e cultural sem percepção crítica da realidade, é também efeito das relações concretas no curso da história (STACONNE, 1987). Para realizar a tarefa de desenvolver o conhecimento ativo, é necessário respeitar o senso comum, ou o saber popular, mesmo que ele seja desagregado e inorgânico, observando criticamente suas crenças e opiniões (SEMERARO, 2015).

Meditich (1998, p. 6) argumenta que, se o ponto de partida do jornalismo é a imediatividade do real, ele opera no “campo lógico do senso comum”. O autor defende que quando as ciências humanas valorizam a observação do cotidiano como desveladora das relações sociais, se ganha terreno na teoria do conhecimento. De certo modo, a perspectiva gramsciana alerta para a necessidade de compreender o senso comum e como ele se constitui, objetivando um diálogo permanente e crítico que amplie a visão sobre a realidade concreta. Na vida cotidiana, o senso comum se constitui, porque é nela que as experiências se tornam objetivas. É nesse ambiente que o jornalismo atua e é onde também acontece a luta política.

Os problemas concebidos na realidade vivida, no entendimento gramsciano, resultam da própria formação econômica e social, delimitando o processo de produção de conhecimento. Na medida em que assume organicidade, este processo toma concretude, “visto que seus problemas surgem da dinâmica contraditória vivida no calor das contraditórias relações sociais”. É onde se supera uma noção

contemplativa da realidade, favorável às relações hegemônicas, para dar vazão a um processo que busca superar os problemas que surgem da “dinâmica sócio-histórica” (MARTINS, 2008, p. 246-247). Gramsci acentua que, sendo qualquer filosofia passível de se tornar senso comum, é preciso formular uma filosofia que refaça o senso comum, a partir da coerência e do “vigor das filosofias individuais”. Para ele, isso só ocorre a partir do momento em que há o “contato cultural com o mais ‘simples’” (GRAMSCI, 2014, p. 101).

[...] a filosofia da práxis não busca manter os “simples” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 2014, p. 103).

Uma teoria do conhecimento, para Gramsci, só pode significar a operação que permite o entendimento às classes subalternas, de forma livre e consciente, da relação contraditória entre a sua condição de vida e os discursos da classe dominante que tentam ocultar as relações de poder. Gramsci entende que as classes subalternas podem influir na construção de sua própria subjetividade e adquirir uma percepção da realidade que conteste o que está posto, com o objetivo de criar uma nova sociedade, se estiverem baseadas na relação entre os “problemas reais do mundo”, suas contradições e formas políticas de superá-las (SEMERARO, 2015, p. 18).

A ideologia hegemônica prevalece no senso comum das classes subalternas, aparentando um falso equilíbrio das relações sociais. Mascara a realidade, fazendo o poder parecer legítimo por meio da manipulação. Portanto, é necessário combatê-la, porque expressa e universaliza um pensamento hegemônico em que as relações de poder são naturalizadas (SEMERARO, 2015, p. 31). É por isso que, para Gramsci, a produção do conhecimento, processo histórico e dialético, é uma possibilidade de desvelamento da realidade e de seus conflitos sociais. Esse fator elevaria a luta política das classes subalternas para a construção de um novo bloco histórico e, portanto, de uma nova hegemonia (MARTINS, 2008).

Ao invisibilizar a ideologia, como faz o jornalismo na lógica hegemônica capitalista, não há como produzir conhecimento, se a leitura se basear em uma compreensão gramsciana. À medida que o jornalismo procura uma neutralidade discursiva, reproduz uma ideologia dominante que busca manter um falso consenso entre classes e, conseqüentemente, um falso conhecimento sobre a realidade. Por outro lado, o jornalismo como forma de produção de conhecimento a partir da consciência crítica das classes subalternas pode não somente visibilizar a ideologia dominante: pode ser ponte entre o senso comum e o rigor científico, instrumento para a formação da consciência coletiva e para a construção de uma nova hegemonia.

O jornalismo e a imprensa da época foram assuntos recorrentes nos textos de Gramsci, incluindo aqueles da fase pré-cárcere. Ele procura estudar o tema analisando a imprensa burguesa e seu papel político e ideológico, preocupando-se em propor um caminho para a imprensa da classe operária. De acordo com Moraes (2010), em suas publicações da fase pré-carcerária, em jornais como *L'Ordine Nuovo* e *L'Unità*, Gramsci já expressava sua compreensão sobre o papel desempenhado pela imprensa hegemônica. “Ele critica o alinhamento ideológico de grandes jornais ao poder”, e “as fórmulas verticalizadas de controle do noticiário e da opinião” (MORAES, 2010, p. 63). Gramsci também observa que a classe trabalhadora deve lembrar que o “jornal burguês” é fruto do capital privado e reflete as posições da classe dominante. É instrumento de reprodução de interesses da hegemonia capitalista e, por isso, os trabalhadores devem recusá-lo (MORAES, 2010).

O tema é novamente abordado por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere*, quando analisa a imprensa italiana. Refere-se a ela como instrumento que mantém, defende e desenvolve ideologicamente o bloco histórico que hegemoniza a sociedade, contribuindo para a difusão de um “tipo de cultura” e orientando o entendimento sobre os fatos sociais a partir da perspectiva ideológica hegemônica. A imprensa italiana de seu tempo interferia na forma de compreensão dos acontecimentos, sendo caracterizada por Gramsci como um partido político - um traço contemporâneo em monopólios de mídia privados, como o que temos no Brasil, hoje. Reflete, ainda, que os jornais do bloco hegemônico cumprem função



não apenas ideológica, mas também se movimentam a partir dos interesses econômico-financeiros das empresas jornalísticas. Para obter lucro e influência, buscam atrair leitores por meio de elementos que interessem ao gosto popular, ou ao senso comum (MORAES, 2010).

Gramsci (2001, p. 199) distingue jornais de informação como sendo diferentes dos jornais de opinião. Os primeiros seriam aqueles “sem partido” declarado e que se constituem em empresas jornalísticas, operando na lógica do sistema burguês não apenas ideologicamente, mas na perspectiva do lucro. Já os jornais de opinião trazem o posicionamento oficial de um partido ou de alguma organização, como os jornais católicos, frequentemente citados na obra gramsciana.

Nas anotações sobre jornalismo nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci apresenta sua concepção de jornalismo integral. Segundo Moraes (2010, p. 66), é composto de elementos ideológicos e socioeconômicos e tem proeminência porque objetiva articular e reproduzir “informações e ideias que concorrem para a formação do consenso em torno de determinadas concepções de mundo”. O jornalismo integral gramsciano é aquele não se limita a “satisfazer todas as necessidades (de certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades”, o que pode decorrer em aumento de público e de área de influência (GRAMSCI, 2001, p. 197).

O jornalismo integral busca uma totalidade histórica. Não é neutro e compreende uma visão de mundo que procura desvelar a ideologia dominante e estimular o processo de formação da consciência coletiva, buscando a construção de um novo bloco histórico, capaz de disputar a hegemonia na sociedade. Diferentemente do jornalismo burguês, no qual a ideologia é reproduzida de forma a criar uma falsa percepção da realidade, no jornalismo integral, a consciência do processo histórico é presente. Por isso, contempla o contexto histórico e os elementos da realidade concreta, buscando a integralidade das relações sociais que sustentam o fato e o acontecimento.

Para possibilitar a conexão entre senso crítico e realidade histórica, Gramsci entende ser necessário articular informação e contextualização para formar discursos que permitam o pensamento concreto. Um processo orgânico que evolua do senso comum para um pensar coerente. Para ele, é necessário democratizar a

forma de pensar, fornecendo subsídios para que o leitor construa seu entendimento a partir dos fatos, sem a interferência dos conceitos pré-elaborados. (MORAES, 2010).

O trabalho necessário é complexo e deve ser articulado e graduado: deve haver dedução e indução combinadas, a lógica formal e a dialética, identificação e distinção, demonstração positiva e destruição do velho. Mas não de modo abstrato, e sim, concreto, com base no real e na experiência efetiva. (GRAMSCI, 2001, p. 206).

O jornal da classe trabalhadora, ou do partido, para Gramsci, tem como condição construir a necessidade histórica de transformar as relações sociais de produção. Esse jornalismo se difere porque se posiciona em defesa dos interesses das classes subalternas. Busca desvendar a ideologia dominante, distribuída pelos jornais de forma subliminar e fragmentada, por meio de uma perspectiva histórica e de análise da conjuntura. Neste sentido, a notícia, ou o acontecimento, não poderiam estar descolados da realidade concreta a que pertencem, referindo-se à integralidade, ou à ideia de totalidade que envolve toda a produção gramsciana.

Gramsci (2001, p. 199-200) categorizou os produtos jornalísticos em tipos de revista, caracterizadas pelo modo como eram redigidas, pelo público leitor a quem se dirigiam e pela função educativa pretendida. Elas deveriam manter um caráter unitário, com “redação homogênea e disciplinada”, refletindo um trabalho de unidade intelectual, embora fosse necessária a “variedade do estilo e das personalidades literárias” Gramsci também se preocupou em propor uma série de rubricas, explicadas por Barbosa (2012) como algo semelhante às editorias. São elas: “*dicionário enciclopédico político-científico-filosófico*”, que responderia a textos enciclopédicos de certa dificuldade de entendimento ao leitor e que tratasse de conceitos ligados à política, à filosofia e à ciência; “*biografias*”, com ênfase em “histórias que possam inspirar orientações intelectuais ou morais”; “*exame crítico-histórico-bibliográfico das situações regionais*”, com resenhas que guiassem o estudo sobre a temática regional; “*compilação de jornais e revistas de interesse*” para instrumentalizar o leitor sobre diversos temas ou sugerir retrospectivas; “*resenhas de livros*”, para o leitor que não pudesse ter acesso ao livro ou para debater os principais temas nele abordados; e “*compilação crítico-bibliográfica*”, que

teria por objetivo o trabalho de formação mais complexo. (BARBOSA, 2012, p. 242-243).

Gramsci (2001) também se referiu aos almanaques ou anuários. Para ele, esses produtos editoriais deveriam se diferenciar do almanaque popular comum, elaborado a partir da lógica do pensar do “leitor médio do jornal”. Não deve ser um conjunto de textos longos, mas “preparado de maneira orgânica, de acordo com um plano geral, de modo a funcionar como a antecipação de um determinado programa de revista”, tratando de assuntos de relevância. Ele sugere que é preciso estudar os almanaques populares porque aqueles produzidos com qualidade podem atuar como “pequenas enciclopédias da atualidade” (GRAMSCI, 2001, p. 209-210).

A produção jornalística para Gramsci corresponde, portanto, a um conjunto de publicações, cada qual com características diferentes, considerando sempre o objetivo educativo a que se destina, o público que será atingido e o tipo de redação. Propõe, também, que se mantenha contato com o simples para aprender com ele e elevá-lo à consciência crítica, superando o senso comum. Dessa forma, poder-se-ia atingir o maior número de pessoas possível.

O ensino do jornalismo foi, igualmente, problematizado por Gramsci. De acordo com seu pensamento, é princípio fundamental que o jornalismo seja ensinado, criticando a ideia de que o jornalista deve ser forjado na prática. Defende que, em alguns tipos de jornal, a própria redação pode ser o ambiente da escola profissional, “integrando as reuniões periódicas da redação em escolas orgânicas de jornalismo”. As aulas poderiam ser assistidas por convidados interessados no ofício e estes espaços passariam a se configurar como “verdadeiras escolas político-jornalísticas”, abrangendo temáticas inerentes à história, à economia, ao direito constitucional, entre outras. Poderiam ser ministradas por “especialistas alheios ao jornal e que saibam compreender suas necessidades”. Para Gramsci, o jornalista precisa ter compreensão do processo completo de produção, ou seja, “todo redator ou repórter deve ser posto em condições de redigir e de dirigir todas as partes do jornal” (GRAMSCI, 2001, p. 212-213).

Nos Cadernos aparecem referências à ideia de “jornal de Estado”, ligado “às estruturas governativas não liberais”, aquelas em que sociedade política e civil se misturam, sejam elas de caráter despótico ou democrático. Ele sugere que, se o

Estado é responsável pela escola, pode também ser pelo jornalismo, atividade qualificada como “a escola dos adultos” (GRAMSCI, 2001, p. 229).

A teoria gramsciana da hegemonia não busca caracterizar somente o que seria um modelo de sistema hegemônico. Também não se contenta com a crítica ao capitalismo, à falsa ideologia e aos métodos de manutenção do consenso, que acontecem ora de forma subliminar, ora por força do aparato legal e coercitivo. É uma teoria viva, em que as condições objetivas e subjetivas de determinado período histórico podem reconfigurar a perspectiva hegemônica, possibilitando às classes subalternas transformar as relações de produção e realizar uma reforma intelectual e moral na sociedade. À luz dessa compreensão, a figura do intelectual e do partido como “príncipe moderno” tomam significados na obra gramsciana.

A questão dos intelectuais é um tema bastante presente na obra de Gramsci. Os intelectuais são sujeitos políticos, com uma função condicionada às relações sociais de produção e à classe social a que estão vinculados. A concepção de intelectual de Gramsci toma corpo na medida em que estrutura seu conceito a partir da crítica ao modelo de intelectual dominante, responsável por reproduzir a ideologia hegemônica do capital por meio dos discursos (MALINA, 2016).

De acordo com Pereira (2004), os intelectuais são aqueles cuja existência é correlata a um “grupo social ou instituições políticas”, porque atuam para garantir “homogeneidade e consciência” a esses sujeitos coletivos. A partir de uma relação entre teoria e prática, esses grupos podem atuar como “um conjunto orgânico” e disputar a hegemonia na sociedade (PEREIRA, 2004, p. 03). Na leitura de Malina (2016, p. 57), Gramsci pensou os intelectuais como “responsáveis pela organização da rede de crenças e relações tanto institucionais quanto sociais”, atuando, na perspectiva do capitalismo, para realizar o consentimento das classes dominadas à ordem hegemônica.

Os intelectuais exerceriam, em nome do grupo dominante, “funções subalternas da hegemonia social e do governo político”. Em primeiro lugar, seriam agentes do “consenso espontâneo” das massas em torno da orientação dominante. Em segundo, também teriam papel no “aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem

passivamente”, quando há momentos de crise nos quais o consenso não se realiza espontaneamente (GRAMSCI, 2001, p. 20-21).

As formulações de Gramsci sobre os intelectuais e o papel que exercem na sociedade aparecem pela primeira vez nos escritos pré-carcerários. Em *A questão meridional*, de acordo com Vacca (2016), Gramsci se dedica a investigar como se estabeleceria na Itália o “problema da hegemonia do proletariado”. Percebe a importância da “pequena burguesia intelectual”, capaz de influenciar as “classes médias rurais e urbanas” e interferir decisivamente contra uma aliança do campesinato com os operários industriais (VACCA, 2016, p. 78). Buscando entender as especificidades italianas para inseri-las numa perspectiva revolucionária, Gramsci amplia seu quadro de análise, retornando ao tema da construção da hegemonia proletária, observando as diferenças entre a Itália e a Rússia e deslocando a análise cada vez mais para o campo político. Esse movimento faz com que Gramsci acentue “o papel ideológico das classes médias”, e traga, em sua leitura, o tema dos intelectuais que será aprofundado nos *Cadernos do Cárcere* (VACCA, 2016, p. 78-79).

Constituídos no conjunto das relações sociais, os intelectuais se dividem em diversas categorias que se estabelecem, segundo a teoria gramsciana, de duas formas. A primeira diz respeito àquela em que o grupo social, “originário de uma função essencial no mundo da produção econômica”, desenvolve, de maneira orgânica, “uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político”. Os intelectuais orgânicos são definidos por Gramsci como aqueles que surgem e são progressivamente desenvolvidos pelas classes sociais emergentes (GRAMSCI, 2001, p. 15-16).

A segunda forma reúne as categorias de intelectuais remanescentes de outras formações sociais, políticas e econômicas. Representam “uma continuidade histórica” que não foi rompida pelas novas formas sociais e políticas” (GRAMSCI, 2001, p. 16). Essas categorias fazem parte do conjunto que Gramsci denominou de intelectuais tradicionais. Colocam-se em uma posição de autonomia diante das classes dominantes, refletindo uma concepção idealista, refutada como fundamento da filosofia da práxis (GRAMSCI, 2001).

Mesmo sem expressão, essas categorias resistiram a profundas mudanças e, ao se coagularem “na estrutura social”, agem de forma subalterna para a manutenção da hegemonia de outros blocos sociais (PEREIRA, 2004, p. 03). Gruppi (1980) explica que, em uma nova ordem dominante, as classes sociais dela emergentes desenvolvem seu conjunto de intelectuais orgânicos e absorvem os intelectuais tradicionais. No capitalismo, os intelectuais orgânicos estão diretamente ligados à produção, enquanto os intelectuais tradicionais cumprem uma função de “mediação política”.

Gramsci (2001, p. 53) desmistifica a ideia de intelectual constituída no arquétipo tradicional, que se cristaliza nas figuras do literato, filósofo, artista ou jornalista. Para o pensamento gramsciano, os intelectuais se constituem na base da “educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial” e as suas funções são dadas dentro das relações sociais. Os intelectuais não podem ser determinados por uma ideia cristalizada de “saber superior”. Para desenvolver o “novo tipo de intelectual”, é preciso que a sua atividade seja constituída criticamente, a partir do grau de desenvolvimento de cada um, “modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio”. Esse esforço seria o “elemento de uma atividade prática geral, que inova perpetuamente o mundo físico e social”, e se transforma no “fundamento de uma nova e integral concepção do mundo” (GRAMSCI, 2001, p. 53). Para Gramsci, todos podem ser intelectuais, embora nem todos tenham esse papel na sociedade. É uma tarefa que exige especialização (GRAMSCI, 2001, p. 19), realizada na relação entre teoria e prática, filosofia e política.

[...] a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquelas massas, ou seja, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social [...]. (GRAMSCI, 2014, p. 100).

Neste sentido, compreendendo a visão de Gramsci, é possível relacionar o papel do jornalista como sendo de intelectual. O jornalista pode exercer o papel de intelectual tradicional, à medida que opera o jornalismo numa perspectiva calcada nos princípios ético-morais de uma formação socioeconômica e política já superada,

mas que ainda representa o pensamento de uma parcela da sociedade. Também pode atuar como intelectual orgânico, aquele que representa os interesses dos grupos sociais que se instituem na nova estrutura social. Seja para a manutenção dos interesses dos grupos que formam o bloco histórico hegemônico, seja na perspectiva da construção de uma nova hegemonia, de um novo bloco histórico que congregue as classes subalternas, o jornalista como intelectual cumpre um papel político para a orientação das massas, a disseminação da vontade coletiva e a construção de uma reforma intelectual e moral.

Para Gramsci (1978, p. 13), é preciso difundir as “verdades descobertas” de forma crítica para que elas sejam capazes de forjar uma nova cultura, ou uma nova ordem intelectual e moral. De acordo com Del Roio (2018, p. 10), em Gramsci, o “espírito popular criativo” aparece como uma resposta à questão de como aprofundar o senso comum para realizar “uma reforma moral e intelectual que viria a produzir uma nova hegemonia dentro de um novo bloco histórico”, vinculando a “espontaneidade das massas” a “uma direção consciente”.

O novo intelectual é aquele que, inserido ativamente na vida prática, realiza a função de organizador persuasivo: não um mero orador, mas aquele que se sobressai da condição de especialista para a condição de dirigente (GRAMSCI, 2001, p. 53). Essa camada de intelectuais teria papel fundamental na reforma moral e intelectual pretendida por Gramsci. O jornalismo, na troca entre o senso comum e a consciência crítica, entre teoria e prática, poderia emanar as ideias necessárias para a revolução da estrutura econômica e para a reforma no campo das ideias e da cultura. Para Gramsci (2001, p. 199 e 200), o produto jornalístico deveria mobilizar o pensamento concreto, “transformar, homogeneizar, de acordo com um processo de desenvolvimento orgânico que conduza do simples senso comum ao pensamento coerente e sistemático”. O corpo de jornalistas deveria atingir “certo grau de homogeneidade cultural”, tarefa complexa que “representa um ponto de chegada no desenvolvimento de um movimento cultural” (GRAMSCI, 2001, p. 209-210).

Del Roio (2018, p. 8) argumenta que, na visão gramsciana, o conhecimento, a experiência e o protagonismo da classe operária impulsionariam uma “ordem social fundada no trabalho emancipado” e uma reforma intelectual e moral. A tarefa dos intelectuais é, portanto, a de se unir a este movimento e fazer de suas ideias um conjunto orgânico de ruptura com a ordem vigente.

Do senso comum das massas, Gramsci acreditava que brotariam a criatividade e a criticidade necessárias para desenvolver uma nova forma de sociedade. O dirigente emerge dessa capacidade criativa e espontânea da massa; no entanto, deve observar a disciplina individual e coletiva como essencial para que seja possível realizar a ruptura com o sistema dominante. A reforma intelectual e moral é fruto da cultura popular, mas deve gerar um avanço intelectual das massas, tornando desnecessária qualquer distinção entre intelectuais e não intelectuais (DEL ROIO, 2018).

Mais que qualquer outra ideologia, o marxismo poderia compor esse novo senso comum, certo que muito vulgar num primeiro momento, mas capaz de alimentar a vontade coletiva em formação com um mito transformador, um mito do novo começo, levado em frente pelo “Príncipe moderno”, o antecipador da nova ordem. A destruição do senso comum subalterno em suas diversas facetas e a construção de uma nova hegemonia seria a missão da reforma intelectual e moral que superaria a separação entre senso comum das massas subalternas e a cultura e ciência dos intelectuais de classes privilegiadas. (DEL ROIO, 2018, p. 14).

Pereira (2004, p. 3) explica que, no curso da história, determinados grupos constituem-se em bloco hegemônico e passam de “classe corporativa a classe dirigente na medida em que são capazes de responder melhor aos desafios histórico-sociais de cada época”. Essa formação hegemônica se constitui em “príncipes”, ou “tipificações ideais capazes, dentro da concepção maquiavélica, de articularem suas qualidades próprias (virtu) às condições sócio-políticas (fortuna) em que atuam”. Este papel de hegemonia política, segundo Gramsci, foi exercido na Itália pela Igreja Católica até a ascensão do Estado, momento em que perdeu sua proeminência, passando a disputar a hegemonia na sociedade. Partindo da noção maquiavélica, Gramsci desenvolve a ideia do partido como o “moderno príncipe” (PEREIRA, 2004).

A complexidade do partido político na sociedade pode ser traduzida, para Gramsci, na intersecção entre sociedade civil e sociedade política. O partido, resultado dos desdobramentos da história, é o primeiro organismo em que se condensa uma vontade coletiva. Em relação ao Estado, Gramsci considera os partidos “como escolas da vida estatal”, mas que se diferenciam dele porque são “associações voluntárias”, responsáveis por questões particulares, realizadas primeiro na sociedade civil e depois no Estado, como a formulação “da ‘orientação



política’, a promoção de uma ‘vontade coletiva’ que a sustente e a seleção das classes dirigentes” (VACCA, 2016, p. 304).

Para determinados grupos, o partido cumpre o papel de formador de seus próprios intelectuais orgânicos, que se forjam “diretamente no campo político e filosófico, e não no campo da técnica produtiva”. No entanto, para todos os grupos sociais, o partido funciona como cimento “entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais”. Essa função é dependente da capacidade do partido de transformar seus componentes em “intelectuais políticos qualificados”, capazes de dirigir e organizar as tarefas necessárias para o “desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política”. (GRAMSCI, 2001, p. 23-24). Por isso, conquistar a autonomia intelectual é a principal tarefa do partido. Somente com uma perspectiva filosófica própria é que o partido pode dar sustentabilidade à vontade coletiva. Para Gramsci, mesmo que a ação política não derive de um sistema filosófico, a organização partidária precisa ter uma “teoria própria da história e da política” como condição para o seu desenvolvimento (VACCA, 2016, p. 298).

Fruto de uma experiência histórica, a vontade coletiva se expressa por meio do partido, mecanismo que deve também congrega “a experiência e a consciência”, mola propulsora da reforma intelectual e moral proposta por Gramsci. O objetivo dessa reforma seria a superação das “ideologias que preservam a situação de subalternidade das massas, seja a religião ou as filosofias metafísicas”. Sua base é a mudança “das relações sociais e do processo de produção material”, concretizando a reforma econômica e edificando um novo bloco hegemônico (DEL ROIO, 2018, p. 17).

Conforme já foi visto anteriormente, é na sociedade civil que os aparelhos privados de hegemonia exercem sua função de difusores da ideologia dominante. A imprensa ou o jornalismo, para Gramsci, na perspectiva da classe trabalhadora, precisa suplantar a visão de mundo da classe dominante e criar condições para uma nova consciência crítica que articule as classes subalternas, ao mesmo tempo em que é produto dela e de sua consciência de classe. Moraes (2010, p. 65) afirma que Gramsci caracteriza “o jornal partidário como intérprete e elemento propulsor das reivindicações populares”. Seu principal objetivo é o de “conscientizar as massas

sobre a exigência insuperável de se derrogar o capitalismo”. O jornal é também o órgão capaz de realizar a orientação política, disseminar a vontade coletiva e formar uma parcela de quadros dirigentes.

Na perspectiva do jornalismo integral, os jornalistas adquirem papel de intelectual orgânico porque compõem as camadas de intelectuais atuantes na perspectiva histórica de transformação das relações sociais de produção. A racionalidade e o conhecimento, a análise das situações à luz da história e das relações sociais de produção, a unidade entre a teoria e prática, entre as condições materiais e a força da vontade coletiva são a base de uma práxis jornalística integral. Nessa lógica, o jornalismo é um instrumento de crítica à falsa ideologia disseminada pela classe dominante em mesma medida que é um campo para a disputa de hegemonia, operando para a construção de um novo bloco histórico que represente os interesses das classes subalternas. O jornalismo reflete as disputas de classe na sociedade e, portanto, tem caráter político e ideológico, se configurando como uma célula ativista em torno do conhecimento e do desvelamento da ideologia.

### 3 JORNALISMO, CONHECIMENTO E HEGEMONIA

Em todas as situações da vida humana, individuais ou coletivas, é necessário tomar decisões determinadas pelo grau de conhecimento e de informação. Na busca pelo conhecimento adquirido, experienciado e racionalizado, o jornalismo encontra uma de suas funções sociais. É fruto de uma necessidade histórica de conhecimento, se desdobrando em uma ferramenta de produção e reprodução simbólica, processo constituído ideologicamente.

Embora a historiografia demonstre a existência de práticas pré-jornalísticas anteriores à modernidade, é a partir do ideário moderno que aparecem as primeiras experiências do que atualmente compreendemos como jornalismo. Charron e Bonville (2016) fazem uma marcação histórica, categorizando o jornalismo em quatro tipos. Até chegar ao que denominam como “jornalismo de comunicação”, fenômeno observado a partir dos anos 1970 e 1980, os autores refletem sobre modelos nos quais está escrita a história do jornalismo.

O fim do século XVII, com o surgimento dos primeiros jornais, é a fase do “jornalismo de transmissão”, de trocas de informações. Essas publicações se colocam apenas como um elo entre fonte e leitor. Somente no século XIX ganhou proeminência o “jornalismo de opinião”, em que o contexto de transformações trouxe a necessidade de ação política, refletida nos jornais.

Com a consolidação do capitalismo, a empresa jornalística prospera em simetria com a necessidade da nova classe dominante de imprimir outra lógica política ao jornalismo, de assentamento da ordem burguesa. Esse processo vai se estabelecer no fim do século XIX e, conforme Charron e Bonville (2016), o período é marcado pelo “jornalismo de informação”. Embora não encerre as práticas do jornalismo de opinião, sobrepõe-se como modelo ideal e orienta a lógica das primeiras escolas de jornalismo.

Essa referência inicial subsidia a reflexão sobre uma perspectiva histórica e teórica do jornalismo que este capítulo busca realizar. O ponto de partida compreende o desenvolvimento do jornalismo como prática social e como área teórica. Busca-se relacionar o conceito de jornalismo à produção de conhecimento a

partir da junção entre prática e teoria, ou de uma ideia de práxis jornalística que desvende as diversas formas de compreender a realidade.

A partir desses elementos, a disputa de hegemonia provoca uma discussão sobre como o jornalismo opera na lógica hegemônica capitalista, considerando as condições materiais que afetam a produção jornalística e as práticas que demonstram seu papel para a manutenção de uma organização social hegemônica.

### 3.1 PERSPECTIVA HISTÓRICA E TEÓRICA DO JORNALISMO

A origem do que se conhece hoje como jornalismo tem raízes na troca cultural determinante para as invenções técnicas que o impulsionaram. Não é, portanto, obra de um único povo, época ou civilização. Lage (2001a, p. 11) afirma que a imprensa, como grande parte das “criações do Renascimento europeu”, foi fruto de “apropriações e desenvolvimentos de recursos técnicos criados por outras culturas” e amalgamados pela hegemonia da cultura ocidental. É resultado do confronto e do acúmulo de técnicas desenvolvidas em diversas regiões do mundo, mas também da necessidade de conhecimento sobre a realidade e de propagação de uma ideologia dominante.

Tanto o papel como as técnicas de impressão já eram conhecidos pelos chineses e, possivelmente, chegaram ao mundo ocidental pelas rotas islâmicas. Atribui-se a Pi Shen a invenção de caracteres tipográficos móveis de argila, entre os anos de 1040 e 1050. No início do século XIII, surgem na Coréia os caracteres de metal, os quais foram utilizados na Europa somente meio século depois, por artesãos como Gutenberg, que desenvolveu um método de impressão (THOMPSON, 2013). Produto da modernidade, o jornalismo aparece no Renascimento e se desenvolve no conjunto das revoluções político-culturais daquele tempo. No Iluminismo, marcou a relação entre a filosofia, a política e o senso comum popular (PONTES, 2010, p. 2).

Com a ascensão da burguesia, a imprensa ganhou proeminência e sofreu alterações na forma, no conteúdo e nas técnicas de produção. Este processo está relacionado ao desenvolvimento do comércio e à vida concentrada no meio urbano, o que amplia a troca de mercadorias e forja as condições para o acirramento de

classe e todas as transformações que estariam por vir (LAGE, 2001a). A atividade mercantil exigia conhecer a escrita e a leitura, além de concentrar a população no espaço urbano. A partir da sua condição material, o mercantilismo articulou a organização dos poderes e o sentimento da nacionalidade, fixado nos idiomas. Todas essas condições foram preponderantes para o desenvolvimento da imprensa, que se tornou um “instrumento de propaganda e informação” (LAGE, 2001a, p. 12).

O primeiro jornal publicado, até onde se tem conhecimento, é advindo da Alemanha, no começo do século XVII, na cidade de Bremen (1609). Neste mesmo período, havia outras publicações em edição na França, na Suíça, na Holanda, na Bélgica, no Reino Unido e em outras regiões alemãs (LAGE, 2001a). As gazetas apareceram na Europa, mais precisamente na França, em 1604, com a *La Gazette Français*; em 1605, é lançada a *Nieuwe Antwersche Tijdinghe*, na Bélgica; e, em 1615, a *Deutsch Frankfurter* foi a primeira a veicular “notícias do dia anterior” em suas edições (SOUSA, 2008, p. 76).

No século XVIII, Briggs e Burke (2006) afirmam que, em algumas partes da Europa, o jornal passou a ser diário, contribuindo para o surgimento da opinião pública. Orientado pelo racionalismo, o jornalismo era “o campo em que as polêmicas, as críticas, a retórica e muitos debates circulam propondo sentidos ao imaginário do público” (PONTES, 2010, p. 3). O protagonismo da burguesia, resultado das novas relações de produção já existentes sob o poder político das antigas instituições, promoveu um novo ciclo de desenvolvimento da imprensa. Os jornais se tornaram instrumentos da política partidária entre o século XVIII e XIX, “momento das revoluções burguesas, que representam o ponto de culminância da crise do Antigo Regime” (GUIMARÃES, 2015, p. 34). A imprensa cumpriu papel importante neste contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais, mas também se modificou, no intuito de “atender a uma disputa política” que reflete novamente “no modo de se produzir, organizar e apresentar o conteúdo para um público sedento de informações e debates” (GUIMARÃES, 2015, p. 34). O novo ambiente promoveu o aumento das tiragens de jornais e os reflexos da Revolução Industrial atingiram a produção jornalística.

A segunda metade do século XIX assistiu a nova onda de mudança nas matérias publicadas quanto ao seu estilo (LAGE, 2001b). O desenvolvimento do

capitalismo constituiu um tecido social urbanizado e industrial. O novo leitor foi forjado em um caldo cultural popular e mais objetivo, para quem a disputa de ideias passou a desinteressar, visto que não havia mais oposição à altura da burguesia. (LAGE, 2001b). A organização proletária, segundo Lage (2001b), também encontra dificuldades, seja pela recessão econômica ou pela repressão do aparelho coercitivo do Estado burguês. Para o autor, a capacidade de mobilização do discurso revolucionário só encontra amplitude social quando “apoiado em estrutura política suficientemente poderosa ou quando responde a uma situação de real desespero”, considerando que o público não engajado se interessa por ideias possíveis de executar. É nesse período que surge a reportagem, colocando em evidência questões como o privado em detrimento do público, o interesse individual em detrimento do coletivo, o direito ao sigilo e o dever da transparência do Estado, os limites éticos e desdobramentos sociais da expansão do sistema capitalista (LAGE, 2001b).

A partir de 1830, a burguesia, agora estabilizada no poder e fortalecida com a revolução industrial, reforçou sua guinada conservadora. Entre 1830 e 1848, houve o domínio da nova classe sobre o aparelho estatal, o incremento do comércio internacional e o desenvolvimento de novas áreas de industrialização (GUIMARÃES, 2015). Sob outro ponto de vista, a crítica ao capitalismo e à burguesia é crescente. O modelo resultou “no empobrecimento e insatisfação das massas; na expulsão dos camponeses da terra; e no surgimento da classe operária como uma força política” (GUIMARÃES, 2015, p. 38). Em 1846, uma crise econômica assolou a Europa e, como consequência, insurgiu uma onda revolucionária, que culminou em 1848.

Esse momento de nova agitação política recoloca o papel dos jornais como instrumento de debate, esclarecimento, propaganda e disputa de ideias. Lá, o alvo era o Estado absolutista e o mundo feudal do qual ele ainda era resquício; aqui, o alvo é a nova classe dominante, cuja ação já oprime e submete parcelas significativas da humanidade. Antes, como expressão das liberdades individuais que marcavam a esfera pública burguesa, a intensidade da agitação política se media pelo vigor e pela multiplicidade de jornais que disputavam a influência sobre a opinião pública a partir de iniciativas pessoais, de editores-militantes; agora, o papel do jornal e do jornalismo político poderia ter efeitos muito mais estruturantes. Foi nesse período, entre junho de 1848 e maio de 1849, que circulou, por exemplo, a Nova Gazeta Renana, jornal alemão criado para ser um “órgão da democracia”, do qual Marx era redator-chefe. [...] Todos os principais acontecimentos, nacionais e, especialmente, internacionais, que marcavam

a movimentação daqueles meses são noticiados e comentados nas páginas do jornal, a partir de um posicionamento político claramente assumido. Isso não impede que a publicação se dedique tanto a 'notícias' como a textos 'argumentativos', entendendo aquela como a informação mais atual (quente, no jargão jornalístico de hoje), que traz a 'novidade' que o público espera, mas aparentemente sem que disso se gere uma oposição, seja de concepção, seja de espaço no jornal. (GUIMARÃES, 2015, p. 39).

Com a consolidação do poder agora nos principais países europeus e nos Estados Unidos, a burguesia se unificou para cimentar a ordem, colocando a serviço dessa tarefa todos seus instrumentos de formação de opinião. O jornal do partido social-democrata questionava o monopólio da burguesia sobre a informação, mas se transformou em alvo de críticas. A ordem burguesa se apresentava como democrata e articulava o rechaço às organizações populares, atribuindo a elas “uma imagem demagógica e manipuladora” (GUIMARÃES, 2015, p. 42). Por outro lado, ainda de acordo com Guimarães (2015), a burguesia também aplicava a censura a jornais e militantes políticos.

Lage (2001a, p. 18) complementa o entendimento de Guimarães quando diz que as mudanças geradas pelo capitalismo na ordem social alteraram as “técnicas de fazer o jornal”. O autor explica que, se antes havia um privilégio para opiniões e interpretações nos jornais, claramente identificadas com “uma linha de pensamento determinada e sempre reiterada”, agora, com a consolidação do poder, não seria mais possível que o jornal burguês noticiasse a escassez, os motins e descontentamentos populares ou prisões de manifestantes, como fazia a burguesia contra o governo aristocrático. Além disso, a burguesia precisaria lidar com a nova exigência de um público que acumulava insatisfações e buscava adquirir conhecimento, o que poderia afetar os interesses dominantes. Era preciso buscar novas formas de reiterar a ideologia na produção de informação (LAGE, 2001a).

O sensacionalismo cumpriu essa tarefa por meio de uma imprensa mais comprometida com o espírito individual, ou com a representação de consciência do leitor comum. Para manter esse interesse popular, passou a fazer uso de sentimentalismo, da realidade violenta, da manipulação, do maniqueísmo e da simplificação. Por outro lado, a “imprensa prestigiada gerou o entendimento fundado na *imparcialidade*, na *objetividade* e na *veracidade* da informação” (LAGE, 2001a, p. 18). Esses valores se apresentam como equilibrados diante de uma suposta subjetividade da análise crítica e, como critérios para aferir a verdade, cumprem a

função de reforçar a ideologia, antes exercida pela opinião direta. É a técnica como produto da história, como afirma Lage (2001a). Para consolidar a necessidade histórica da burguesia, era preciso conformar o jornalismo em um modelo que aparentasse isonomia, a partir de uma relação com a ciência, enraizando a ideologia na sociedade de forma difusa e subliminar.

O estudo do jornalismo enquanto campo teórico remonta, de forma mais consistente, ao período que corresponde ao fim do século XIX e ao começo do século XX. Para Rüdiger (2017), foi por volta de 1900 que a preocupação com uma ciência do jornalismo se ampliou, período que coincide com o novo patamar atingido pela imprensa e que repercutiu no modo como ela própria enfrentava suas questões intelectuais. Esse interesse reflexivo está associado ao fortalecimento da sociedade burguesa e aos novos paradigmas no modelo de pensar e de fazer o jornalismo. O autor salienta que as preocupações acadêmicas e intelectuais nesse campo sempre tiveram origem política e sentido público, e que os estudos acerca da história da imprensa, da legislação e do *ethos* jornalístico se desenvolveram “a reboque das discussões que, em todas as nações, geraram luta pela liberdade de pensamento e expressão, características da era burguesa até o início do século XX” (RÜDIGER, 2017, p. 13). Explica, também, o contexto a que estavam submetidos os esforços intelectuais sobre o novo jornalismo nascente no início do século XX. Segundo ele,

Impactados pelo desenvolvimento do capitalismo e a democratização das instituições, os jornais converteram-se de pequenas empresas em corporações de forte presença e crescente poderio na sociedade. Em sintonia com os interesses empresariais e a nova composição do universo de leitores, sua clientela passou, aos poucos, a ser vista como consumidora de sensações, em vez de público pensador das doutrinas que lhe apresentava e formulava a imprensa. (RÜDIGER, 2017, p. 15).

Neste contexto, a notícia e a reportagem passaram a ter mais importância do que o artigo ideológico. A atividade editorial passou a assumir um caráter industrial e sistemático, com suporte nas matérias para entretenimento, “visando a assegurar o ingresso de receitas publicitárias e o aumento no volume de leitores”. É quando o jornalismo perde o status de atividade literária para assumir um caráter “rotineiro e profissional” (RÜDIGER, 2017, p. 16). Lage (2001a, p. 29) diz que as notícias eram “relatos de acontecimentos importantes - para o comércio, os meios políticos, as manufaturas”, incorporando visões individuais sobre os fatos. Após a Revolução



Industrial e a constituição de um público mais massivo, teve como tendência, até a atualidade, a “eliminação aparente de crenças ou perspectivas”, ocultando a ideologia hegemônica em que está imersa (LAGE, 2001a, p. 29). Esse modelo também levanta questões éticas sobre distorções como uma sujeição do jornalismo aos interesses da empresa e à intervenção de outros atores, suprimindo, exagerando, depreciando ou distorcendo a informação em consonância com os fins do negócio (RÜDIGER, 2017, p. 18).

Lage (2001a, p. 18) explica que, a partir desse processo, a pesquisa acadêmica passou a ser uma via de estabelecimento de “padrões para a apuração e o processamento de informações”. Comparado a uma ciência exata, o jornalismo deveria seguir uma metodologia científica, reproduzindo os dados confrontados que as fontes disponibilizaram para chegar à “versão mais próxima possível da realidade”.

A notícia ganhou sua forma moderna, copiando o relato oral dos fatos singulares, que, desde sempre, baseou-se, não na narrativa em seqüência temporal, mas na valorização do aspecto mais importante de um evento. No caso do texto publicado, essa informação principal deve ser a primeira, na forma de lead – proposição completa, isto é, com as circunstâncias de tempo, lugar, modo, causa, finalidade e instrumento. Deflagrou-se uma campanha permanente contra a linguagem retórica e destacou-se a importância da ética como fator de regulação da linguagem jornalística. (LAGE, 2001b, p. 18-19).

O primeiro curso de jornalismo data de 1806, na Universidade de Breslau, na Alemanha (hoje Polônia), seguida de experiências em outras cidades do país, da Suíça e da França. A Escola Superior de Jornalismo em Paris foi fundada em 1899, em parceria com o jornal *Le Figaro*, seguida da Universidade de Zurique, em 1903 e da Universidade de Leipzig, em 1916 (SOUSA, 2008). Outro importante passo para o estudo do jornalismo foi a realização do I Congresso Internacional de Ciência do Jornal, ocorrido em Colônia, na Alemanha, em 1928. Este foi o marco que apresentou a ideia de criar uma “Ciência do Jornal” (RÜDIGER, 2017).

A pesquisa em jornalismo na universidade europeia, na primeira metade do século XX não priorizava o “jornalismo como objeto de ensino profissional”, refletindo a ideia de que o jornalismo seria uma vocação, não havendo motivos para ser ensinado (RÜDIGER, 2017, p. 22). Após a Primeira Guerra, surgiram experiências de nível universitário com propostas semelhantes à escola norte-americana, que

será vista mais adiante. Em 1927, “a Sociedade das Nações encerrou um congresso internacional sobre a matéria com recomendação para que se criasse, onde ainda não havia, ensino universitário para o jornalismo” (RÜDIGER, 2017, p. 22).

A escola alemã de jornalismo foi responsável por influenciar parte significativa da pesquisa na Europa. De acordo com Rüdiger (2017), o país revelou interesse intelectual pelos fenômenos da imprensa e do jornalismo como objetos de estudos ainda no século XVII. O estudo e a pesquisa em jornalismo sofreram resistência: a academia desconfiava que o interesse profissional poderia submeter a universidade aos interesses empresariais. Já as associações classistas se preocupavam com um academicismo estéril para a atividade (RÜDIGER, 2017).

A institucionalização acadêmica começou a despontar com o início do século XX, com as contribuições de Karl Bücher, que empreendeu estudos sobre a história do jornalismo, tecendo críticas à falta de responsabilidade ética do sistema capitalista, às políticas do estado moderno e aos interesses de determinados grupos. Vale destacar as contribuições de Otto Groth: para Rüdiger (2017), o pesquisador não apenas sistematizou as informações sobre jornalismo, como também buscou elaborar uma doutrina com fontes de outras disciplinas. Genro Filho (2012) também reconhece o esforço de Groth em criar uma ciência jornalística que resultou em uma enciclopédia do jornalismo, publicada entre 1928 e 1930.

O Instituto de Pesquisa Social da Alemanha, fundado em 1918, foi o reduto da Escola de Frankfurt. Os teóricos dessa escola de filosofia e teoria social - principalmente sua primeira geração - desenvolveram uma teoria crítica social, de concepção marxista. O principal legado é a crítica à indústria cultural emergente no início do século XX. Ela propunha que “os fenômenos da mídia” não fossem observados de maneira autônoma, mas em relação “à crise da cultura moderna”, gerada pelo capitalismo (RÜDIGER, 1999, p. 31-32). A crítica ao jornalismo estava inscrita nessa relação entre indústria cultural e mídia. Com a ascensão do nazismo, o conjunto de intelectuais frankfurtianos foi perseguido, mantendo sua produção no exílio. Neste período, o regime totalitário nazista passou a exigir da universidade a formação de jornalistas e de estudos que apoiassem as necessidades do departamento de propaganda do Estado, hegemonizando o pensamento acadêmico

nas décadas seguintes. Os estudos do jornal migraram para o campo da pesquisa publicística, de caráter mais generalista (RÜDIGER, 2017).

Na Inglaterra, algumas propostas foram desenvolvidas. A *London School of Journalism*, criada pelo jornalista David Anderson, existiu entre 1879 e 1897. Basicamente, essas experiências ofereciam cursos de curta duração. Os estudos na França contaram também com o protagonismo do Sindicato Nacional dos Jornalistas e com a influência dos estudos alemães, absorvidos pelos sindicalistas que participaram do Congresso Internacional de Ciência do Jornal, em 1928. Motivados pelo rechaço ao jornalismo doutrinário e pela constatação de que “os jornais estavam se tornando simples empresas capitalistas”, em que o relato dos fatos, a notícia e a reportagem eram meros produtos, os jornalistas propuseram o estudo mais sistemático da área, embora sem grande apelo entre pesquisadores. Em 1928, o sindicato criou um Centro de Estudos Jornalísticos, integrado à Escola de Altos Estudos Sociais (RÜDIGER, 2017).

Na Itália, os primeiros estudos foram frutos do sindicalismo. Em 1929, a Escola de Jornalismo foi criada pelo sindicato em conjunto com a Universidade de Roma, mas não suportou a oposição das organizações patronais e de outros profissionais do jornalismo, fechando as portas em 1933. No pano de fundo, havia a posição do regime político vigente que compreendia o exercício jornalístico e a imprensa como instrumento a serviço do fascismo. Seguindo a experiência de países totalitários, a primeira experiência mais significativa neste campo na Espanha foi a Escola Oficial de Jornalismo, criada pelo regime franquista, em que a atividade se subordinava à doutrina de Estado (RÜDIGER, 2017).

Como visto anteriormente, é a realidade italiana e seu reflexo na imprensa burguesa a motivação das críticas de Gramsci ao jornalismo, impulsionando-o a discutir os caminhos para um jornalismo que se constitua a partir de outra concepção filosófica. O jornalismo integral, a que faz alusão a produção gramsciana, procura o desvelamento da ideologia e a relação entre realidade objetiva e subjetiva na busca por uma integralidade do conhecimento a partir da historicidade. Nesse sentido, Gramsci criticou também as escolas de jornalismo nascentes no século XX, e desenhou um modelo de formação do jornalista que articulava conhecimento, perspectiva histórica e análise concreta da realidade.

A partir dos estudos de Rüdiger (2017), é possível compreender que os esforços teóricos para o ensino do jornalismo e para a elaboração de um conjunto teórico que entende o jornalismo como campo científico foram marcados pela tensão entre liberalismo e autoritarismo, especialmente na Europa ocidental. A função ideologizante operada pelo jornalismo, seja na forma subliminar do jornalismo burguês liberal (mercantil) ou na ação coercitiva e propagandística dos regimes totalitários (estatal), demonstravam as contradições internas dos grupos dominantes no assentamento e na manutenção do poder. A reboque das disputas sociais, o jornalismo se moldou para responder aos interesses da hegemonia estabelecida, ao mesmo tempo em que foi instrumento do bloco operário que se articulava contra a classe dominante, denunciando as contradições geradas pelo sistema capitalista.

Na Europa oriental, o caso da Rússia foi o mais emblemático para o estudo do jornalismo. O final do século XIX foi um período de expansão da atividade jornalística nas principais cidades do país. Com a revolução de 1905 e o fim de uma legislação mais repressiva, a atividade se intensificou, com distinção entre a imprensa publicística, que atuava para articular e influenciar opiniões, e a imprensa jornalística, que também o fazia, além de veicular notícias e informações. Com as revoluções de 1917, outro impacto de grande proporção determinou o pensamento sobre o jornalismo no país (RÜDIGER, 2017).

Os bolcheviques fomentaram o incentivo à escolarização e à imprensa, aumentando o número de veículos e de leitores. Já a produção editorial estava submetida à percepção de agitação, propaganda e organização, o que provocou o esforço para desenvolver uma teoria própria da informação jornalística. Realizaram Congressos de Jornalistas em 1918 e 1919, decidindo que não haveria imprensa independente. O congresso compreendia a necessidade de elevar o nível intelectual do povo para que a revolução prosperasse, integrando os trabalhadores para as tarefas do jornal (RÜDIGER, 2017).

A nova Constituição previa liberdade de manifestação, desde que em consonância com os interesses do povo e do sistema socialista soviético, além do primeiro manual para os estudantes em treinamento no curso de curta duração da agência Rosta, chamado *O jornal, organização e técnica*. Também nasceu neste período o Instituto Estatal de Jornalismo da Universidade de Moscou, em 1921, e a

Escola de Jornalismo de Kharkov, em 1922. Entre os intelectuais do jornalismo, Mikhail Gus defendia que o jornal deveria servir como mediador entre o Estado e o povo, propondo uma relação dialética de transformação entre o jornalista e o leitor. É, entretanto, a partir da década de 1930, que a marca mais propagandística se acentuou no jornalismo (RÜDIGER, 2017).

Genro Filho (2012, p. 228) adverte que buscar uma teoria do jornalismo em “escritos ocasionais dos autores clássicos do marxismo” implica uma incompreensão histórica, considerando que o jornalismo informativo, à época, ainda estava em desenvolvimento. A experiência russa, portanto, precisa ser observada à luz das condições objetivas de seu tempo: o país vivia uma situação peculiar, em que o capitalismo não havia se desenvolvido como em outras partes da Europa e onde o processo de revolução burguesa impelia a classe operária organizada a entender a imprensa como instrumento político-ideológico de forma mais direta (GENRO FILHO, 2012). O autor afirma que a questão do jornalismo como gênero informativo só se apresentou após o processo revolucionário e foi formulado, de forma insatisfatória e circunstancial, por Lenin e Trotski.

As opiniões de Lênin sobre a imprensa, antes da tomada do poder, oscilavam segundo as necessidades políticas de organização, discussão teórico-ideológica ou propaganda e agitação de massas. Os fatos deveriam servir como objeto de análise ou como ilustração para as denúncias políticas. Nesse período, ele captou o grande potencial revolucionário da imprensa, enquanto instrumento de organização da vanguarda e como ligação desta com os segmentos avançados das massas. [...] Após a Revolução, entretanto, ele parece observar que algo mais específico foi introduzido pelo jornalismo, tanto no que diz respeito às técnicas quanto ao gênero das informações. (GENRO FILHO, 2012, p. 230).

Lenin passou a perceber a necessidade de apontar, de forma simples e direta, os novos fatos para a construção de uma nova vida em sociedade, propondo a observação do cotidiano das fábricas e do campo. Leon Trotsky, outro líder do processo revolucionário russo, também teceu considerações sobre o jornalismo. Para ele, o jornal precisava conter também o que interessava às massas, porque isso representava a dimensão da vida real e cotidiana (GENRO FILHO, 2012). Após a morte de Lenin, a luta política na Rússia foi liderada por tendências opostas, entre Joseph Stálin e Trotsky. Sobre a imprensa, Stálin a defendia como “uma arma de choque, um meio de agitação popular comandado pela direção do partido”. Em

oposição, Trotsky a defendia como “uma forma de desenvolver a consciência das massas de acordo com o espírito comunista” (RÜDIGER, 2017, p. 155).

Para Stálin, o papel da imprensa era de incentivar o engajamento das massas nas tarefas de construção do socialismo por meio das propostas do partido. Entendia a imprensa como um “instrumento através do qual o partido fala diariamente à classe operária” (RÜDIGER, 2017, p. 155). Trotsky, por sua vez, identificava o jornalismo como um lugar em que a agitação deveria ser substituída pela informação, promovendo o diálogo entre o partido e o povo, sugerindo uma autonomia relativa. O jornalismo teria a tarefa de auxiliar na correção dos vícios burocráticos do estado socialista (RÜDIGER, 2017, p. 155).

A imprensa burguesa, na perspectiva russa pós-revolução, cumpria papel para manter o domínio de uma minoria sobre a maioria. Entretanto, sob o controle do partido, a imprensa seria uma ferramenta para elevar a consciência política dos trabalhadores, assim como a escola, estabelecendo na sociedade uma visão dominante (de uma maioria). Diferente da imprensa burguesa, que impunha valores ideológicos de uma minoria sobre o conjunto da sociedade, a imprensa socialista poderia combater a divisão de classes. Embora essa concepção tenha prevalecido no movimento comunista como um todo, ela não foi unânime e promoveu embates nos anos seguintes (RÜDIGER, p. 2017).

Além de Trotsky, a defesa de uma relativa autonomia do jornalismo em detrimento da propaganda política e o esforço de desenvolvimento de propostas teórico-práticas também surgiram como preocupação de outros pensadores de tradição marxista. Gramsci, como já vimos, dedicou seus estudos a uma proposta de práxis jornalística, a qual foi denominada de jornalismo integral. Ele defendia o estudo do jornalismo a partir da proposta de escolas orgânicas, superando o jornalismo burguês, em que a informação era constituída acriticamente (RÜDIGER, 2017).

Nos Estados Unidos, em 1869, o primeiro curso que mesclava jornalismo e tipografia foi realizado pelo Washington College, na Virgínia. Curso semelhante também foi instituído pelo Kansas State College, em 1873. O ensino prático do jornalismo nas universidades se desvinculou do ensino da tipografia por iniciativa da Universidade do Missouri, em 1878, opção seguida pela Universidade da

Pensilvânia, em 1893. No século XX, por ação de Joseph Pulitzer, a Universidade de Columbia passou a oferecer o curso de graduação e pós-graduação em jornalismo (SOUSA, 2008).

As primeiras escolas de jornalismo norte-americanas pregavam que as suspeitas e críticas sobre a prática jornalística poderiam ser solucionadas com a formação acadêmica e o treinamento profissional. No entanto, ainda persistia a ideia de que o jornalismo era uma vocação e de que só se poderia apreendê-lo na prática. Pulitzer era um dos defensores dessa posição, responsável pela criação de escolas com ênfase na prática laboratorial como forma de ensinar princípios e métodos do exercício jornalístico. A escola norte-americana ainda contou com outros nomes como Walter Williams e Willard Bleyer que, mesmo com diferenças, seguiam a perspectiva do contemporâneo Pulitzer (RÜDIGER, 2017, p. 18).

O sensacionalismo como prática da imprensa burguesa foi alvo de críticas, o que resultou, principalmente na experiência norte-americana, na criação de cursos superiores de jornalismo. Como já visto, é nesse período e dessa escola que a notícia e o *lead*<sup>8</sup> ganham seu formato moderno. Resultado de um processo fragmentado e lento, a aplicação desse método jornalístico não assegurou “que a luta operária fosse sistematicamente associada ao banditismo; que se formassem preconceitos brutais contra descendentes de alguns povos [...]; que se implantasse o mais desvairado consumismo”, superando as práticas do império inglês (LAGE, 2001b, p. 19). Esse procedimento foi difundido e adaptado a todo o conjunto de países industrializados, demonstrando, segundo Lage (2001b, p. 19), a sua adequação à “situação gerada na sociedade industrial madura”.

Mesmo os críticos mais veementes do positivismo ou do funcionalismo - como é o caso dos sistemas de informação da Igreja Católica ou da União Soviética, enquanto ela existiu - terminaram adotando as normas básicas da escola americana para a produção de notícias e reportagens jornalísticas. Elas são versáteis o bastante para conviver com diferentes ideologias; podem suportar linhas editoriais fundadas em hard news - notícias pesadas, como as de política nacional e internacional, ciências ou economia - ou em temas de entretenimento, como esportes e espetáculos. Tomadas como signo da modernidade, chegaram ao Brasil meio século depois e levaram mais duas décadas para se impor (como sempre, não totalmente) aqui. (LAGE, 2001b, p. 20-21)

---

<sup>8</sup> Sinteticamente, conforme Lage (2001a, p. 67), o *lead* é o primeiro parágrafo ou abertura da notícia. É “o relato sumário e particularmente ordenado do fato mais interessante de uma série e não do resumo da notícia toda”.

Para Rüdiger (2017) os esforços de reflexão teórica tiveram pouco lugar no início da escola norte-americana e os princípios como veracidade, objetividade e neutralidade nasceram em meio à profissão sem muita formulação filosófica. Até o fim dos anos de 1960, a centralidade estava “na exploração do negócio da formação e treinamento de mão de obra”, e os esforços para entender o jornalismo como um campo de pesquisa acabaram diluídos nas pesquisas em comunicação (RÜDIGER, 2017, p. 20).

Resguardadas as peculiaridades de cada experiência acadêmica, Rüdiger (2017) aponta que a influência do modelo norte-americano prosperou também na França (Universidade de Lille); na Inglaterra (Universidade de Londres); na Tchecoslováquia (Escola Livre de Ciência Política) e na Polônia (Universidade Livre de Varsóvia). Nestas universidades, prosperou a lógica que Pulitzer desenvolveu para a Universidade de Columbia.

Embora a escola norte-americana não tenha sido objeto de um estudo mais sistemático no caso brasileiro, é razoavelmente conhecida, em detrimento de outras formas de pensar o jornalismo (RÜDIGER, 2017, p. 10). O conjunto de técnicas elementares do jornalismo norte-americano só chegou ao Brasil cinquenta anos depois de sua implementação. No entanto, ainda precisou de mais duas décadas para se consolidar, embora nunca tenha sido incorporado por completo (LAGE, 2001b, p. 20).

A herança colonial e escravocrata, enraizada na estrutura e na superestrutura do Estado brasileiro, foi decisiva para orientar o modelo hegemônico de práxis jornalística. Essa tradição é responsável por determinar a política e o cotidiano, refletindo “a ausente, ou pelo menos muito débil e episódica, participação ativa dos cidadãos na vida pública”. É elemento de origem de uma “cultura do silêncio” (MORETZSOHN, 2017, p. 109).

Até a chegada da corte portuguesa, em 1808, era proibida a impressão no Brasil. No entanto, a censura como estratégia da Coroa Portuguesa para manter o silenciamento da colônia não foi suficiente. Houve tentativas, em 1706, em Pernambuco, em 1747, no Rio de Janeiro e, em 1807, em Vila Rica, Minas Gerais, todas reprimidas pela coroa (LOPES, online). O marco de mudança foi a instalação da *Impressão Régia*, em 13 de maio de 1808, para que o governo português



pudesse manter a comunicação com o povo (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2008).

De todo modo, a Coroa não foi responsável pela edição do primeiro jornal brasileiro. O *Correio Braziliense* circulou no Brasil em junho de 1808. Criado pelo jornalista Hipólito da Costa, o jornal foi produzido e impresso em Londres. Três meses depois de instaurada a *Impressão Régia*, foi criada a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que, ao longo do tempo, passou por várias mudanças até se transformar no atual Diário Oficial (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2008). Até 1821, quando acabou a censura, surgiram pouco mais de 50 jornais de pouca longevidade (LOPES, online).

O período político seguinte foi fortemente marcado por uma imprensa de opinião, na qual a luta política colocava de um lado os defensores da Independência e de outro aqueles que a rechaçavam (LOPES, online). Resultado de um longo processo histórico, de disputas internas – que geraram levantes republicanos – e com a Coroa Portuguesa, a Independência foi forjada pelas elites nacionais, fartas do monopólio português, unificadas pela manutenção de sua hegemonia econômica e política (SODRÉ, 1999). A partir de 1821, os maçons lideraram um incremento na imprensa de agitação, mobilizando a campanha do Fico (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2008).

Assim que a Independência foi consumada, as classes dominantes atuaram para aplicação da censura, ainda em 1822. O desafio era configurar o Estado brasileiro a partir dos interesses dos grupos políticos da elite brasileira. A unidade entre os movimentos mais liberais, de caráter republicano, e os conservadores se dissolveu (SODRÉ, 1999). De acordo com Lopes (online), os grupos políticos se organizavam como direita conservadora, direita liberal e esquerda liberal, publicando jornais abertamente ligados a essas correntes. Os *pasquins*<sup>9</sup>, que eram atribuídos a esquerda liberal, foram perseguidos e tinham uma vida curta, diferentemente dos jornais conservadores que eram publicações com maior longevidade (LOPES, online).

A repressão sobre os movimentos progressistas garantiu a supremacia latifundiária e consolidou definitivamente o Império na segunda metade do século

---

<sup>9</sup> Publicação comum durante o Império que utilizava linguagem violenta e panfletária (LOPES, online).

XIX (SODRÉ, 1999). O pacto entre Império e latifúndio, aliado ao novo ambiente urbano em expansão, promoveu o esfriamento da luta política, fortalecendo a hegemonia da imprensa conservadora, em que *Jornal do Commercio* é o exemplo mais emblemático. É neste mesmo período que também começa a se desenvolver a imprensa abolicionista e republicana. Os filhos da elite voltaram da Europa com ideias liberais e vão impulsionar o desenvolvimento de uma imprensa ligada aos ideais republicanos e abolicionistas (LOPES, online).

O fim do século XIX assistiu ao declínio da imprensa artesanal e do protagonismo individual no jornalismo. A imprensa empresarial se fortaleceu, mas passou a ser controlada pelo Estado e pelo capital. O novo século começou com a consolidação da República e também da imprensa (LOPES, online), não alterando o panorama dos principais jornais. Nas grandes cidades, o jornal como negócio ampliou sua capacidade técnica e gráfica, alterando suas formas de produção e de circulação, mas também modificando as relações do jornal com a política, com a publicidade e com o público. Uma imprensa proletária também surgiu no início do século, com uma importante contribuição dos estudantes e, principalmente, do anarco-sindicalismo (SODRÉ, 1999).

Foi neste período que o ensino do jornalismo chegou ao Brasil, com, pelos menos, cinquenta anos de atraso em relação às escolas da Europa e dos Estados Unidos. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI), fundada em 1908, estava atenta à formação em jornalismo, mantendo um alinhamento não somente com a proposta norte-americana, mas também observando o modo como o ensino europeu estava se desenvolvendo (MELO, 2004). As lutas políticas e a dissonância entre setores das classes dominantes no processo que culminou com as revoltas da década de 1930 foram inflamadas pela imprensa. As contradições da sociedade brasileira eram relativas ao protagonismo burguês e à função política assumida pela pequena burguesia urbana (SODRÉ, 1999).

Em 1935, foi fundado o primeiro curso de jornalismo do país, na Universidade de Brasília, pelo jornalista e dirigente da ABI, Costa Rego, a partir de um modelo de origem francesa (MELO, 2004). Era possível perceber o reflexo da cultura universitária brasileira também no ensino do jornalismo, diagnosticado na oscilação entre a perspectiva pragmática norte-americana e a academicista, de procedência europeia (MELO, 2004). Em 1947, foi fundada a Escola de Jornalismo Cásper

Líbero, criada em convênio entre a Fundação Cásper Líbero e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. No ano seguinte, foi criado o Curso de Jornalismo da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (HOHLFELDT; VALLE, 2008).

Na década de 1960, nota-se um crescimento do interesse pela pesquisa no campo da comunicação, ao qual outras áreas são incorporadas. Nesse período, foi implementada a Faculdade de Comunicação de Massa, por Pompeu de Souza, na Universidade de Brasília. Luiz Beltrão também fundou, em Recife, o Instituto de Ciências da Informação (ICINFORM). As propostas pedagógicas tinham como objetivo superar a dependência teórica das escolas internacionais (MELO, 2004). O período foi marcado por maior influência dos estudos em comunicação, tendo o jornalismo como um de seus fenômenos. A pesquisa e a reflexão crítica passaram a interessar aos jornais. O Jornal do Brasil, em 1965, publicava os Cadernos de Jornalismo e Comunicação, criados por Alberto Dines (HOHLFELDT; VALLE, 2008).

A maioria dos principais jornais brasileiros foi conivente com o Golpe Militar de 1964. Novamente sob censura, o jornalismo precisou atender aos interesses do governo totalitário. Com as grandes empresas jornalísticas alinhadas ao regime, “entre 1964 e 1980, nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar”, organizadas por jornalistas e militantes políticos (KUCINSKI, 1991, p. 5).

As escolas de comunicação e jornalismo tiveram um esfriamento nos estudos críticos, relativos aos temas políticos. Com a ascensão da indústria cultural, voltada para o consumo, as pesquisas passaram a se concentrar nos seus desdobramentos. De um lado, os entusiastas “dos novos fenômenos (multiplicação dos *comics*, explosão das telenovelas, sucesso das revistas especializadas)”; de outro, aqueles que realizavam a crítica à massificação cultural e aos seus possíveis efeitos. Os paradigmas teóricos que hegemonizaram o pensamento comunicacional no Brasil neste período são importados da Europa e de autores da contracultura norte-americana (HOHLFELDT; VALLE, 2008, p. 21-22).

O enfraquecimento da ditadura abriu caminho para o retorno das pesquisas científicas, ainda nos anos de 1970. Cursos de pós-graduação foram criados e os primeiros passos para o desenvolvimento de uma escola de pensamento em comunicação latino-americana foram dados. Esse movimento fomentou a criação de

entidades de estudos e pesquisas em diversos países da América Latina, a exemplo da Intercom<sup>10</sup>.

O período também foi seguido por um rompimento com os “padrões conservadores do funcionalismo norte-americano ou pela crítica radical da Escola de Frankfurt”. Os estudos passaram a buscar referência em marxistas como Antonio Gramsci, Louis Althusser, Raymond Williams, Lucien Goldman, Nicos Poulantzas e Armand Mattelart, além de inspirarem-se na teologia da libertação e em pensadores como Paulo Freire (HOHLFELDT; VALLE, 2008, p. 22-23). Na década seguinte, Adelmo Genro Filho, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, escreveu *O segredo da pirâmide*, no qual apresenta uma proposta de teoria do jornalismo de concepção marxista.

Do ponto de vista teórico, os valores dominantes das escolas norte-americanas e europeias (ocidentais) foram assimilados no Brasil, hegemonizando o pensamento e a ação jornalística. Somente a partir da década de 1970 é que a pesquisa acadêmica ampliou seu horizonte crítico, resultando em propostas teóricas formuladas a partir de uma perspectiva latino-americana. A empresa jornalística cresceu e se transformou para atender aos interesses comerciais e ideológicos das classes dominantes.

### 3.2 JORNALISMO COMO FORMA DE CONHECIMENTO

Quando pensamos em conhecimento, imediatamente acionamos a ideia de saber científico ou, de alguma forma, institucionalizado. No entanto, o conhecimento tem origem na experiência humana do cotidiano, determinada pelas circunstâncias históricas (ZILLE, 2005). A teoria do conhecimento se preocupa em compreender o processo original que leva até “as estruturas e os sistemas de conhecimento”. Particularmente, busca elucidar a origem do conhecimento que se realiza na percepção dos fatos e dos objetos na vida cotidiana (ZILLE, 2005, p. 76) Embora a ciência desempenhe o papel protagonista como forma de produção do conhecimento, outras formas de conhecer a realidade também são legítimas.

---

<sup>10</sup> Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

A dialética de Hegel e o materialismo de Feuerbach formaram as bases filosóficas do materialismo dialético de Marx e Engels, em que o conhecimento se estabelece na perspectiva histórica e na análise da realidade concreta (ZILLE, 2005). A afirmativa de que a existência material independe da consciência do indivíduo sobre ela remete à concepção elementar de conhecimento na perspectiva marxista (MARTINS, 2008). Marx criticou a filosofia que se limitou a interpretar o mundo: para ele, a tarefa do filósofo era transformá-lo (MARX, 1845). Observa a realidade concreta para entender como ela é modificada pelo processo histórico e seu conjunto de determinantes (MARTINS, 2008).

A transformação, por sua vez, é obra de uma ação consciente sobre a realidade concreta; uma alquimia entre teoria e prática, concebida historicamente. Genro Filho (2012) afirma que, para Marx, a práxis, como uma ação prática dotada de consciência crítica, é o cerne do conhecimento. Isso porque não é possível contrapor de forma absoluta “sujeito e objeto” ou, em outras palavras, a ação prática não está em relação opositora à teoria que a desvela: são parte de um todo.

Na crítica a Feuerbach, Marx (1845) afirma que, ao conceber a operação teórica como algo humano, mas não elevando a prática à mesma condição, ele não teria compreendido o papel da ação revolucionária que se estabelece numa “prática crítica”. O problema do materialismo de Feuerbach estaria em interpretar “o objeto, a realidade, o ato sensorial, sob a forma de objeto ou de contemplação”. Para Marx, era preciso compreendê-los “como atividade sensível humana” (MARX, 1845).

Essa percepção demonstra que o conhecimento se elabora a partir de uma relação dialética entre ação prática e reflexão teórica, em uma visão marcada pela materialidade histórica. Para Marx, conhecer as leis que permitam a transformação da sociedade é parte de um processo criterioso de apuração da matéria e de seus elementos históricos, de análise de cada etapa do desenvolvimento da realidade material e de estudo sobre a coerência entre as unidades desse desenvolvimento. O conhecimento detalhado que desvele a realidade requer a consciência sobre os elementos que compõem a sua totalidade, a noção precisa de cada elemento e a superação de uma concepção analítica, mediando as relações das partes entre si e em relação com o todo, produzindo uma síntese (MARTINS, 2008).

O conhecimento, nessas bases, revela uma face da realidade mais integral. Essa síntese permite “uma compreensão mais próxima possível do real, conhecendo

os elementos que levaram à sua gênese e ao seu desenvolvimento”. Em constante movimento, evidencia a mediação como processo estabelecido “entre as partes, das partes com a totalidade e desta com aquelas” (MARTINS, 2008, p. 35). De acordo com Semeraro (2001), nem Marx e nem Gramsci distinguiram a ação do conhecimento. Para eles, não era possível compreender a realidade e suas formas de ver o mundo, os fatos e suas interpretações de forma abstrata. A totalidade é resultante de uma práxis em que conhecimento, história e política constituem os sujeitos capazes de operar uma hegemonia.

Meditich (1998, p. 30) explica que o conhecimento se produz e reproduz em um processo constante, submetido às possibilidades de troca de experiências, o que amplia o interesse em estudar as funções das “tecnologias intelectuais disponíveis em cada sociedade e em cada cultura”. À medida que as sociedades foram se transformando e observando o impacto dessas mudanças na vida real, foi-se descortinando a possibilidade de que outras formas de produção do conhecimento fossem válidas. À sua maneira, cada uma delas pode “revelar aspectos da realidade que não são alcançados por outros modos de conhecer mais prestigiados em nossa cultura” (MEDITSCH, 1998, p. 30). Pode-se dizer que este é o caso do jornalismo.

Há interpretações diferentes sobre a relação entre jornalismo e conhecimento. Numa abordagem moderna, o conhecimento era um ideal abstrato, estabelecido por um processo científico rigoroso. Nessa lógica, o jornalismo não seria capaz de formular um saber válido (MEDITSCH, 1998). Na perspectiva filosófica pragmática, em que o conhecimento é compreendido como um elemento da vida real, o jornalismo é uma forma de conhecer a realidade, a partir do que possui de particular. Buscou paralelos entre o jornalismo e a ciência e, embora de maneira insuficiente, abriu possibilidades de aprofundamento (MEDITSCH, 1998).

É a partir desses estudos que outra forma de abordagem se constituiu, enfatizando a investigação sobre aquilo que o jornalismo tem de único e original, podendo revelar aspectos da realidade diferentes daqueles produzidos por outras formas de conhecimento. O jornalismo também reproduz conhecimento: aquele produzido por ele próprio e aquele produzido por outros agentes. A reprodução de conhecimento, nesse caso, consiste em um processo mais complexo do que a mera transmissão de informação (MEDITSCH, 1998).

Partindo da abordagem pragmática, recuperam-se os estudos de Robert Ezra Park. Importante pensador da Escola de Chicago, Park estudou Filosofia na Universidade de Michigan, onde foi aluno de John Dewey, pragmatista que viria a influenciar a sua trajetória acadêmica. Antes de iniciar a sua carreira como pesquisador, foi jornalista, o que influenciou boa parte de seus estudos, nos quais a cidade e o jornalismo foram temas de interesse constante (SIMÕES, 2015).

Para Park, a comunicação ocorre a partir “da expressão, da interpretação, da compreensão e da resposta”, o que evidencia a sua dimensão social. Esse entendimento se refletiu em seus estudos sobre o jornal no ambiente urbano. Para ele, o papel do jornal na cidade é o de subsidiar, por meio da notícia, a opinião pública, estimulando debates de interesse da sociedade (SIMÕES, 2015). Park se dedicou a pesquisar e a formular sobre o papel da notícia como sendo uma “manifestação da sociologia do conhecimento” (MACHADO, 2005, p. 26).

Park denominou o saber assimilado no curso do cotidiano e das relações pessoais como “conhecimento familiarizado com ou adquirido”, uma mescla entre as experiências acumuladas. Articula o senso comum, constituído involuntariamente por meio da experiência, tornando-se hábito. Esse conhecimento não tem a função de comunicar, mas pode se expressar por meio de práticas. O “conhecimento acerca de ou sobre algo” é aquele que resulta da observação científica. Para Park, essa segunda forma de conhecer se caracteriza pela capacidade analítica e se apresenta em três tipos principais: o conhecimento filosófico e lógico, ocupado das ideias; o histórico, que se detêm aos eventos, e aquele produzido pelas ciências naturais (MACHADO, 2005, p. 26).

A informalidade na transmissão do conhecimento do senso comum, na visão de Park, não deve ser motivo para desprezá-lo (MACHADO, 2005, p. 26). Cada gênero do conhecimento teria atribuições distintas, ou seja, não estaria relacionado à gradação do conhecimento, mas às funções que exerce no meio social. Para Park, a notícia estaria localizada em um “contínuo” entre esses gêneros do conhecimento, condicionada ao presente e aludindo a um acontecimento. (GENRO FILHO, 2012, p. 50). Esse contínuo se inicia no “conhecimento de trato”, aquele adquirido no cotidiano, onde uma “práxis utilitária” determina “os fenômenos da vida social como se fossem dados naturais e eternos” (GENRO FILHO, 2012, p. 52).

A concepção pragmática de conhecimento adotada por Park limita a notícia e a atividade jornalística à sua “função orgânica”. Genro Filho (2012) critica essa percepção que invisibiliza as contradições internas do “senso comum”, reduzindo-o à reprodução das relações sociais hegemônicas, integrando o indivíduo ao seu meio social. O conhecimento jornalístico se estabelece no contínuo que tem como principal elemento “a apropriação do real pela via da singularidade”, uma operação que busca reconstruir o fenômeno na sua integridade (GENRO FILHO, 2012, p. 52).

Para Genro Filho (2012, p. 64), na obra de Park há a ausência de uma perspectiva histórica de transformação da realidade. Park concebia a notícia como um guia para o indivíduo se adequar ao mundo real e para a sociedade manter o sistema hegemônico (GENRO FILHO, 2012, p. 64). No entanto, se a ação política prescindisse da notícia, como pensou Park, o jornalismo poderia apresentar outro potencial. Pensando a história como processo das contradições sociais, e a política como arena de disputas que constituem o ser humano “em torno da qualificação da práxis social” (GENRO FILHO, 2012, p. 58), o jornalismo pode ser visto como “desalienante e humanizador” (GENRO FILHO, 2012, p. 58).

Na percepção individual, a imediaticidade do real, o mundo enquanto fenômeno, é o ponto de partida. No jornalismo, ao contrário, a imediaticidade é o ponto de chegada, o resultado de todo um processo técnico e racional que envolve uma reprodução simbólica. Os fenômenos são reconstruídos através das diversas linguagens possíveis ao jornalismo em cada veículo. Conseqüentemente, não podemos falar de uma correspondência de funções entre o jornalismo e a percepção individual, mas sim de uma simulação dessa *correspondência*. É a partir dessa simulação que surge propriamente um *gênero de conhecimento*, pois enquanto se trata da relação imediata dos indivíduos com os fenômenos que povoam o cotidiano, da experiência sem intermediação técnica ou racional instituída sistematicamente, o que temos é realmente a percepção tal como a psicologia a descreve. Quer dizer, um grau determinado de conhecimento, um nível de abstração elementar. (GENRO FILHO, 2012, p. 53).

Embora haja supremacia do “aspecto positivo do fenômeno” na percepção do indivíduo e, no senso comum, a tendência seja apreender a realidade de uma forma “funcional e orgânica”, há sempre um elemento interno de insurgência capaz de impulsionar rupturas. Ele se materializa no protagonismo das massas nas principais transformações ao longo da história e modifica a produção simbólica da práxis,



revelando espontaneamente uma ideologia “das classes dominadas” e possibilitando o desenvolvimento dessa “ideologia revolucionária” (GENRO FILHO, 2012, p. 54).

O jornalismo possibilita ao indivíduo fazer parte do mundo, ainda que de forma indireta e incompleta, por meio do seu caráter “dinâmico e singular”. Tem a capacidade de conectar a realidade mais ampla ao cotidiano imediato e de constituir sentidos. A notícia é o fato elaborado a partir de novos dados, obedecendo a critérios específicos, diferentes daqueles utilizados pela ciência ou pela arte (GENRO FILHO, 2012). No conhecimento produzido pelo jornalismo, o singular é reconstituído de forma simbólica com consciência da sua perenidade temporal, enquanto que, na ciência, a singularidade se dissipa nas categorias universais. No entanto, essa representação não é a projeção de uma subjetividade autoral, como na arte. No jornalismo, o sentido se constitui na intersecção entre dois conjuntos: o primeiro, que correlaciona “as relações objetivas do evento, o grau de amplitude e radicalidade do acontecimento” à “totalidade social considerada”; e o segundo, composto pelas “relações e significações que são constituídas no ato de sua produção e comunicação” (GENRO FILHO, 2012, p. 60-61).

No jornalismo, a dimensão objetiva da singularidade impõe limites à atribuição de sentidos pela subjetividade, como acontece na arte. Ao mesmo tempo, o singular busca manter sua originalidade, sobrepondo-se a uma objetividade científica, conferindo ao jornalismo um caráter relacional entre o aspecto objetivo e o subjetivo (GENRO FILHO, 2012). A qualidade da informação é resultado “da subjetividade e da liberdade que a história encerra” e se relaciona ao “processo de totalização objetiva e subjetiva” (GENRO FILHO, 2012, p. 63-64).

Como forma de conhecimento, o jornalismo não poderia ser ao mesmo tempo “objetivo, imparcial e verdadeiro”, porque perderia a sua originalidade buscando um saber absoluto irreal (LAGE, 2001a, p. 19). Ele está condicionado pela realidade histórica, pelas marcas culturais de seus contextos e pela subjetividade de quem o produz e de como o produz. Logo, os critérios de decisão para a construção da notícia precisam estar claros, porque eles denotam uma versão da realidade (MEDITSCH, 1998) e um conhecimento produzido a partir de escolhas que se sustentam em uma ideologia. A questão de fundo é o reconhecimento da relação sujeito-objeto, na práxis objetiva da produção de conhecimento, observando-se a

potência subjetiva e os limites de subjetivação apontados pela objetividade do real, como totalidade concreta.

A capacidade do jornalismo de atuar logicamente na observação da realidade dominante confere ambiguidade ao conhecimento produzido, denotando, ao mesmo tempo, fraqueza e força argumentativa. Como metodologia de análise e transformação, apresenta debilidade, visto que atua sob fundamentos anteriores à teoria para representar a realidade. Sua força também está nessas mesmas noções que norteiam o entendimento da realidade pelo público, inclusive intelectuais da ciência e da filosofia. O conhecimento advindo do jornalismo, nesse sentido, tem menos rigor do que o científico e mais proximidade com o cotidiano. Assim como toda forma de conhecimento, o jornalismo reflete a lógica do sistema dominante e suas contradições (MEDITSCH, 1998).

Para Gramsci, o senso comum é uma visão limitada da realidade, mas também fruto das relações concretas que se estabeleceram historicamente (STACONNE, 1987). Só é possível desenvolver o conhecimento ativo observando de forma respeitosa e crítica o saber popular, suas crenças e particularidades, embora seja fragmentado e inorgânico (SEMERARO, 2015).

Na concepção gramsciana, o conhecimento válido é aquele que permite às classes subalternas compreenderem a contradição entre as suas condições materiais e as relações de poder camufladas por um discurso dominante (SEMERARO, 2015, p. 18). Conectando a perspectiva gramsciana, é possível compreender o jornalismo como forma de produção do conhecimento. Em contato direto com as massas, o jornalismo, para Gramsci, apreende conscientemente elementos do senso comum, para relacioná-los ao conhecimento científico a partir de uma perspectiva livre e consciente da classe trabalhadora.

O jornalismo integral gramsciano não busca neutralidade, nem se contenta com o singular, limitado a si próprio. Busca uma totalidade histórica para desvelar a ideologia dominante, promovendo a formação de uma consciência coletiva. Ele faz parte de um conjunto que atua organicamente para a construção de um novo bloco histórico que dispute a hegemonia na sociedade. Ao contrário do “jornalismo burguês”, que reproduz uma ideologia que falseia a realidade, o jornalismo integral busca a consciência do processo histórico. Por isso, contempla o contexto e os

elementos da realidade concreta, buscando uma visão integral das relações sociais às quais o fato e o acontecimento estão submetidos. O jornalismo integral é aquele que busca uma totalidade entre objetividade e subjetividade, ideia que se relaciona também com a perspectiva de Genro Filho (2012), em que a singularidade é demarcada pela relação “objetiva-subjetiva”, na concretude do devir histórico.

A partir de um processo dialético entre teoria e prática e da análise da realidade concreta, articulada à perspectiva histórica, o jornalismo, invariavelmente, requer uma práxis que busque a maior aproximação possível de uma totalidade do fato ou do acontecimento. Dessa forma, o conhecimento produzido desvela a ideologia hegemônica.

### 3.3 JORNALISMO, HEGEMONIA E REALIDADE BRASILEIRA

A capacidade das forças hegemônicas de liderar a sociedade, forjando um consenso, não se consolida apenas na estrutura econômica e na organização política. Ganha estabilidade no contexto intelectual, moral e cultural, cuja consequência consiste num processo ativo de significação (MORAES, 2019). No sentido gramsciano de hegemonia, a imprensa cumpre papel estratégico ao engendrar o consenso que fundamenta as relações de poder. Atualmente, a “potência persuasiva dos meios, tecnologias e redes de comunicação” são fundamentais para que o bloco hegemônico dissemine sua visão de mundo e modo de vida (MORAES, 2019, p 39).

Se a hegemonia prescinde de meios para persuadir a sociedade em torno de um consenso, é possível pensar que exista um modelo de jornalismo que se aplica a essa finalidade, tendo como suporte um conjunto teórico-prático, constituído para a produção e a reprodução de uma visão de mundo hegemônica. Essa técnica jornalística não é neutra: carrega valores dominantes e reproduz o senso comum quando utilizada para atingir a imparcialidade. A hegemonia, na atualidade, funciona por meio da lógica de mercado. A universidade prepara os novos jornalistas para a mídia comercial. Quando praticado fora desses parâmetros, o jornalismo é apontado como alternativo e ensinado, por exemplo, com alusão à ideia de terceiro setor. Há um ponto de referência no jornalismo comercial que hegemoniza a forma de pensar

e fazer o jornalismo. A mesma técnica, que serve para manter uma hegemonia, possivelmente não contribui para transformar os valores e as estruturas sociais (VAZ, 2013).

Ao mesmo tempo, o jornalismo também lida com os reflexos de sua formação histórica e com a realidade conjuntural. A formação social brasileira, com raízes na escravidão, concebeu uma classe dominante patrimonialista que concentrou os meios de difusão do conhecimento. Com o fim da República Velha, a elite paulista percebeu que as rupturas sociais obrigavam-na a reconfigurar suas ações para manter a hegemonia. A repressão, para além de uma ação coercitiva direta, deveria ser também simbólica. A esfera pública passa a servir como arma dessa elite, agora fora do poder do Estado, assumindo uma nova forma de controle. (SOUZA, 2017).

No Brasil, a atividade jornalística foi, durante muito tempo, privilégio das classes hegemônicas e alvo de censura. Marcadamente liberal e antidemocrática, a imprensa brasileira se desenvolveu tardiamente. Os grupos empresariais mais influentes no setor de comunicação e jornalismo sempre foram multimídia. A propriedade cruzada de veículos de comunicação é uma lógica estabelecida desde os Diários Associados - constituídos na década de 1920 e tendo sido o principal grupo de comunicação do país à época - até a atualidade, como ocorre com as Organizações Globo (LIMA, 2011).

O debate público no Brasil excluiu grande parte da população e ainda segue conduzido pela mídia hegemônica. As regras para as concessões de radiodifusão tiveram como lógica a concentração informacional sob o domínio de oligarquias regionais, com propriedade cruzada de meios, o que inviabilizou a pluralidade na arena pública. Na prática, essa “censura disfarçada” é o “efeito silenciador” provocado pelo discurso hegemônico que simula a defesa da liberdade de expressão (LIMA, 2012, p.129). Conceito de origem freiriana<sup>11</sup> que compreende o impedimento da fala e a submissão dos oprimidos por meio do silêncio, a “cultura do silêncio” é uma forma de censura. Expressa-se na omissão da imprensa sobre determinados temas, excluindo-os da construção do conhecimento e do debate público (LIMA, 2012, p. 184).

---

<sup>11</sup> Relativo a obra intelectual de Paulo Freire.

O Relatório da ONG *Article 19*, de 2007, recomendou ao Brasil a superação de desafios no que diz respeito à liberdade de expressão. Os seis pontos destacavam: a ausência de um marco e de um conjunto legislativo atualizado; a inexistência de políticas que apoiem radiodifusores comunitários, independentes e não comerciais; pressão sobre a radiodifusão comunitária; indenizações abusivas, por dano moral, contra jornalistas e veículos, incluindo a utilização de liminares que demonstram censura prévia; a violência contra jornalistas no ambiente profissional; e a ausência de regulamentação adequada para fazer cumprir o direito fundamental de acesso à informação (LIMA, 2012). Até então, não houve alterações no levantamento apresentado pela pesquisa. A questão da liberdade de expressão no Brasil continua submetida aos mesmos dispositivos de lei e à lógica de liberdade dos veículos privados de comunicação.

No fim dos anos 1960, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) passou a acumular experiências com objetivo de construir uma proposta de Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic). Nos anos 70, o Movimento de Países Não Alinhados planejou a criação de uma Nova Ordem Informativa Internacional. Nessa mesma década foi aprovada, na Conferência Geral da Unesco, a “Declaração sobre os Princípios Fundamentais Relativos à Contribuição dos Meios de Comunicação de Massa para o Fortalecimento da Paz e da Compreensão Internacional para a Promoção dos Direitos Humanos e a Luta contra o Racismo, o *Apartheid* e o Incitamento à Guerra”. Em 1980, o relatório McBride, produzido no âmbito da Unesco, constatou divergências severas na circulação internacional de informações, recomendando uma série de pontos, a partir do reconhecimento da desigualdade de fluxos de informações entre o Norte (rico e dominante) e o Sul (miserável e subalterno). Entre eles, estão a comunicação como direito fundamental; a diminuição das desigualdades informacionais; a promoção da comunicação que respeite as identidades culturais e os direitos individuais; o desenvolvimento de políticas nacionais e regionais de comunicação. Esse documento gerou diversas conferências regionais sobre o tema, incluindo os países da América Latina (MORAES, 2015).

Na hegemonia neoliberal dos anos seguintes, o debate que propunha diversidade cultural se deslocou para a lógica de mercado. Os grandes grupos

globalizados de mídia, com sede nos países que detêm hegemonia, se opuseram às orientações da Unesco. A campanha a favor de uma suposta liberdade de circulação da informação foi encampada pelos Estados Unidos e pela Inglaterra (MORAES, 2015).

A interferência internacional, marcada pela ação norte-americana na desestabilização do avanço democrático no Brasil, teve ação direta na imprensa. Mesmo com o artigo 160 da Constituição de 1946, impedindo a participação de estrangeiros em empresas de comunicação no país, circularam revistas como a *Visão*, orientada pelos Estados Unidos, com o objetivo de influenciar o pensamento da população brasileira. O período também foi de forte influência das agências publicitárias norte-americanas que cooptavam os veículos de comunicação em troca das verbas publicitárias. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) recebiam recursos do exterior para financiar uma campanha intelectual e cultural que impedisse o Brasil de tomar rumos próprios (SODRÉ, 1999).

Atualmente, a lei que limita a 30% o financiamento estrangeiro em canais abertos de televisão é mais tolerante com as operadoras de TV a cabo. Elas podem contar com até 49% de capital estrangeiro e, no caso dos canais via satélite, 100% de investimento internacional é permitido (INTERVOZES, 2012).

O déficit de investimentos setoriais, as políticas públicas inconsistentes e a inércia regulatória afastaram o Estado, nos últimos decênios, do protagonismo nas áreas de informação, entretenimento e telecomunicações. Em contrapartida, grupos transnacionais ocuparam vorazmente os vácuos abertos, favorecidos por legislações frágeis, anacrônicas e permissivas, que lhes permitem acumular licenças de rádio e televisão – as joias da coroa em termos de faturamento e projeção política, ideológica e cultural (MORAES, 2013).

Há pouco mais de trinta anos o país vivia um período de cerceamento dos direitos civis, com censura, perseguição política e assassinatos. A ditadura militar promoveu a perseguição a jornalistas e a veículos que se posicionaram contra o regime (KUCINSCKI, 1991) e estendeu privilégios aos empresários da comunicação, ampliando seu poder de influência sobre o capital simbólico nacional. A cadeia de jornais existentes no Brasil ainda hoje resulta daqueles que se colocaram na defesa do governo ditatorial, instalado em 1964 (SODRÉ, 1999). No fim do regime, no

governo do general Figueiredo, foram outorgadas mais de trezentas concessões de radiodifusão, a maioria para políticos que, impedidos de exercer a função diretamente, utilizaram os mais diversos artifícios para garantir o controle dos meios eletrônicos de comunicação (LIMA, 2011).

O modelo norte-americano de concessões foi adotado no Brasil, por decreto, ainda em 1930. Decorre de sua influência a característica principal das mídias eletrônicas no Brasil: a concessão a grupos privados e sem participação social nas decisões sobre o bem público (LIMA, 2011). O modelo brasileiro de sistema midiático é articulado por grandes corporações proprietárias dos meios de produção, detentoras de estruturas tecnológicas e logísticas e comandantes habilidosas de um regime de “produção material e imaterial” (MORAES; RAMONET; SERRANO, 2013, p. 20). A ausência de regulação é predominante ao longo da história brasileira. Os direitos estabelecidos pela Constituição de 1988 nunca foram regulamentados, permitindo a propriedade cruzada e a formação de oligopólios da informação (LIMA, 2011).

Em 2017, vinte e seis grupos privados dominavam os cinquenta maiores veículos de comunicação no Brasil. Ao menos dezesseis deles ainda atuam em outras empresas do setor de comunicação, caracterizando propriedade cruzada, e vinte e um deles possuem negócios, diretos ou por meio de acionistas, em outros setores da economia. Também há a presença de políticos e de lideranças religiosas no controle desses veículos. A televisão ainda é o meio que mais concentra audiência, com apenas quatro veículos condensando 70% da audiência nacional (MOM/BRASIL, 2017).

A concentração se estende às condições regionais. Geograficamente, os principais veículos de comunicação estão centralizados no Sudeste. Da Região Metropolitana de São Paulo parte o comando do conjunto de redes de informação e de mídia nacionais, originando 73% dos grupos de mídia que atuam no Brasil, seguidos de Brasília e do Rio de Janeiro, no qual o controle dos veículos de comunicação é do Grupo O Globo (MOM/BRASIL, 2017).

O conteúdo, a agenda e as decisões editoriais são orientados pelas demandas das forças políticas e dos grupos de mídias que dominam as regiões acima referidas. Embora haja proeminência de grupos de mídias locais com poder

político, eles estão submetidos aos grupos das regiões concentradas, o que afeta a pluralidade de ideias (MOM/BRASIL, 2017). Essa realidade implica os vazios informacionais, ou desertos de notícias. Atualmente, 64 milhões de habitantes vivem em desertos ou quase desertos de informação, com acesso a nenhum veículo ou a meios precários de comunicação, o que representa 31% da população brasileira (ATLAS DA NOTÍCIA, 2018).

Na visão gramsciana, os veículos são uma forma eficaz de repercussão da ideologia, incidindo sobre o imaginário coletivo, no processo infindo de reprodução e construção de uma hegemonia política dominante. São capazes de influenciar escolhas com as quais pode se beneficiar e articular “a produção material e imaterial” (MORAES, 2019, p. 39). Recuperando esse pensamento para a atualidade, os meios de comunicação de massa reivindicam a tarefa de produzir e reproduzir informação, concedendo-lhe uma aprovação tácita de credibilidade. Essa atribuição é contestável quando se questiona a intencionalidade dos discursos e sua forma de afetar a compreensão dos fatos noticiados (MORAES, 2019).

A ausência de políticas de Estado conserva a concentração que incide sobre a forma como o jornalismo é produzido. A falta de diversidade de grupos no setor de comunicação não assegura a difusão de pontos de vistas diferentes, impossibilitando o contato do público com outras visões de mundo e formas de compreender a realidade (CHRISTOFOLETTI, 2008a).

Para limitar a concentração, as democracias liberais vêm estabelecendo leis de meios que viabilizam a pluralidade e constituindo sistemas públicos de comunicação. A regulamentação, em geral, se restringe a refletir os interesses do mercado, enquanto a comunicação pública tem autonomia diante da lógica de mercado para produzir e circular conteúdo (LEAL, 2017). Essa cultura não é adotada no Brasil: a força dos interesses econômicos e políticos sobre o jornalismo, aliada à ideologia hegemônica e diluída nos valores morais e culturais da sociedade brasileira, forja um ambiente que implica a própria formação dos jornalistas, alinhada a uma ordem dominante. A partir dessa concepção, apontam-se algumas características daquilo que pode ser denominado como prática jornalística hegemônica.



Se a neutralidade se confunde com a perspectiva do consenso (LAGE, 2001a, p. 48), a ideia de que o jornalismo está acima de grupos e interesses em jogo na sociedade é uma forma de tentar dissimular a ideologia (dominante) presente no enunciado jornalístico. Ao se reivindicar neutro, o jornalismo se apoia numa suposta imparcialidade que implica o consentimento da relação de poder à medida que faz das convicções das forças dominantes um posicionamento consensual. “As diferenças são reduzidas a uma unidade que não apenas é artificialmente forjada como também é socialmente situada” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 66). Na prática, sintetiza os contraditórios a um “outro absoluto” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 66) ou trata-os com falsa equivalência, abrindo mão do diálogo crítico com as versões do fato ou do acontecimento.

A opressão de classe e a despolitização do debate público são asseguradas pelo discurso da imparcialidade, que valida posições de poder na compreensão do que é público e do que é privado. (MIGUEL; BIROLI, 2010). Sintetiza a realidade em versões polarizadas e estanques quando não leva em consideração a relação de poder entre as vozes presentes em determinado discurso jornalístico.

Considerar o jornalismo como arbítrio da realidade é não reconhecer as possíveis intencionalidades de seus discursos. Em geral, os fatos não são contextualizados histórica e socialmente, em decorrência de ações discursivas que visam à transformação da notícia em mercadoria por meio da sua espetacularização ou para promover objetivos políticos (MORAES, 2019).

Neste aspecto, o referencial teórico gramsciano observa que os jornais podem cumprir papel de partidos políticos orgânicos. Com a fragmentação dos partidos, nenhum consegue condensar um estado intelectual orgânico. No entanto, esse estado pode atuar como “força dirigente em si mesma”, se expressando por meio da imprensa e do jornalismo (MORAES, 2019, p. 42). Outra alusão à obra de Gramsci é a relação da sua ideia de Príncipe Moderno - o partido - com o “Príncipe Eletrônico”: meios de comunicação capazes de subordinar, absorver e ultrapassar os outros modelos de organização que, em determinados momentos, cumprem o papel de dar direção moral e intelectual à sociedade (IANNI, 1999).

O debate teórico contemporâneo a respeito da democracia já aceita compreender o papel histórico da mídia como substituta dos partidos políticos em

funções como a construção da agenda pública, a produção e a reprodução de informações de interesse público, a fiscalização de governos e a canalização das demandas da sociedade (LIMA, 2009). Esses “partidos midiáticos”, atrelados a seus princípios e interesses e descolando-se da realidade, acabam por enfraquecer seu próprio poder. O rebaixamento da qualidade editorial e o confronto de ideias permitido pela internet aceleraram a crise de credibilidade desses veículos (LEAL, 2012).

Os vínculos econômicos e políticos da grande mídia com o bloco hegemônico afetam e fragilizam uma avaliação mais racional e equilibrada dos poderes representativos. Por isso, há perda de credibilidade, fruto dos controles ideológicos que interferem na geração dos conteúdos. Como então imaginar que a grande mídia possa ter independência efetiva para criticar equívocos e abusos dos outros poderes? A percepção social dos limites e problemas na atuação dos meios de comunicação é cada vez mais nítida. Os tentáculos da crise de legitimidade e de credibilidade atordoam dinastias familiares controladoras do velho "quarto poder"; talvez se julgassem imunes a sobressaltos e a questionamentos (MORAES, 2015, p. 122).

As empresas jornalísticas sabem que sua estabilidade no setor multimídia está submetida às novas estratégias de mercado. Esgotado o “modelo tradicional do jornal impresso”, diante dos meios digitais (MORAES, 2015, p. 123), a lógica de financiamento é significativamente impactada. Além da mudança no formato de custeamento dos veículos de jornalismo, há um hiato na transparência sobre a origem dos recursos e sobre o atrelamento político das empresas jornalísticas. A crise no modelo tradicional do jornalismo reflete a complexidade de fatores atravessados pelas características do capitalismo de nosso tempo, afetando não apenas o sistema de financiamento das empresas do setor, mas a própria credibilidade do jornalismo (MICK; TAVARES, 2015).

O que determina o papel da imprensa na consolidação ou no rebaixamento do regime democrático é “sua capacidade de produzir um tipo de conhecimento, que alimenta uma robusta circulação social da informação”. O jornalismo brasileiro, no entanto, atravessa, para além da crise no modelo de financiamento, um declínio de credibilidade que se deve, em alguma medida, aos “efeitos da expansão das redes sociais” (LIMA, 2018).

O estremecimento da credibilidade também se dá pela seletividade da informação. Uma parcela importante do público, agora conectada pela internet,

consegue identificar os discursos distorcidos do jornalismo e a sua omissão sobre determinados temas (MORAES, 2015). Esse cenário é observado pelas forças hegemônicas e pelos grupos privados que atuam na mídia para construir estratégias de manutenção da hegemonia. A crise de credibilidade, apesar de existir, é relativa. A mídia e o jornalismo ainda influenciam na opinião pública, mantendo a relação entre o poder político e o econômico, A “seleção” e o “enquadramento dos fatos” são as formas de reafirmar essa ideologia dominante (MORAES, 2015, p. 125).

O jornalista, forjado como profissional para uma perspectiva de mercado baseada na escassez da pluralidade editorial dos veículos, acaba por aderir à linha discursiva da empresa, que representa a posição do senso comum (VAZ, 2013). O jornalista também é afetado pelas rotinas extenuantes e pelas condições de trabalho insatisfatórias. A crise no modelo hegemônico de operação do jornalismo amplia esse quadro. As novas atividades criam atribuições diferentes e promovem o acúmulo de funções, com relações de trabalho precárias (LIMA; MICK, 2013). As demissões de jornalistas também são crescentes. De 2012 a 2018, foram contabilizadas 7.817 demissões em empresas de mídia (VOLT DATA LAB, 2019).

A história da concentração das riquezas no Brasil, forjada por grupos hegemônicos herdeiros de um passado colonial, são os traços que determinam a face do mercado de mídia no país. Essas forças dominantes operam para manter o quadro de concentração da mídia privada sem qualquer regulamentação, esvaziando o debate sobre políticas públicas que culminem em redes informacionais sólidas de caráter público. Garantindo a manutenção de um sistema de ideias dominantes, a prática hegemônica no jornalismo reflete uma percepção profissional e teórica constituída na referência hegemônica de produzir e reproduzir o conhecimento.

Se para Gramsci a hegemonia é passível de ser disputada e o jornalismo se constitui numa das arenas dessa disputa, a contraposição ao jornalismo hegemônico precisa ser repensada a partir de uma lógica própria de produção e reprodução do conhecimento jornalístico. O jornalismo deve buscar no fenômeno a relação dialético-materialista entre o que ele tem de específico e de geral, “entre o capitalismo (que gestou o jornalismo) e a totalidade humana em sua autoprodução” (GENRO FILHO, 2012, p. 23). O jornalismo não precisa se restringir

às suas condições históricas originais ou aos aspectos ideológicos dos quais se originou. Enquanto fenômeno ambíguo, a essência do jornalismo vai além da ideologia burguesa, embora manifeste e reproduza a hegemonia dominante (GENRO FILHO, 2012).

#### 4 JORNALISMO COMO INSTRUMENTO DA LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA

O jornalismo é uma prática com origem na luta de classes, notadamente a partir do advento do capitalismo. A burguesia revolucionária organizada para a disputa do poder, a partir de 1789 (Revolução Francesa) utilizava os jornais para denunciar o poder monárquico, produzindo um jornalismo contra-hegemônico. Com a consolidação do capitalismo e o assentamento da burguesia no poder, o jornalismo passa a servir para outros objetivos estratégicos (VAZ, 2013). Pensar nos diferenciais do jornalismo quando acionado por uma perspectiva contra-hegemônica requer reconhecê-lo como um espaço de confronto de visões de mundo e disputas de poder. O contraponto pretendido por esta pesquisa parte do pressuposto de que há espaço para encontrar alternativas à lógica hegemônica, praticando um jornalismo cuja perspectiva fomente, de fato, uma transformação social.

Gramsci nunca formulou propriamente sobre o conceito de contra-hegemonia ou de hegemonia alternativa. No entanto, enfatizou em sua obra um sentido ativo e profundo de ação revolucionária, realizado na conexão entre as diversas formas e ações de lutas. Para Gramsci, uma hegemonia alternativa emerge da classe trabalhadora compreendida em sua historicidade. Observa que esse conjunto de trabalhadores deve se converter em uma classe com potencial de se tornar hegemônica frente ao domínio burguês. Se toda hegemonia está em constante processo de mudança e de contestação, a ideia de contra-hegemonia ou de hegemonia alternativa deve ser considerada enquanto aspecto real e permanente de uma prática transformadora (WILLIAMS, 1980).

Na perspectiva gramsciana, o conhecimento é uma das condicionantes na luta por hegemonia. No processo de enfrentamento contra-hegemônico, que projeta a implantação de uma nova realidade, ao menos dois aspectos da teoria do conhecimento precisam ser considerados na práxis dos sujeitos: o conhecimento das condições objetivas e subjetivas da realidade e o conhecimento das estratégias de ação, consideradas na amplitude dos modelos de formação econômica e social. A revolução social, portanto, só pode ser concebida a partir da “análise concreta da situação concreta” (MARTINS, 2008, p. 253).

Sustentada por uma concepção gramsciana, a contra-hegemonia como prática alude às estratégias de ruptura com o capitalismo. Acioná-la, quando se trata do jornalismo, consiste em admitir sua condição de instrumento estratégico para a ação consciente da classe trabalhadora na luta de classes (GUIMARÃES, 2014). Considerando o conjunto teórico e político gramsciano, o jornalismo contra-hegemônico tem por objetivo a “emancipação humana no contexto da luta de classes”, sendo necessário que seus meios de informação estejam concatenados àquilo que Gramsci denominou como “organismo unitário de cultura” (GUIMARÃES, 2017, p. 14). O jornalismo contra-hegemônico precisa se colocar como prática que dispute visões de mundo e favoreça a formação da consciência, completando na ação prática as esferas do discurso e do conhecimento (GUIMARÃES, 2017).

Se a realidade imediata condiciona o jornalismo, os limites do seu caráter ideológico se encontram nas condições objetivas da singularidade do fato. De todo modo, os fenômenos só tomam sentido quando situados em um contexto exposto à subjetividade, que explicita, obrigatoriamente, a ideologia (GENRO FILHO, 2012). A ideia de objetividade tal qual é exposta no jornalismo advém da ideologia produzida pelo capitalismo. Compreender o jornalismo sob outro prisma ideológico, reconhecendo este fenômeno dentro de uma dinâmica dialética, requer entender a realidade como resultado de um processo histórico que constitui e evidencia “sujeito e objeto”, revelando sua perspectiva revolucionária, via práxis (GENRO FILHO, 2012, p. 228).

Diferente da indústria jornalística, a imprensa contra-hegemônica se diferencia não somente pelo protagonismo popular no conteúdo que produz, mas pela adoção de processos diferentes para selecionar e construir a notícia, opondo-se ao modelo tradicional de objetividade e assumindo sua perspectiva ideológica. Diferencia-se pela seleção de pautas e de fontes e pelo ângulo de abordagem do fato. A condição singular do fato é superada pela apresentação do contexto e de contraditórios (BARBOSA, 2012).

O autor assume uma posição diferente da proposta por Genro Filho (2012) que propõe teoricamente que o conhecimento produzido pelo jornalismo está nesta dimensão do real, enquanto “forma”. Coerente com a visão de que há uma potencialidade socializante e emancipadora no jornalismo, Genro Filho deixa claro

que o “conteúdo” do conhecimento jornalístico está no particular e universal que dependem da ação (daí a importância do conceito de práxis) do sujeito – homem ou mulher – produtor desta forma social de conhecimento.

Neste sentido, quando Barbosa (2012) defende que o modelo de produção jornalístico deve abandonar a priorização do singular, adotando procedimentos que privilegiem a totalidade e a universalidade (BARBOSA, 2012), distingue-se da perspectiva da teoria marxista do jornalismo de Genro Filho, em que ao abandonar a dimensão do singular, este seria um caminho na direção da ciência ou dos textos de opinião - discurso direto, jornalismo político, ativismo social. O objeto de Genro Filho é o jornalismo tradicional, tipificado pelos diários impressos.

O ponto de vista da práxis jornalística alternativa (contra-hegemônica) busca reestruturar o debate público por meio da equidade, da defesa de uma democracia radical e da coletividade. Não se trata da defesa da institucionalidade democrática, mas de uma atitude profunda que construa vias de manifestação midiática dos grupos sociais, rompa com a agenda oficial e se referencie numa lógica cidadã em detrimento da lógica de consumo. Essa práxis conforta o monopólio da mídia tradicional, que vê o jornalismo como um produto de mercado, se constituindo como uma esfera atenta às demandas sociais. O jornalismo sob esta perspectiva exige um grau de ativismo, para além de uma apropriação técnica, metodológica e estética (OLIVEIRA, 2009).

Essa imprensa alternativa, que ao longo da história se identificou de várias formas, se reinventa continuamente. As mudanças tecnológicas levaram o jornalismo para outros meios como a rádio, a TV e a internet. Com os movimentos sociais, ela também agregou outras formas de se organizar. O que sobrevive nessas experiências “é a identidade do jornalismo como instrumento de disputa de poder, o que o discurso empresarial da imparcialidade tenta esconder” (VAZ, 2013, p. 44).

A comunicação alternativa como um conjunto de atores, veículos e práticas manifesta uma perspectiva contra-hegemônica, questionando a ordem neoliberal e sua natureza excludente. Contesta, inclusive, o discurso dominante, por meio de atividades editoriais que rechaçam o controle da ideologia operado pela mídia tradicional, recorrendo ao uso da internet. Baseadas na ideia de distribuição justa da

riqueza, de direitos sociais e de diversidade cultural, procuram construir uma nova ordem social (MORAES, 2009). É constituída no movimento comunitário e popular, com o objetivo de se expressar livremente, produzir outro tipo de conteúdo e atuar para a conscientização, democratizando o acesso à informação e aos meios, provocando transformações sociais (PERUZZO, 2009).

Conceitualmente, comunicação popular, alternativa, comunitária e/ou radical se confundem. A confusão ocorre porque, apesar de denominações diferentes, na prática, em muitos casos os objetivos, os processos desenvolvidos e a estratégia são os mesmos ou, no mínimo, semelhantes. Porém, apesar das aproximações de sentido, no percurso da democratização do país, algumas dessas denominações foram se configurando com perfis mais específicos. A principal razão dessa alteração está na mudança do contexto histórico em que as bandeiras de lutas se ampliam, tendo em vista não existir mais o caráter explícito de oposição política — que unia as esquerdas — ao autoritarismo militar e seus desdobramentos. Uma dessas denominações é comunicação comunitária, a qual acabou se configurando numa vertente mais específica em decorrência das práticas sociais desenvolvidas (PERUZZO, no prelo). A rádio comunitária, por exemplo, extrapola o cenário dos movimentos populares e se relaciona com públicos mais abrangentes. (PERUZZO, 2009, p. 35).

Se a luta contra-hegemônica forjou, ao longo da história, práticas jornalísticas de contestação à ideologia dominante, esse cenário se intensifica com a crise do modelo tradicional do jornalismo, afetando também o consenso em torno de sua credibilidade. No Brasil, esse cenário de mudanças ganha contornos ainda maiores diante da concentração ideológica dos veículos tradicionais. Esse domínio do capital simbólico, operado pelos meios de comunicação de massa, cria e amplia um centro de dissonância, variado e difuso, que funciona como uma via para a circulação de outras visões de mundo.

Para colocar em discussão o que caracteriza o jornalismo quando seu objetivo é atuar como um instrumento de contestação à ordem hegemônica, busque-se reconhecer os atores que fomentam essa práxis, como os movimentos que se organizam na sociedade civil numa perspectiva contra-hegemônica, os veículos alternativos e o jornalista como ativista. A internet é ferramenta de descentralização da produção editorial, diante do ambiente comunicacional concentrado da realidade brasileira.



#### 4.1 SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E PRÁXIS CONTRA-HEGEMÔNICA

A resistência é uma condição intrínseca ao conceito de hegemonia. Sua estabilidade repousa na relação dinâmica entre as forças internas que a sustentam e no embate ideológico - e coercitivo - com as forças sociais externas que não se submetem ao consenso. Para Gramsci, é na sociedade civil que os diversos setores podem se expressar e dar origem a transformações de ordem moral e intelectual (STACCONE, 1987). Nesse ambiente são constituídas alianças, desvelam-se os confrontos ideológicos e a classe subalterna pode forjar sua consciência e suas formas de organização (SEMERARO, 1999).

A ação contra-hegemônica na sociedade civil pode lançar mão dos mesmos dispositivos que as classes dominantes utilizam na disputa pelo controle ideológico. Os aparelhos privados da hegemonia, como a imprensa, são ferramentas de construção do consenso (SIMIONATTO, 1995), mas podem ser contrapostos por meio de órgãos que produzam o conhecimento a partir da visão de mundo contra-hegemônica (MORAES, 2015).

O antagonismo social foi a tônica da maioria dos principais movimentos nos séculos XIX e XX. A dicotomia entre subalternos e classes dominantes, burguesia e a classe trabalhadora, ou ainda entre povo e elite, explica a emergência de movimentos sociais populares, operários, sindicais e comunitários (VAZ, 2013).

No Brasil, a luta política das classes subalternas teve origem na resistência aos quatrocentos anos de escravidão e à exploração europeia, enfaticamente a portuguesa. Antes das primeiras manifestações da luta operária, impulsionada por uma massa de trabalhadores imigrantes, as lutas contra a exploração do trabalho escravo fomentaram movimentos de resistência. Nesse período, a possibilidade de comunicação era precária. Suas formas de se manifestar eram pela oralidade, pelas manifestações culturais e religiosas, as quais eram alvo de repressão (GIANNOTTI, 2014).

Entre o começo do Império e o fim da escravidão, surgiram, em diversas partes do país, periódicos produzidos por negros em luta pela libertação. Um dos pioneiros da imprensa negra foi Francisco de Paula Brito, que editou diversos jornais como *O Mulato* ou o *Homem de Cor*, em 1833. Também publicou os jornais *A Mulher*

do *Simplicio*, *A Marmota* e o jornal comprometido com a causa das mulheres *A Mineira*, no Rio de Janeiro (GIANNOTTI, 2014). No começo do século XX, o jornalismo negro ganhou impulso. Produziu, entre 1903 e 1963, trinta e sete periódicos em São Paulo e trinta e oito no Rio de Janeiro (GIANNOTTI, 2014).

O sindicalismo da atualidade teve suas raízes nas lutas operárias anarquistas, trazidas pelos imigrantes europeus no fim do século XIX. A luta política se consolidou no período seguinte, com o início do processo de industrialização brasileiro (GIANNOTTI, 2014). O movimento operário se fortaleceu nas primeiras décadas do século XX, motivado pela vitória do movimento comunista na Rússia (FGV/CPDOC, 2019).

Os primeiros jornais operários começaram a aparecer por volta dos anos de 1850 e 1860. O *Jornal dos Tipógrafos* surgiu no Rio de Janeiro, em 1858, com a primeira greve de que se tem notícia no país. O movimento, organizado pelos gráficos de três jornais, ocupou as oficinas e produziu o periódico. De 1875 a 1930, o movimento publicou cerca de quinhentos periódicos, em sua maioria de orientação anarquista (GIANNOTTI, 2014). A direção do movimento proletário também contou com a ação de outras tendências políticas. Em 1922, o Partido Comunista do Brasil foi fundado (FGV/CPDOC, 2019), tendo na imprensa partidária um importante elemento da luta política. O partido lançou o jornal *A Classe Operária* em 1925, a *Revista Proletária* em 1926 e o jornal *Movimento Comunista* em 1928.

Na Era Vargas, nos anos de 1930, foi implantado o sindicalismo oficial, atrelado ao Estado, produzindo uma imprensa sindical subserviente. A retomada do jornalismo combativo aconteceu na década seguinte, com a legalização do Partido Comunista, em 1946. Nesse período, de acordo com Giannotti (2014, p. 88), o órgão partidário chegou a publicar oito jornais diários: *Tribuna Popular/RJ*, *Jornal do Povo/AL*, *Hoje/SP*, *Momento/BA*, *O Democrata/CE*, *Folha do Povo/PE*, *Tribuna Gaúcha/RS* e *Folha Capixaba/ES*.

Com o golpe militar em 1964, a imprensa partidária foi censurada e a imprensa operária atuou de forma bastante limitada, divulgando a ação dos aparelhos sindicais submetidos ao regime totalitário. Foi um novo período de censura institucional na história brasileira e de extermínio da esquerda. A imprensa alternativa surgiu como uma contraposição aos veículos alinhados ao golpe, ou à conhecida grande imprensa. Alguns jornais se destacaram nesse período, como o

*Opinião, Movimento, Coojornal, o Pasquim*, entre outros (GIANNOTTI, 2014). Esses jornais se dividiam em duas vertentes. A primeira era vinculada à “valorização do nacional e do popular” e ao “marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos de 1960” (KUCINSKI, 1991, p. 5). Responsáveis por denunciar o agravamento da crise, discutiam os problemas da esquerda, visibilizavam movimentos de reivindicação e seus atores. A segunda categoria de jornais se inspirava nos movimentos da contracultura norte-americana, no anarquismo e no existencialismo, priorizando a crítica ao conservadorismo cultural e ao regime autoritário, em detrimento do debate ideológico. Mantinham-se no campo crítico e de esquerda, mas refutavam “o dogmatismo das esquerdas” (KUCINSKI, 1991, p. 5).

Com o fim da Ditadura Militar, na metade dos anos 1980, os veículos da imprensa alternativa foram desaparecendo. Nas décadas de 1980 e 1990, nenhuma experiência jornalística de massa e diária, que fizesse um contraponto à mídia hegemônica, apareceu. Organizações políticas e partidárias não conseguiram estabelecer um jornal com capacidade de se contrapor à imprensa dominante, disputando a hegemonia. “Houve uma esperança muito curta com o semanário do Partido dos Trabalhadores, *Brasil Agora*, mas que não se consolidou”. (GIANNOTTI, 2014, p. 93).

Ao longo da década de 1990, o jornalismo sindical cresceu com as possibilidades abertas pela redemocratização. Foi responsável pelo enfrentamento à política neoliberal, apostando em jornais diários, atuando no rádio, produzindo revistas e documentários. No entanto, esse não foi um fenômeno homogêneo no movimento sindical. Parte dessa imprensa também refletia a prática corporativista, com atenção para demandas específicas das categorias (GIANNOTTI, 2014).

O fim do século XX já experimentava um novo tipo de totalitarismo. Os regimes globais, sustentados pela doutrina da globalização e da massificação do pensamento, impuseram uma política econômica monolítica e submeteram os direitos sociais à competitividade de mercado (RAMONET, 2001). O cenário intensificou a resistência, que, a partir da consolidação de outras demandas sociais, articulou modos de antagonismo social em movimentos que remodelaram a luta contra-hegemônica (VAZ, 2013).

Esses movimentos, ainda em atividade, são movidos pelo impulso de transformação e não ocupam um lugar no ordenamento institucional jurídico-social, caracterizando-se como minorias - “um fluxo de mudança” radicalizado numa “subjetividade não capitalista” (SODRÉ, 2009, p. 12). Esta minoria se recusa a consentir a opressão e reinventa formas democráticas de ação (SODRÉ, 2009).

No conjunto dos grupos sociais que articulam ações e movimentos, uma parte possui militância ativa em organizações e partidos, estruturados no movimento social, enquanto que outras partes podem ser flutuantes. Sua militância atua por meio do ambiente midiático, assumindo-se como “força política de oposição ao sistema hegemônico e de certa forma guetificado em um aspecto de luta” (PAIVA, 2009, p. 17).

Neste modelo se enquadram as minorias que operam com “questões de gênero ou religiosas ou ainda étnicas” (PAIVA, 2009, p. 17). As ações desses coletivos são ativas em todos os âmbitos do cotidiano, utilizando formas usuais de compreensão da realidade e das correlações de força, lançando mão de “mecanismos tradicionais, com alguma incorporação de novas tecnologias, nas estratégias de luta” (PAIVA, 2009, p. 18).

O ritmo frenético no desenvolvimento da Internet, com o aumento no número de pessoas que passaram a acessá-la, modificou as relações de concentração informacional. Na década de 1990, milhares de sites foram criados e a conexão entre computadores permitiu um fluxo de comunicação livre e de ação política. A primeira manifestação que contou com o uso da internet foram os protestos, mobilizados via e-mail, durante uma conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle (EUA), em dezembro de 1999. O I Fórum social Mundial, realizado em janeiro de 2001 em Porto Alegre, contou com a força mobilizadora da internet para articular a luta contra o neoliberalismo. Os protestos em janeiro de 2011 na Tunísia e no Egito, que depuseram regimes, foram mobilizados pela internet (BIACHI; BORGES, 2014).

A internet foi introduzida no ativismo social como um elemento criativo a partir do espaço descentralizado por ela proporcionado. A militância política, considerando a sua diversidade de pensamento e de ação, o que inclui organizações não governamentais, sindicatos, associações e outros núcleos de ativismo, tem utilizado

o ciberespaço para difundir suas lutas. O objetivo é disseminar outras ideias e realizar intercâmbios (MORAES, 2001).

O ciberativismo reflete o conjunto de atividades na internet, de caráter contínuo, com o objetivo de operar mudanças, incluindo ações que se realizam unicamente pela rede ou com o apoio dela. Uma prática que pode ser considerada similar é o hacktivismo e o movimento *cyberpunk*, que defendem a informação livre e a ideia de que todos podem produzi-la. Característicos do ativismo e da resistência na internet, esses grupos forjaram novas formas de protesto e mobilização (PRADO, 2015).

A cibermilitância consegue, de algum modo, questionar com mais ênfase a grande mídia e suas linhas editoriais. Busca escapar dos monopólios da comunicação e promover a expressão das ideias de grupos contra-hegemônicos que atuam por justiça social. Organizações da sociedade civil, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Anistia Internacional (AI), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Comissão Pastoral da Terra, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Fórum Nacional pela Democratização dos Meios de Comunicação e o Centro Feminista de Estudos e Assessoria, além de uma série completa de associações profissionais, ONGs e entidades estudantis, atuam na internet (MORAES, 2001). Expressam reivindicações e se comprometem mutuamente, considerando suas áreas e formas de atuação, perspectivas estratégicas e espaços de abrangência. O fortalecimento da sociedade civil em prol da “universalização de valores e direitos democráticos” é o ponto em comum. Articulam lutas contra a exclusão e por políticas que garantam justiça social e preservem o bem comum (MORAES, 2001, p. 126).

A partir de 2003 a criação de páginas e de blogs ativistas no Brasil cresceu. Na perspectiva política, são experiências reconhecidas como uma militância virtual que se contrapõe às formas de abordagem da mídia convencional. No Brasil, a blogosfera é bastante heterogênea quanto a temas e abordagens; entretanto, no curso do seu desenvolvimento, nasceu um conjunto de iniciativas politizadas, desvinculadas das corporações de mídia tradicionais. O primeiro desse conjunto de “blogs progressistas” foi o *Viomundo*, do jornalista Luiz Carlos Azenha, criado em 2003. Esses blogs foram surgindo do descontentamento de jornalistas com a

cobertura da mídia convencional, interessados em expor suas críticas de forma independente (BIACHI; BORGES, 2014).

Buscando articular certa unidade entre as iniciativas de mídia livre na rede, comunicadores com atuação em veículos diversificados, com origens e experiências distintas, se reuniram no Rio de Janeiro, em 2008, no I Fórum Nacional de Mídia Livre. Se, por um lado, defendiam a proposição de uma política mais democrática para a comunicação, com efeito de oposição ao que estava posto pela mídia hegemônica, por outro, havia quem defendesse apenas a sua liberdade de produzir a partir das suas próprias referências. Entre as polêmicas, estavam os limites dos padrões do mercado e sua assimilação ou seu rechaço (VAZ, 2013).

As *Jornadas de Junho*<sup>12</sup> de 2013 foram um marco decisivo para a história do midialivrismo no Brasil. O ciberativismo dos midialivristas produziram conteúdos e incentivaram as pessoas a se somarem aos protestos. A ação nas redes, em tempo real, buscou competir com a narrativa dos veículos hegemônicos brasileiros (PARENTE, 2014). As jornadas fizeram despontar iniciativas como a Mídia Ninja, coletivo de comunicação livre, que utilizou apenas dispositivos celulares para narrar pelas redes sociais o que estava acontecendo nas manifestações (PRADO, 2015).

O midialivrismo é uma manifestação comunicativa fruto da *web*, constituída a partir das “práticas do jornalismo, da cultura hacker e também do ciberativismo” (ROVAI, 2018, p. 40). É comumente associado à resistência contra-hegemônica, mas não se assemelha à ideia de imprensa alternativa, forma como ficaram conhecidos os veículos alternativos de jornalismo que se constituíram na Ditadura Militar. Também superam os modelos tradicionais de empreendedorismo digital, atuando de maneira imprescindível em uma nova forma de produzir e distribuir a notícia em um novo contexto de comunicação. Materializa-se como técnica e como ação política, não necessitando dos elementos usuais para produzir. Essa facilidade permitiu o aumento de grupos utilizando esse novo formato de mídia, ainda que não se associem ao sentido de midialivrismo (ROVAI, 2018).

Um novo jornalismo surge com a vontade política de participação. Um jornalismo independente, que trabalha lado a lado com os colaboradores,

---

<sup>12</sup> Protestos que ocorreram nas ruas de diversas cidades brasileiras em junho de 2013, desencadeadas pelo Movimento Passe Livre, contra o aumento das tarifas do transporte público em São Paulo.

cidadãos e não profissionais, muitas vezes chamado de coletivo e que produz farto material, tanto refinado quanto no formato bruto. [...] Tentar mostrar a verdade nua e crua, por mais chavão que isso possa ser, é o que demonstra, muitas vezes, o jeito de apuração desse novo fazer jornalístico. Usa a rede para se organizar por microarticuladores e, assim, disseminar seu conteúdo de maneira altamente distribuída no conhecido lema de todos para todos, sabendo que esses todos são somente os todos que estão interessados na real cobertura dos fatos e que não aguentam mais engolir passivamente o que vem sendo despejado pela mídia de massa. (PRADO, 2015, p. 100 e 101).

Embora seja um espaço em que a informação circula de forma menos verticalizada, a internet está sob o comando da sociedade de hegemonia capitalista. Governos tentam limitá-la por meio de dispositivos de lei, enquanto o setor privado de comunicação e tecnologia busca manter o controle do mercado. Mesmo grupos de mídia que operam em outros meios de comunicação, diante da crise, vêm se moldando às novas condições de produção e circulação de conteúdo (BIACHI; BORGES, 2014).

As experiências jornalísticas de caráter contra-hegemônico sofreram mudanças durante o desenvolvimento do capitalismo e das novas tecnologias dele provenientes. Esse processo, na sua concretude histórica, é constituído de resistências, de antagonismos e de formas diferentes de organização social com suas estratégias e táticas próprias, formando uma diversidade de interesses em jogo que utilizam a internet como uma ferramenta de disputa de ideias.

#### 4.2 A INTERNET COMO ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO DO JORNALISMO

No fim da década de 1990, a globalização já atravessava por completo as relações de mercado, o sistema de finanças e as “redes imateriais”. Isso resultou na doutrina da desregulamentação, enfraquecendo o papel do Estado e fortalecendo os interesses privados em detrimento do serviço público e dos interesses coletivos. As tecnologias digitais e multimídia e as redes eletrônicas modificaram de forma radical áreas de atividade econômica, desde o setor financeiro e comercial até os que atuam no mercado midiático (RAMONET, 2001).

A internet está situada em um conjunto de “circuitos infoeletrônicos” e promove conexões instantâneas entre a realidade global e comunidades locais, dispensando qualquer processo linear na relação espacial-temporal. Entre as suas

principais características estão a estrutura descentralizada, a simultaneidade, a interação entre sujeitos e a disseminação multimídia contínua de fontes, dados e informações. É utilizada para a interação em comunidades virtuais e redes sociais, compartilhamento de dados, vídeos e músicas, e a articulação de diversos tipos de redes, entre elas as de ativismo (MORAES, 2009).

A atual sociedade em redes é global por conta da forma como foi estruturada a internet e uma das suas principais aplicações, a web. Embora nem todas as pessoas do mundo façam parte dessa rede, quase todas são, de alguma forma, afetadas por ela. Os mercados financeiros, a produção e distribuição de bens e serviços, a ciência e a tecnologia, os meios de comunicação, instituições transnacionais e até o esporte, a arte e a cultura estão organizados em redes globais. (ROVAI, 2018, p. 20).

A cibercultura, inaugurada por esse novo ambiente, modificou padrões sociais, formas de absorção de cultura e as dinâmicas produtivas e de circulação de conteúdo, além de constituir novas relações de trabalho, de sociabilidade e de comunicação social. A internet promoveu, ao longo das últimas décadas, uma transformação profunda nas relações sociais e culturais (LEMOS, 2010).

Ao modificar a vida cotidiana, obrigatoriamente, a internet alterou o modelo de produção e circulação das notícias e o mercado da informação. Uma variedade de redes globais se constitui, sobrepondo os limites do espaço e do território (ROVAI, 2018). Do ponto de vista das comunicações, as transformações estruturais refletem um ambiente de convergência, permitindo novas relações entre mídias, modelos de produção e circulação, formatos e públicos (JENKINS, 2013).

Os meios tradicionais de jornalismo convergiram também para a web, além do surgimento de outros tipos de mídia nativa desse ambiente, como as webrádios e webTVs. A lógica da conexão fomenta novos princípios como a emissão livre da informação, as redes de diálogos permanentes e a remodelagem do cenário comunicacional que influencia nas dimensões objetivas e subjetivas da sociedade. O conteúdo informacional é produzido, distribuído e consumido de forma que as particularidades locais se atravessam a todo tempo, desterritorializando as mídias (LEMOS; LEVY, 2010).

O desenvolvimento dos dispositivos de acesso às redes e de ferramentas para a produção de conteúdo permitiu que esse espaço de comunicação seja de simples utilização e sem grandes custos. Há um rompimento com a concentração,



no sentido de que é possível que qualquer indivíduo faça circular as informações que produz, condição expandida pelas redes sociais. Esses fenômenos são transitórios, fazendo com que as relações de troca de informação se modifiquem em um curto espaço de tempo (RAMONET, 2013).

A internet se apresenta como o resultado do avanço do conhecimento humano. Embora não seja a única forma de assimilar a cultura, a limitação do seu acesso por camadas da sociedade pode excluí-la do processo de absorção de conhecimento. Por ser um território de circulação das diversas formas de produção do conhecimento, precisa estar à disposição de toda a sociedade. A capacidade de produzir da informação é, ainda, privilégio apenas da parcela desenvolvida do mundo. A exclusão digital ainda atinge boa parte da população do planeta. Pelo menos 1,5 bilhão de pessoas no mundo não tem sequer acesso a energia elétrica (RAMONET, 2013).

As relações globais de poder político e econômico perpassam esse território virtual e interferem nos sistemas midiáticos nacionais que encontram na internet mais um elemento da disputa pelo controle de mercado e de ideologia. Os processos de globalização, digitalização, privatização, formação de redes e desregulamentação acabam com qualquer limite para a mídia corporativa consolidar o controle de oligopólios por meio de redes integradas de negócios multimídia (CASTELLS, 2015). Há uma constante disputa do controle político, econômico e cultural da internet em escala global.

Com o intuito de adequar-se à economia multimídia globalizada, o gerenciamento das redes sociais inclui alianças e parcerias entre gigantes de informação e entretenimento (News, Time Warner, Viacom, Disney) e as corporações líderes em várias pontas da internet (Google, Microsoft, Apple). Geralmente, esses acordos giram em torno de objetivos complementares (conteúdos, publicidade, promoções, merchandising), que exigem plataformas de grande visibilidade junto aos consumidores potenciais. Somente pesos-pesados da mídia e das infotelecomunicações têm condições financeiras, logísticas e tecnoprodutivas de protagonizar esse mercado altamente promissor e rentável, que vai definindo seu ranking à sombra da conglomeração e da oligopolização. Em uma década de existência, o Facebook, maior rede social do mundo, com mais de 1, 5 bilhão de usuários, incorporou a seu patrimônio dezenas de empresas especializadas, startups e outras redes, que o credenciam hoje como poderoso grupo de infoentretenimento e tecnologias. Entre as aquisições, os aplicativos Whatsapp (conversa instantânea) e o Instagram (compartilhamento de fotos). Temos então, na malha descentralizada da internet, a reprodução de uma das características mais negativas das

indústrias tradicionais de mídia: a concentração de meios, ativos e ramos de atividades nas mãos de megagrupos. (MORAES, 2015, p. 199).

Perseguido por seu ativismo digital, o fundador do *Wikileaks*, Julian Assange, é enfático quando denuncia o grande poder das megacorporações da internet que detêm a “propriedade da infraestrutura” comunicacional. Não diferem de grandes corporações de outras áreas de negócio porque todas elas estão inseridas na lógica operada pelo capitalismo globalizado da atualidade. Seu poder é uma ameaça para “a soberania e a segurança de países como o Brasil”, tanto quanto outras grandes corporações ou mesmo o governo norte-americano (ASSANGE, 2015, p. 20). Assange (ROVAI, 2018) afirma que a internet vem se transformando em um espaço totalitário, desintegrando sua capacidade emancipadora. Ao fundir-se com os Estados, sua relação de força precisa ser redefinida. Corre-se o risco de que ela se transforme numa grande ferramenta de controle e de vigilância.

A regulamentação da internet precisa ser discutida com a sociedade civil, garantindo-se o controle público diante do domínio das grandes corporações econômicas, ao mesmo tempo em que precisa limitar o poder autoritário do Estado. No Brasil, o Marco Civil da Internet, que institui as regras brasileiras para o setor, está vigente desde maio de 2014, após dois anos de debates sobre critérios que fundamentariam os direitos e deveres para internautas e empresas. A discussão entre governo, sociedade civil, acadêmicos e empresários resultou em uma legislação, baseada na neutralidade, na responsabilização e na privacidade, podendo servir de parâmetro para outros países (GINDRE, 2014).

A neutralidade de rede é o princípio que se baseia na obrigação dos provedores de acesso em tratar com isonomia os pacotes de dados que trafegam em suas redes, não fazendo discriminação em razão de seu conteúdo, origem ou destino. No caso do Brasil, as operadoras não podem segregar conteúdo baseadas no valor pago pelo usuário. No que diz respeito à privacidade, o Marco Civil busca equilibrar a segurança e o direito à privacidade. Os dados coletados por essas empresas não podem ser repassados a terceiros e seu armazenamento precisa ser informado ao usuário, que pode optar por excluí-los. A pressão dos setores da segurança pública abriu uma exceção para a espionagem, permitindo que

autoridades com competência legal possam exigir dados pessoais dos usuários (GINDRE, 2014).

Em 2017, os Estados Unidos revogaram as regras que protegiam a neutralidade de rede no país, passando a ser possível que provedores de acesso à internet bloqueassem conteúdos, sites e aplicativos, diminuíssem a velocidade ou acelerassem o acesso a serviços, cobrando dos usuários preços diferenciados ou oferecendo mais velocidade de navegação a clientes que pagassem aos provedores para circular conteúdo. Também foram flexibilizados os critérios para exigir transparência sobre as práticas que violam a neutralidade. Isso significa que uma operadora nos EUA pode reduzir a velocidade de um determinado serviço de vídeo ou música, bloquear o conteúdo de uma plataforma específica sem apresentar justificativas claras e sem necessariamente comunicar o usuário sobre essa prática (INTERVOZES 2017).

Assim como outras mídias controladas pelo monopólio empresarial, a internet nasceu de um acúmulo de conhecimento e de tecnologias, impelindo mudanças radicais na sociedade. No entanto, tende a repetir a lógica que mantém a estrutura social, a exemplo de outras tecnologias que, após atravessar as primeiras fases de transformação, atuaram para manter a dinâmica social hegemônica (ROVAI, 2018, p. 29).

No jornalismo, a influência da internet vai além da convergência e das alterações nos processos técnicos de produção e de distribuição. Alcança sua capacidade de articulação de discursos para a produção do conhecimento.

Ao criar um continente midiático inédito, a internet produz um jornalismo novo (blogs, redes sociais), em concorrência direta com o jornalismo tradicional. Cada cidadão tem acesso à informação sem depender dos grandes meios de comunicação, como antes. O novo dispositivo tecnológico faz com que cada cidadão deixe de ser só o receptor da informação – acabando, assim, com um modelo que foi norma durante muito tempo, desde o advento dos meios de massa. Nunca na história das mídias os cidadãos contribuíram tanto para a informação. Hoje, quando um jornalista publica um texto on-line, ele pode ser contestado, completado ou debatido, sobre muitos assuntos, por um enxame de internautas tão ou mais qualificados que o autor. [...]

Por outro lado, há o que poderíamos denominar de “crise habitual” do jornalismo. Este fenômeno, que é anterior à situação atual, reflete-se na perda de credibilidade dos jornalistas devido ao forte vínculo que muitos deles mantêm com o poder econômico e político, suscitando uma desconfiança geral no público. Além disso, a crise econômica provoca uma queda muito forte da publicidade (principal fonte de financiamento das

mídias privadas) e desencadeia pesadas dificuldades de funcionamento para as redações. (RAMONET, 2013, p. 86).

Ressalva-se que a crise do jornalismo está inserida dentro de um processo complexo de colapso da chamada democracia representativa, sistema político que lhe sustenta desde a sua origem como empresa, e no debate público mais amplo que envolve a chamada “pós-verdade”, com movimento em direção a um passado feudal, no qual o credo suplantava o conhecimento humano produzido – quer na ciência, arte, filosofia ou mesmo no senso comum.

A crise é uma combinação de ordem econômica, mas também de natureza política, moral e técnica, realocando a relação entre o jornalismo e o público. As novas tecnologias impactaram na capacidade produtiva do jornalismo, modificando a relação de tempo entre o acontecimento e a divulgação, criando novas linguagens e reduzindo custos. Isso se refletiu consideravelmente na diminuição de postos de trabalho, na multifunção e no aumento da jornada diária, além de ter contribuído para a precarização nas relações de trabalho (MICK; TAVARES, 2015).

No que diz respeito ao modo de circulação e aos modelos de propriedade, a crise apresenta sua face política: o público agora é mais crítico à influência dos interesses privados do grupo econômico sobre a produção jornalística, afetando a credibilidade. Por meio das redes sociais, os discursos jornalísticos são cada vez mais aferidos e questionados (MICK; TAVARES, 2015).

A descrença no jornalismo é decorrente do processo de transformação do mercado de mídia. A concorrência entre veículos de meios diferentes pela velocidade da notícia diminuiu o tempo para a checagem. Com a internet, esse processo se intensificou (RAMONET, 2013). Outros atores passaram a fazer parte do processo produtivo e de distribuição dos acontecimentos, além de serem acionados pelos próprios veículos jornalísticos. Funções típicas do processo de troca jornalística foram rompidas: o modelo que operava com um emissor ativo e um receptor passivo se modificou. O receptor passou a contar com uma forma de expressar suas opiniões sobre o conteúdo jornalístico e emití-la - ou produzir qualquer tipo de informação - por conta própria (RAMONET, 2013).

Essa lógica descentralizada amplia a tensão sobre o modelo de operação tradicional. Fora do controle das tradicionais empresas jornalísticas, a produção e a

circulação podem ser realizadas via redes sociais por qualquer pessoa. Este aspecto sugere que seja possível uma remodelação do lugar jornalístico, da institucionalização profissional e do modelo de organização produtiva, ainda sem uma definição mais efetiva (MICK; TAVARES, 2015).

O status da profissão foi afetado pelo número de jornalistas em potencial produzindo e veiculando informações, o que se refletiu nos baixos salários, além da extinção de postos de trabalho com o fechamento de jornais. Isso não inviabilizou novos arranjos dos setores de mídia. As condições precárias de trabalho se agravaram com a internet. Os principais sites que informam em tempo real são os da mídia tradicional, aumentando a exploração de seus jornalistas (RAMONET, 2013).

Se, por um lado, esta situação gera degradação, também estamos diante de uma ocasião excepcional para a nova geração de jornalistas. Primeiro, porque os jornalistas nunca tiveram uma formação tão boa como a de agora, haja vista que por muito tempo os profissionais se formaram de maneira selvagem, como autodidatas. Hoje, os jornalistas e comunicadores frequentam as universidades. As gerações dos últimos quinze ou vinte anos têm a melhor formação da história do jornalismo. Segundo, as ferramentas tecnológicas permitem que um grupo de jovens jornalistas seja capaz de se organizar com poucos recursos, podendo, assim, criar novos veículos de comunicação, jornais etc. Em muitos países, principalmente nos Estados Unidos, os jornais digitais mudaram ou estão mudando sua maneira de fazer jornalismo. Surgem na rede jornais de novos tipos, para os quais os leitores também podem contribuir, eliminando as funções fixas de emissor e receptor, e transformando todo emissor em receptor e todo receptor em emissor. (RAMONET, 2013, p. 90-91).

A incidência da internet sobre os movimentos sociais, sobre o ativismo político e sobre os meios de comunicação foi marcada por idiosincrasias da disputa pela informação. Serrano (2013, p. 145) recorda que, ainda em 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), do México, “enviava pela rede seus comunicados e denúncias para um grupo de jornalistas e ativistas”. Antes dos grandes jornais, meios alternativos já estavam funcionando na internet. Organizações e movimentos pequenos também começaram a se organizar no meio digital antes mesmo dos partidos políticos e das entidades sindicais (SERRANO, 2013).

O desafio se divide entre ajustar os tradicionais modelos de negócio à nova realidade e tornar a internet um elemento de real revolução, não apenas do ponto de vista tecnológico, mas a favor da democracia e da participação popular. Promover um olhar diferente daquele fomentado pela hegemonia é uma necessidade social de

quem se adapta à lógica de mercado. Os meios que representam esse pensamento “não têm fins lucrativos, não são propriedades de acionistas e não condicionam seus conteúdos à receita publicitária” (SERRANO, 2013, p. 151). A centralidade desses projetos é amplificar vozes que se manifestam em defesa da soberania e da justiça social (SERRANO, 2013). A internet não resolve o abismo entre indivíduos com ou sem acesso ao meio digital. Pode, no entanto, ser um elemento para democratizar a informação. Para isso, necessita de uma tática coerente de integração à disputa por uma comunicação e uma cultura livres da influência mercadológica. (MORAES, 2009).

O jornalismo digital no Brasil possibilitou que outras vozes participassem do discurso jornalístico, por meio da web. Surgiram diversos veículos desvinculados dos conglomerados de mídia, diversificando de forma significativa o jornalismo, diante da histórica concentração dos meios de comunicação no país. Esse “jornalismo de combate” se desenvolveu na web e impediu que versões baseadas em falsos pressupostos prevalecessem (ROVAL, 2018).

Para Harlow e Salaverría (HOEWELL, 2018), os nativos digitais são iniciativas que buscam na internet o meio para constituir seus projetos editoriais. Refletem a precarização profissional do mercado e apostam na convergência de formatos sem a necessidade de um aparato sofisticado de produção e distribuição do conteúdo noticioso. Investem em narrativas visuais, jogos, reportagens investigativas, jornalismo de dados ou explicação de notícias, e dedicam-se a especialidades (HOEWELL, 2018). O impacto social do jornalismo produzido por esses nativos digitais na América Latina se refere às mudanças nos processos produtivos. No entanto, quando abordam temas que mobilizam as estruturas de poder estabelecidas, metade dos jornalistas alegou ter sofrido agressões físicas e ameaças (SEMBRAMEDIA, 2017).

O mesmo ambiente que promove o exercício do jornalismo democrático e participativo propicia a distribuição vertiginosa de notícias falsas. A pós-verdade e os fatos alternativos também são responsáveis por alterar disputas políticas e redesenhar as opiniões públicas (RAMONET, 2019) nesse cenário de fluxo intenso de informação e de concentração capitalista. A mercantilização e a “velocidade fortuita” como lógicas de expansão do capitalismo só podem ser superadas com o

questionamento sobre a “euforia tecnológica” - o que não significa negá-la -; a rejeição “a reificação das relações humanas”, a busca por equidade na divisão do espólio tecnológico e científico e na “defesa dos direitos humanos” (MORAES, 2015, p. 196). Neste novo ambiente, a busca pela superação do senso comum e da negação do conhecimento passa pela construção de novas experiências e práticas que possam redesenhar o jornalismo.

#### 4.3 ATORES E PRÁTICAS JORNALÍSTICAS NA PERSPECTIVA CONTRA-HEGEMÔNICA

O jornalista e acadêmico brasileiro Luiz Beltrão afirmava que as massas criavam formas de produzir e comunicar suas ideias, por meio das manifestações culturais e folclóricas. Para além da mídia tradicional, o povo desenvolve canais de comunicação em que expressa sua crítica ao sistema hegemônico (BELTRÃO, 2001). Beltrão foi o primeiro doutor em comunicação diplomado em uma universidade brasileira. Defendeu, na Universidade de Brasília, em 1967, a tese *Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias* (MELO, 2001). A Folkcomunicação pode ser compreendida como uma primeira teoria, genuinamente brasileira, que buscou refletir sobre formas de comunicação alternativas, com protagonismo, segundo o próprio autor, das camadas “marginalizadas”.

O jornalismo como uma prática social resulta da ação do sujeito em determinadas condições materiais e relações de poder, condensadas por uma orientação teórico-prática, a qual se institucionaliza a partir de grupos que detêm os meios para a produção e a circulação de informação jornalística. Na sociedade capitalista, essa capacidade de produzir e distribuir se concentra, entrando em choque com os ideais democráticos que fundam os princípios clássicos do jornalismo.

Ao longo desta pesquisa foi possível observar que veículos de jornalismo, com objetivo de se contrapor à hegemonia estabelecida, são recorrentes na história. O próprio jornalismo, fruto do capitalismo, se consolidou como instrumento de luta

política para uma burguesia revolucionária que, assentada no poder, desenvolveu formas de disseminação de sua ideologia, impondo uma nova lógica ao jornalismo.

Nos últimos anos, observa-se o crescimento de experiências jornalísticas que se autorreferenciam como independentes e como alternativas de informação, mas que se diferenciam daqueles veículos que os antecederam. No Brasil, se convencionou a expressão “imprensa alternativa” para denominar as iniciativas jornalísticas que buscam se diferenciar de certo padrão estabelecido (ASSIS *et al.*, 2017).

O termo remete à imprensa alternativa que se desenvolveu durante o período da Ditadura Militar, em resposta à censura, à perseguição a jornalistas e militantes de esquerda e ao consentimento da imprensa tradicional ao totalitarismo do regime (KUCINSKI, 1991). Essa nomenclatura se explica, de certo modo, porque esses novos veículos são herdeiros daquela geração de jornalistas e ativistas que enfrentou o poder hegemônico estabelecido (SANTIAGO, 1997).

Anterior à experiência alternativa que sobreviveu entre os anos 1960 e 1980, outras formas de utilizar o jornalismo como instrumento para a luta contra-hegemônica foram a imprensa proletária, ou os jornais operários, ligados às correntes anarquistas e comunistas ou às organizações de solidariedade trabalhadora (SANTIAGO, 1997; SODRÉ, 1999). Nos anos de 1990, o movimento sindical também foi responsável pela produção de jornais alternativos às narrativas hegemônicas, visando a um projeto transformador da sociedade (SANTIAGO, 1997).

A comunicação popular é aquela que tem como objetivo transformar a realidade social do próprio grupo que a produz. É formada por veículos que buscam amplificar as ideias e opiniões da comunidade e é produzida coletivamente. Busca articular o ambiente comunitário em torno de suas reivindicações, denunciando as injustiças sociais e valorizando a produção artística e cultural comunitária (GIANNOTTI, 2016).

A necessidade de manifestar suas opiniões diante de uma realidade transpassada pelas mídias fez com que as vozes que não costumam ser ouvidas pelos veículos tradicionais de jornalismo encontrassem formas de se expressar. Esses atores criam seus próprios meios de comunicação, intensificados em número



e em conteúdo produzido na internet e nas redes sociais. Tais veículos são ligados diretamente aos movimentos populares (HAUBRICH, 2017).

Em paralelo, uma série de novas experiências midiáticas vem surgindo. As “mídias alternativas” se organizam de forma semelhante aos movimentos sociais de quem se aproximam por meio das pautas, dos discursos e das ações de luta que buscam transformações sociais. As mídias alternativas não correspondem a um movimento homogêneo: resguardadas as especificidades de cada experiência, comportam um quadro em comum, que são as ideias de contestação e transformação. Caracterizam-se como organizações democráticas, participativas e de origem popular. São independentes do Estado e do poder econômico (HAUBRICH, 2017).

O midialivrismo é uma manifestação comunicativa que busca mesclar jornalismo e ativismo digital. Busca produzir outras narrativas para além dos veículos convencionais, usa a ação, em tempo real, por meio de seus próprios canais nas redes sociais (PARENTE, 2014; ROVAI, 2018). São mídias de origens e objetivos bastante diversificados, com horizontes políticos que oscilam entre ações contra-hegemônicas mais radicais e aquelas que defendem mais especificamente a liberdade de produzir informação a partir de seus referenciais (VAZ, 2013).

Esse conjunto de veículos está inscrito num campo comunicacional alternativo. Conforme proposto pelo *Foro de Medios Alternativos da Argentina*, em outubro de 2004, atuando por meio da comunicação, no âmbito popular, assumindo seu ativismo social, em que o jornalista ou comunicador se coloca “dentro do conflito”, democratizando a informação (MORAES, 2009, p. 232). A percepção do jornalismo como uma atividade politizadora, envolvendo indivíduos e coletivos, é o que acentua seu caráter alternativo. Estes meios devem ser independentes de governos, do Estado e das grandes corporações (MORAES, 2009). O discurso alternativo, no atual contexto, pode se referir “à mera roupagem ao jornalismo feito por veículos comerciais”, nem sempre calcado numa estrutura fora dos padrões hegemônicos. Portanto, o alternativo, em detrimento do tradicional, se diferencia pelo ativismo, seja em “âmbito estrutural, prático ou discursivo” (ASSIS *et al.*, 2017, p. 11).

Nesta paisagem comunicacional apresentada, também surgem veículos e práticas autodenominadas como jornalismo independente. A modalidade de produção e distribuição de conteúdo jornalístico se identifica como aquela articulada por projetos coletivos, com origem na rede e não atreladas às grandes corporações midiáticas, aos grupos políticos ou empresariais. Esse conjunto de iniciativas foi reunido pelo site jornalístico Agência Pública, em 2016, no *Mapa de Jornalismo Independente* (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016).

A questão da independência, desde o absolutismo europeu, esteve relacionada à autonomia perante o poder estatal. No Brasil, sempre houve uma “interdependência” do jornalismo com o Estado, por meio dos subsídios financeiros, da publicidade, das isenções de tributos e da compra de materiais didáticos. Esse histórico submete o jornalismo aos interesses do poder estatal, refletido mais praticamente nas relações locais entre mídia e poder (LIMA, 2012, p. 163).

No entanto, a dependência pode não se referir apenas à relação entre mídia e Estado, mas também ao poder econômico. Os conglomerados empresariais dos quais os veículos de comunicação tradicionais fazem parte também interferem no exercício do jornalismo, promovendo autocensura de profissionais que “internalizam regras empresariais de atuação” dos proprietários da mídia (LIMA, 2012, p. 163).

Ao longo da história, “um jornalismo de combate ao Estado autoritário e defesa das liberdades democráticas” também costuma se desenvolver, como o exemplo da “imprensa alternativa” nos anos de regime militar (LIMA, 2012, p. 163). Esses veículos, que na atualidade se apresentam com novas características, embora tenham autonomia relativa, também resguardam um nível de dependência aos movimentos sociais e às lutas políticas do campo popular (HAUBRICH, 2017).

Defender a completa independência dessas mídias forjaria uma ideia deslocada da realidade. São influenciadas pelas “dinâmicas e pelos movimentos das classes populares e pelos avanços e retrocessos das lutas em desenvolvimento no país” (HAUBRICH, 2017).

Fígaro (2018) afirma que a compreensão do termo independente implica concepções que variam: todos os veículos e jornalistas pesquisados se consideram independentes de quem detêm poder e dinheiro. No entanto, “nem todos se

mostram independentes de certo conservadorismo na forma de pensar o jornalismo e sua relação com a sociedade” (FÍGARO, 2018).

O ativismo é também uma característica atribuída à ideia de “mídia independente”, sobretudo aquele que rechaça o poder econômico. Para Karppinen e Moe (ASSIS *et al.*, 2017, p. 11), a independência não está ligada somente às relações com o poder político e os interesses econômicos, mas também a uma independência na forma de fazer, distinta daquela operada pela lógica hegemônica da indústria de mídia. No cenário brasileiro, as iniciativas independentes aparentam ter como característica principal a “separação da lógica *mainstream*” (ASSIS *et al.*, 2017, p. 11-12).

Embora haja nomenclaturas diferentes, existe uma semelhança nos objetivos, estratégias e processos criativos dessas mídias. No entanto, algumas denominações sugerem especificidades, devido à demanda de lutas ampliadas. É o caso da comunicação comunitária, a qual possui práticas particulares que excedem os limites do movimento social, abrangendo outros públicos. Do ponto de vista editorial, essa imprensa adota uma linha crítica e progressista em defesa de valores democráticos, caracterizando-se como contra-hegemônica (PERUZZO, 2009).

Buscando uma relação de proximidade com outros atores e realidades, Tavares (2004) afirma que o jornalismo que transforma “precisa andar à margem”, buscando novos caminhos para além daqueles constituídos pelo capitalismo. É um jornalismo não somente comunitário e popular, mas de caráter libertador (TAVARES, 2004, p. 16). Conceitualmente, o “jornalismo à margem” está alinhado à Filosofia da Libertação e à noção de alteridade. Trabalha na perspectiva do oprimido, ouvindo e contando suas histórias, narrando o mundo a partir de outras realidades, daqueles que estão fora do centro (TAVARES, 2004, p. 20).

O jornalismo que se coloca em oposição ao sistema hegemônico também apresenta alguma contradição. Se o senso comum é a base do que nos coloca em contato com a realidade, é preciso refazer o trajeto que o construiu, para em seguida propor novos caminhos que o superem. É preciso explicar a hegemonia para poder combatê-la e se diferenciar dela. Se para o senso comum o jornalismo é aquele exercido na lógica comercial, é preciso marcar sua diferença, atribuindo-lhe algum nome (VAZ, 2013).

O ponto de vista dominante - ou hegemônico - tem o poder, até, de recontar o passado. Por isso, o jornalismo comercial costuma ser descrito como a evolução do jornalismo de combate dos tempos de revolução burguesa, nos livros sobre a história do jornalismo. A referência é a trajetória da atual classe dominante, a burguesia, que antes de tomar o poder era revolucionária. Se tomarmos por referência a trajetória do próprio jornalismo, poderemos ver que ele sempre foi e continua sendo instrumento de combate das classes subalternas. [...] Mas no discurso hegemônico pelo jornalismo empresarial, o jornalismo de combate é tratado como coisa do passado. Porque a referência é o jornalismo empresarial, que, em vez de combater, conserva. Um jornalismo que, para manter a estrutura de poder atual, não defende suas verdades explicitamente. Em vez disso, disfarça-as sob a simulação de imparcialidade. (VAZ, 2013, p. 38).

Para Rovai (2018), no Brasil, o ambiente midiático nunca promoveu um nível de debate público avançado. Embora o país contasse com diversos veículos, os temas foram tratados de forma consensual. No entanto, a web permitiu uma janela para o jornalismo: mesmo conservando um ecossistema midiático bastante concentrado, o jornalismo digital possibilitou que, de algum modo, contraditórios fossem estabelecidos (ROVAI, 2018).

A tensão entre a diversidade de versões dos fatos ou de narrativas sobre os acontecimentos colocou o jornalismo em um combate protagonizado por “jornalistas e veículos de comunicação da velha e da nova mídia” (ROVAI, 2018, p. 294). O autor denomina esse fenômeno como *Ultimate Fighting Journalism*, entendendo ser este o principal “fato novo da comunicação brasileira dessas duas últimas décadas”. Acontece neste novo ambiente midiático, ainda que em condições desiguais entre os atores (ROVAI, 2018, p. 294).

Todo esse conjunto de mídias são iniciativas coletivas de grupos contra-hegemônicos que veem na comunicação uma via para articular e mover a sociedade em prol de suas causas. Colocam-se como um agente de poder, disputando demandas com outros atores e buscando a construção de novos consensos que favoreçam o conjunto em que estão inseridos. Por isso, esses veículos têm um caráter contra-hegemônico: surgem e atuam de forma orgânica para gerar um novo consenso que favoreça os grupos subalternos (MALERBA, 2013).

A ação contra-hegemônica dessas mídias vai se deparar comumente com contradições e conservadorismo. Estão inseridas em um ambiente hegemônico, formado por um circuito complexo e perene de ideias, com base em relações de poder. O conjunto dessas ideologias dominantes pode refletir nos discursos de

veículos anti-hegemônicos, o que não anula sua atuação e sua capacidade de transformação (MALERBA, 2013).

Os meios alternativos conseguem fazer circular conteúdo contra-hegemônico, mesmo que com uma cobertura de público inferior aos veículos de massa. Ao se colocarem do lado oposto da mídia, demonstram uma ideia de ação contra-hegemônica e de contrainformação. Do ponto de vista estratégico, há quem defenda que ampliar a audiência não é necessariamente mais importante do que aproximar e convencer outros formadores de opinião. Em contrapartida, há advertências sobre o risco de isolamento: os discursos contra-hegemônicos precisam ecoar para além dos grupos militantes, atingindo outras camadas populares (MORAES, 2009).

O jornalismo como um instrumento para o campo contra-hegemônico é entendido por Guimarães (2017) a partir de uma rigorosa articulação com o conceito de hegemonia gramsciano. A autora defende a ideia de um jornalismo que promova a formação da consciência, em detrimento da lógica do “pensar por si”, revelando a ideologia e reconhecendo-se a partir de uma identidade de classe.

Se a defesa da imparcialidade é a forma acabada como se manifesta, no jornalismo informativo, a particularidade dos interesses burgueses, o cerne do jornalismo contra-hegemônico está em assumir (não ocultar) a parcialidade (de classe) a partir da qual é possível não só reconhecer a particularidade dominante que rege as relações objetivas como apontar no sentido da verdadeira universalidade possível. Se a classe trabalhadora é a particularidade que pode se tornar universal, no que diz respeito ao jornalismo, a parcialidade (de classe, na luta de hegemonia) é o que pode levar a se alcançar a verdadeira objetividade. Esse é o primeiro nível de ruptura que o jornalismo pensado no rigor do conceito de contra-hegemonia estabelece com o jornalismo informativo. (GUIMARÃES, 2017, p. 233).

A forma institucional do jornalismo pós-ambiente digital, que possibilitou alguma ruptura com o monopólio midiático, se diversificou. Se já havia modelos de veículos jornalísticos baseados nos modelos de cooperativismo, associações ou operados por meio da estrutura dos próprios movimentos sociais e organizações de caráter político, surgem agora novos arranjos. Com horizontes políticos diversificados, oscilando entre ruptura e manutenção de práticas hegemônicas, esses coletivos pluralizam o discurso jornalístico.

A respeito da discussão sobre novos arranjos na produção do jornalismo e em qual modalidade se situam, Fígaro (2018) sugere contradições ideológicas no

“campo da comunicação não hegemônica”. Por um lado, há a identificação de grupos de mídias independentes ou alternativas à ideia de oposição efetiva às grandes corporações midiáticas, aos seus interesses em jogo e às suas concepções editoriais. Por outro, há quem defenda a independência como um valor do jornalismo, tendendo a um discurso liberal, em que a neutralidade serve como via para a verdade (FÍGARO, 2018).

Esses arranjos são formas encontradas para a organização produtiva do trabalho, articulando pessoas e recursos. Podem refletir no desenvolvimento local, fomentando o trabalho de jornalistas que buscam autonomia das grandes empresas de comunicação (FÍGARO, 2018, p. 222). Operam em lógicas descentralizadas, não visam ao lucro e partilham de valores que rompem, em alguma medida, com as engrenagens hegemônicas.

O advento das mídias sociais e de ferramentas de web design fáceis de usar tornaram possível lançar um empreendimento de mídia digital com poucos recursos. Na América Latina, mais de 70% dos empreendimentos pesquisados pelo *SembraMedia* começaram com menos de US\$ 10 mil; as formas de financiamento são variadas e incluem assinaturas, publicidade e serviços de consultoria. Ainda de acordo com o *SembraMedia*, mais de 65% dos veículos investigados têm múltiplas fontes de receita, que vão desde o financiamento coletivo, passando pela promoção de eventos e assinaturas, até a veiculação de conteúdo patrocinado (SEMBRAMEDIA, 2017).

Nesse conjunto heterogêneo, muitas iniciativas sobrevivem a partir de recursos de organizações internacionais que “orientam boa parte dos discursos” (FÍGARO, 2018, p. 225). As causas sociais articulam um setor milionário e a comunicação é essencial para seu funcionamento. É preciso que esses temas sejam problematizados a partir das questões econômicas e políticas que as sustentam. O jornalismo deve tratar desses temas, que refletem um espaço editorial de trabalho sólido e de maior proximidade com o público (FÍGARO, 2018).

Os veículos são encabeçados por jornalistas, em geral profissionais, que defendem o jornalismo de qualidade com base em determinadas convicções, princípios éticos e práticas profissionais (MICK; TAVARES, 2015). De certa maneira, esses jornalistas atuam com algum nível de engajamento, senão nas causas

estruturais mais profundas, numa perspectiva própria do jornalismo, reivindicando modos de fazer que rompem - de forma parcial, muitas vezes - com as práticas hegemônicas.

Outro fator considerável é que, de algum modo, essas iniciativas jornalísticas que surgem nas suturas do sistema de mídia hegemônico “são impulsionadas pela frustração dos jornalistas em seguir realizando seu trabalho na mídia”, diante das relações profissionais estabelecidas (MICK; ESTAYANO, 2018, p. 16). São modestas experiências que funcionam com recursos limitados e trabalho voluntário, produzindo e fazendo circular informações e opiniões, sem restrições espaciais, de forma alternativa (MICK; ESTAYANO, 2018).

Buscando na história da imprensa alternativa no Brasil, Kucinski (1991) mostra que os jornalistas daquele momento eram motivados por uma esquerda que propunha mudanças e a busca de uma intelectualidade por possibilidades de publicação em espaços alternativos já não promovidos pelos veículos tradicionais ou pela própria universidade. O autoritarismo articulou ativistas, jornalistas e intelectuais que compartilhavam, em grande parte, um mesmo imaginário social. Esse imaginário, ao se modificar, exigiu novas articulações entre esses atores, forjando novos veículos alternativos (KUCINSKI, 1991).

Herdeiro dessa tradição, ao viver um período mais democrático, esse jornalismo alternativo no Brasil ampliou suas linhas de atuação, tornando-se ainda mais heterogêneo (PERUZZO, 2009). Haubrich (2017) defende que, com a exceção de veículos comunitários e de bairros, as mídias alternativas - anteriores e contemporâneas - são articuladas por jornalistas críticos à realidade, que contestam o Estado e procuram novas formas de pensar e fazer comunicação (HAUBRICH, 2017). Atualmente, com a queda da confiança nos meios de comunicação tradicionais, resultado da precarização do trabalho e da ação política empresarial em defesa de seus interesses comerciais, os jornalistas são impelidos a buscar novas formas para manterem-se na profissão (MICK; ESTAYANO, 2018).

Esse conjunto de experiências jornalísticas, articuladas por jornalistas, apresenta práticas e modos de pensar e fazer diferentes. Algumas experiências, com atuação mais militante, utilizam práticas de colaboração mútua, em que todos podem produzir conteúdo sobre ações e reivindicações políticas, como o Centro de

Mídia Independente ou a Mídia NINJA. Em outros casos, organizações não lucrativas criadas por jornalistas, como Ponte e Agência Pública, se preocupam em produzir jornalismo de forma independente permitindo o acesso livre ao conteúdo (LIMA, 2017).

Prudêncio (2006) aponta que um caminho para democratizar a comunicação tem sido o que chama de “mídia ativista”, que atua de duas maneiras: no ativismo de mídia e no *jornativismo*. É um espaço de ideias divergentes sobre o próprio papel que desempenham “na luta por justiça global, sobre o que é um serviço de contra-informação e sobre as formas de enfrentamento dos seus adversários” (PRUDÊNCIO, 2006, p. 171). Os ativistas conquistam mais espaço na mídia tradicional tendo em vista seu modo institucionalizado de atuação. Os jornativistas, por sua vez, são criminalizados em razão de uma postura jornalística que contesta aquela exercida pela mídia hegemônica (PRUDÊNCIO, 2006).

Dos jornativistas é conveniente destacar a construção de seus próprios valores notícia, a conseqüente definição dos critérios de seleção de informação e das seções que organizam as informações nos websites. E na oposição ao frame jornalístico acabam por negar a este o que acham legítimo para si: a parcialidade. Acusam os mainstream media de tomar partido dos interesses das corporações, o que faz deles “pseudo-objetivos”. Mas o engajamento não é visto como problema para a mídia ativista. (PRUDÊNCIO, 2006, p. 172).

Castilho (2018) problematiza as relações entre jornalismo e ativismo. Para o autor, como todas as pessoas, o jornalista também defende causas. Objetividade e isenção são conceitos no jornalismo tradicional, utilizados para invisibilizar a marca militante da imprensa, que se manifesta, por exemplo, quando se discute a ideia de liberdade de informação. É uma opção política da mídia tradicional diferenciar a contestação à desigualdade social e econômica de discursos em defesa da liberdade comercial, como se ambas as situações não se tratassem de uma posição militante. Nessa lógica, não é uma questão de postura: trata-se de qual ativismo interessa discutir (CASTILHO, 2018).

Defender posições como o respeito à diversidade étnica e religiosa, as questões de gênero e racial, com valores democráticos e não violentos, possui o mesmo caráter ativista existente na “promoção da transparência nos negócios públicos, no combate ao agravamento da desigualdade social, na denúncia do



autoritarismo e da beligerância”. A imprensa tradicional, por conta de seu caráter ideológico, classifica o ativismo entre aquele que considera aceitável o seu próprio ativismo e aquele que decide rechaçar em virtude de seus próprios interesses (CASTILHO, 2018).

Se cabe ao jornalista apurar e checar fatos comprometendo-se com a verdade, conforme prevê o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2019), é preciso que se apresente o lugar de onde se observa essa “verdade”. Técnica e ética caminham juntas no jornalismo (CHRISTOFOLETTI, 2008b) e, em consonância com a teoria, orientam a capacidade de apurar, checar e criticar, o que faz do jornalismo uma profissão. Portanto, é um compromisso do jornalismo o desvelamento da ilusão, da mentira e das ideologias que permeiam o debate público. Nesse sentido, a transparência em todo o processo jornalístico é um valor indispensável.

Esse conjunto de experiências jornalísticas alternativas apresenta diferentes práticas e modos de pensar e fazer. Moraes (2009) aponta cinco dimensões entendidas como práxis contra-hegemônicas desenvolvidas pelas webmídias:

a) oposição ao neoliberalismo e defesa da universalização dos direitos democráticos e da socialização das riquezas, b) descentralização informativa: qualquer ponto da rede pode estabelecer permutas com outros pontos, dificultando a vigilância pelas instâncias de poder; c) os dados são difundidos sem submissão às diretrizes e idiosincrasias da mídia; d) a dinâmica virtual incentiva interlocuções, permutas e interações; e) estoques de textos e materiais audiovisuais são partilhados com base no princípio inclusivo da “publicação aberta” (leitores podem adicionar comentários, publicar textos e/ou fotos sem prévio consentimento dos editores e utilizar arquivos e bases de dados) e na adesão ao *copyleft* (permissão de reproduzir informações sem fins comerciais, desde que citada a fonte, evitando-se as barreiras impostas pela propriedade intelectual e ampliando a difusão social dos conteúdos sem pagamento de *copyright*). (MORAES, 2009, p. 235-236).

Os jornalistas de meios de comunicação ligados às perspectivas dos movimentos sociais não trabalham para a indústria, mas também se submetem a ritmos e rotinas da produção industrial. Colocar-se contra o sistema não torna o jornalista imune às limitações impostas pelo pensamento hegemônico ou mesmo à repetição de suas práticas. Há dificuldade de estabelecer reflexões críticas que proporcionem “ao leitor mais do que discursos pré-fabricados sobre as mazelas do mundo e do sistema”, esboçando uma proposta que supere a crítica ao jornalismo tradicional, produzindo conhecimento crítico e referenciado (VAZ, 2013, p. 192).

Serrano (2013) sugere orientações para uma práxis jornalística contra-hegemônica. Propõe relações de trabalho colaborativas, com o apoio mútuo entre veículos, em que a lógica da competitividade não prevaleça. Do ponto de vista editorial e textual, deve-se privilegiar a informação em detrimento das qualificações fáceis. Também não é recomendada a reprodução, sem tratamento, de conteúdos de organizações políticas. O autor lembra que, embora haja uma linha editorial do veículo, não limita o horizonte do jornalismo a um ideário pessoal: é preciso uma margem para o diálogo com outros modos de pensar a realidade. Muitas vezes, um texto não condizente com a linha editorial do veículo pode ser elucidativo para o entendimento de outras informações. Serrano ainda recomenda que é preciso estabelecer a relação que o veículo terá com as organizações, movimentos e causas, resguardando as características e funções de um meio de comunicação. Deve construir transparência com o público, demonstrando métodos de apuração e checagem, além das formas de financiamento adotadas (SERRANO, 2013).

Neste universo midiático, Fígaro, Nonato e Kinoshita (2017) fazem alguns apontamentos. Identificam dúvidas sobre uma identidade dos jornalistas que atuam sob esses novos arranjos e suas rotinas produtivas, assim como defendem que ainda há muitos desafios a enfrentar no que diz respeito às formas de financiamento. São iniciativas que apontam perspectivas para a produção do jornalismo profissional (FÍGARO; NONATO; KINOSHITA, 2017), redesenhando a maneira como o jornalismo é pensado e produzido.

## 5 PRÁXIS CONTRA-HEGEMÔNICA E JORNALISMO

Ao longo desse trajeto teórico buscou-se explorar as relações entre a noção de hegemonia, a produção de conhecimento e o jornalismo. Esse percurso antecedente foi um ponto de luz necessário para embasar o estudo sobre o objeto proposto: o jornalismo como instrumento de resistência ao sistema hegemônico. Pretendeu-se encontrar conexões entre a teoria da hegemonia gramsciana e o jornalismo como forma de conhecimento, incluindo um conjunto de pressupostos teóricos e históricos para sustentar uma leitura sobre práxis contra-hegemônica no jornalismo.

Partindo da concepção gramsciana de hegemonia, pode-se entendê-la, na atualidade, como a constituição de cadeias de relações hegemônicas que ultrapassam espaços e territórios, mantendo a ordem econômico-política do capitalismo global. Organiza-se socialmente a partir de uma perspectiva cultural e de valores sustentada por um fundamento de caráter patriarcal e de exclusão étnico-racial. Essa ordem é conformada por um consenso que se estabelece por meio das relações de força, estruturadas na disseminação da ideologia e na coerção às formas de resistência. Articulada por forças dominantes que se beneficiam da exclusão em defesa do lucro, da ideologia do consumo e do individualismo, coloca-se em antagonismos com massas exploradas pela força estrutural do capitalismo. Nesse sentido, o conceito de classes subalternas amplia a ideia de articulação de um campo contra-hegemônico.

Ao longo da pesquisa, utilizou-se Gramsci para compreender o sentido de hegemonia. No entanto, em sua obra, o filósofo nunca desenvolveu o conceito de contra-hegemonia. O sentido de tensão permanente que caracteriza a hegemonia possibilita, por meio de novas correlações de forças, a formação de um novo bloco. É nesse horizonte que a disputa da hegemonia se constitui e é possível pensar a luta contra-hegemônica. Na atualidade, a constituição de um campo contra-hegemônico, resultado de uma práxis consciente das classes subalternas, se materializa como uma ação de contingência à hegemonia capitalista e também como um processo de acúmulo de forças para criar uma nova hegemonia.

Com esse ponto de partida, de que forma se pode pensar o jornalismo à luz da relação sistema hegemônico *versus* campo contra-hegemônico? O primeiro

desafio diz respeito à natureza do jornalismo diante das contradições dentro da própria hegemonia. Por um lado, o jornalismo, tal qual se conhece hoje, fecundou das aspirações revolucionárias do Renascimento e do racionalismo Iluminista. Foi impulsionado pela primeira fase do capitalismo comercial e se consolidou como um instrumento de agitação fundamental para a burguesia revolucionária do século XVIII. Por outro lado, com o enraizamento do poder capitalista, passou a atender novas funções na disseminação da ideologia, distribuindo-a de forma implícita e subliminar.

Exacerbado em sua lógica de mercado, o jornalismo reflete, ao mesmo tempo em que propõe, a ordem do consumo e mantém um modelo de vida baseado na exclusão. Essa percepção hegemônica do jornalismo, de certo modo, orienta a produção teórica, ainda inspirada em preceitos como a objetividade científica, a neutralidade ideológica e a imparcialidade política.

De forma correlata, a noção de jornalismo sempre foi disputada por um campo contra-hegemônico, demonstrando que o jornalismo cumpre uma função para o conjunto da sociedade. Neste campo, o jornalismo buscou contestar o discurso dominante, por meio do conhecimento que é capaz de produzir, não a partir da neutralidade ou de uma objetividade cética, mas a partir de relações dialéticas entre objetividade e subjetividade, com transparência política. O amadurecimento do capitalismo, que produziu novas tecnologias e gerou um novo caldo cultural, também fomentou novas formas contra-hegemônicas de articulação, como é o caso das mídias alternativas e de veículos de jornalismo independentes.

Acionada à ideia de conhecimento em Gramsci que, tal qual Marx, não separa pensamento e realidade, nem teoria e prática, os fatos e as interpretações são resultados das condições objetivas, em sua historicidade, a que os indivíduos estão localizados (SEMERARO, 2001). A totalidade que articula uma práxis, unificando política, história e conhecimento, é onde se forja a movimentação ativa e crítica dos sujeitos, impulsionando autonomia e hegemonia (SEMERARO, 2001), essência da teoria do conhecimento gramsciana.

Essa compreensão sustenta a proposta de jornalismo integral de Gramsci. Busca construir o conhecimento a partir de uma totalidade que permita às classes subalternas, de forma livre e consciente, reconhecer as contradições entre a sua vida e os discursos dominantes que ocultam as relações de poder a que estão

submetidas. No jornalismo integral, estimula-se o processo de formação da consciência coletiva que proporcione a criação de um novo bloco de forças, capaz de disputar a hegemonia na sociedade.

A consciência do processo histórico e a análise da realidade concreta, buscando a integralidade das relações sociais que sustentam o fato e o acontecimento, caracterizam o jornalismo integral. A conexão entre senso crítico e realidade histórica acontece no processo orgânico que articula informação e contextualização, elevando o senso comum ao pensamento coerente. A notícia, ou o acontecimento, não poderiam estar descolados da realidade concreta a que pertencem, referindo-se à integralidade ou à ideia de totalidade que envolve toda a produção gramsciana.

Genro Filho (2012) afirma que não é possível separar de forma absoluta “sujeito e objeto”: a ação política não se opõe à teoria. A teoria formulada por Genro Filho só faz sentido se reconhecermos o conceito de práxis, a partir de Marx, como central da obra de Genro Filho. O jornalismo conecta a realidade mais ampla ao cotidiano imediato, construindo sentidos. O conhecimento por ele produzido reconstitui o singular de forma simbólica, consciente da sua efemeridade. No entanto, essa representação não projeta uma subjetividade individualizada porque, no jornalismo, o sentido se constitui entre dois conjuntos: o das relações objetivas do fato, acontecimento ou evento, diante de uma totalidade social; e o das relações produtivas e comunicativas presentes no processo jornalístico.

Os pressupostos da teoria do conhecimento e da descrição de jornalismo integral gramsciana são elementos que identificam o jornalismo como uma forma de fazer conhecer. Tal qual Gramsci, a noção de conhecimento em Marx também aparece como ponto de partida de Genro Filho, embora este último tenha construído com mais complexidade a relação entre o singular e o universal no jornalismo.

A partir da noção de Genro Filho, adota-se o jornalismo como uma forma social de produção do conhecimento que busca, a partir do singular, as dimensões particulares e universais da realidade concreta que permeiam o fato ou o acontecimento. Essa percepção se assemelha à busca pela integralidade gramsciana no discurso jornalístico. Nos dois casos, inspirados em Marx, a práxis jornalística aparece como resultante de uma ação prática (técnica + observação do irrepetível/singular ou a informação/cotidiano) à luz de uma consciência crítica: a

práxis que produz o conhecimento jornalístico. Na disputa da hegemonia do discurso jornalístico, em um ecossistema midiático de embates violentos (ROVAI, 2018), os critérios de decisão para a reconstrução do fato ou do acontecimento precisam ser transparentes: a versão do fato deve apresentar a concepção de mundo adotada e o conhecimento produzido deve demonstrar a ideologia que sustenta suas escolhas.

Gramsci denominou aparelhos privados de hegemonia os instrumentos que organizam a práxis hegemônica consensualizada na sociedade civil. Os meios de comunicação, como um desses aparelhos, deveriam ser apropriados pelas classes subalternas como forma de colocar em discussão, na sociedade, suas concepções de mundo e suas leituras políticas, de forma a acumular forças para uma revolução intelectual e moral. A ação contra-hegemônica na sociedade civil pode lançar mão dos mesmos dispositivos, contrapondo-se por meio de organismos que produzam o conhecimento a partir da visão de mundo contra-hegemônica.

O jornalismo hegemônico produz um conhecimento, embora invisibilize a ideologia que o orienta, promovendo, por meio dos discursos da neutralidade, imparcialidade e objetividade, uma falsa consciência do real. A práxis contra-hegemônica produz conhecimento a partir de uma consciência crítica das classes subalternas, desvelando a ideologia dominante por meio de um processo que não separa objetividade de subjetividade e que relaciona o singular ao universal, os fatos às análises das situações e à perspectiva histórica.

Estabelecida essa relação entre hegemonia, jornalismo e conhecimento, e a ideia de campo contra-hegemônico, procura-se fazer apontamentos sobre pressupostos teóricos e políticos que possam ser úteis para pensar uma práxis jornalística. Na sequência, busca-se levantar elementos críticos ao jornalismo com perspectiva à manutenção da hegemonia capitalista, presente no quadro brasileiro. Outro ponto de reflexão está em encontrar delimitações de um campo contra-hegemônico, localizando experiências e atores contra-hegemônicos no jornalismo e a práxis por eles adotada, refletindo criticamente sobre a ideia de práxis contra-hegemônica no jornalismo.

## 5.1 CONEXÕES TEÓRICAS E POLÍTICAS PRELIMINARES

É importante considerar que o jornalismo enquanto campo teórico também está em debate frequente. Se por um lado, há que defenda a autonomia da teoria do jornalismo das teorias da comunicação, há defensores da dependência a essa área principal. A academia também é uma arena de disputa de hegemonia, influenciando as formas de compreender o jornalismo enquanto campo de pesquisa. Também é correto dizer que o jornalismo de mercado dá o tom à formação em jornalismo, sobretudo naquelas instituições que atuam para a lógica de mercado da própria educação. Ou seja, o sistema hegemônico atua com diversos braços na formação da mentalidade social, incluindo os próprios jornalistas.

Conforme já foi visto na etapa teórica, o pensamento acadêmico em jornalismo no Brasil aderiu às ideias das escolas europeias e norte-americanas. Embora a escola latino-americana de comunicação tenha influenciado os estudos de mídia e jornalismo no país, a perspectiva que orienta a formação do jornalista ainda é aquela clássica, alicerçada no horizonte filosófico hegemônico e numa prática que atende aos diversos interesses em jogo, orientados pela lógica do mercado global. Nesse sentido, recorre-se à reflexão de Vaz (2013) sobre a lógica hegemônica oferecida pelas escolas. A autora ressalva que, embora diversos professores procurem demonstrar outras formas de pensar e fazer o jornalismo, esse esforço ainda não é suficiente, considerando que há um senso comum construído, no qual o jornalismo significa a prática comercial hegemonicamente estabelecida.

No entanto, coloca-se aqui uma contradição. Se a escola de jornalismo forma profissionais para a perspectiva de manutenção da hegemonia, tudo o que se aprende nessa escola deve ser descartado pela práxis contra-hegemônica no jornalismo? A disputa de hegemonia também acontece no pensamento acadêmico do jornalismo. É possível percebê-la nas críticas às teorias tradicionais e seus pressupostos. No entanto, ainda é preciso investir em pesquisas que busquem equilibrar as diversas formas de viver e pensar e seus reflexos no jornalismo. Tais pesquisas poderiam render teorias críticas que reconhecessem outras formas de pensar e fazer o jornalismo, ampliando as fronteiras sobre o agir jornalístico.

Gramsci propunha a criação de escolas de jornalismo nas próprias redações dos jornais, a partir da orientação do partido da classe operária. Seria possível

idealizar, dentro do horizonte gramsciano e pensando as organizações da sociedade civil, uma escola de jornalismo que promovesse uma formação diferente? Ou seria possível pensar um modelo diferente para as escolas de jornalismo tradicionais?

Parece oportuno comentar a história do curso superior de Comunicação com habilitação em Jornalismo da Terra, oferecido pela Universidade Federal do Ceará, entre 2010 e 2013. O curso formou 45 alunos oriundos de assentamentos de trabalhadores rurais, capacitando profissionais para as áreas comunitárias e agrárias, partindo do princípio “freireano” de que a comunicação constrói o sujeito (NUNES; OLIVEIRA, 2016).

Considerando a realidade objetiva, construir cursos de jornalismo mais críticos significa disputar hegemonia também no ambiente acadêmico. Hegemonias são fruto de uma condição material e, se toda teoria requer uma ação prática, somente com mais arranjos contra-hegemônicos se estabelecendo no ecossistema midiático o campo acadêmico poderá propor pressupostos teóricos críticos.

O jornalismo tem como característica a capacidade de produzir conhecimento. Seu compromisso principal é com a transparência sobre todos os fatores que interferem no processo produtivo. O compromisso ético está justamente na sua capacidade de construir o conhecimento de forma a mostrar o que está por trás dos discursos que aciona.

Se, para Gramsci, a ação é sempre política e o conhecimento é resultado de uma práxis em que teoria e prática estão amalgamados criticamente, pressupõe-se que o jornalismo também requeira uma ação política. Quando seleciona fontes, delimita as informações que serão utilizadas e as interpreta, o jornalista faz escolhas com dimensões políticas.

Nesse sentido, pode-se pensar o jornalismo e sua relação com a defesa de causas. Em primeiro lugar, já é de sua responsabilidade a defesa dos direitos humanos. Por si só, esse tema já demonstra um caráter ativista inerente ao jornalismo. De todo modo, o jornalista, assim como qualquer outra pessoa, defende causas e ideias. Como já visto, a grande mídia, embora empregue um discurso de neutralidade, manifesta-se em favor de causas em detrimento de seus próprios interesses. Não há, portanto, contradição em compreender o jornalismo como um ambiente no qual marcas do ativismo se manifestam, desde que isso ocorra de



maneira transparente. Entendimento semelhante foi trazido por Castilho (2018) durante a composição da teoria que norteia esta pesquisa.

Outra expressão do ativismo é aquela que rompe com o modelo hegemônico de jornalismo operado pelas grandes corporações. A crise no jornalismo, já tratada anteriormente, acentua a precarização profissional e impulsiona os jornalistas para fora dos meios tradicionais de atuação. Isso faz com que busquem alternativas e, de algum modo, adotem um jornalismo como causa, e não somente como profissão.

## 5.2 JORNALISMO COMO INSTRUMENTO DA HEGEMONIA

A história da imprensa no Brasil é marcada pelo atrelamento às forças da elite e reflete a sociedade fundada no escravismo, no patriarcado e na assimilação tardia do capitalismo, alinhado aos interesses internacionais. Herança que forjou uma elite violenta e descolada de uma identidade nacional, responsável pela exclusão do povo dos espaços que geram conhecimento e debate público, como a educação e a imprensa. Essa tradição também é responsável pelos poucos momentos de exercício democrático, o que ajudou na assimilação deformada do próprio jornalismo comercial e da sua capacidade enquanto espaço público de realizar diálogo democrático. Como já visto, nem mesmo as técnicas elementares do jornalismo norte-americano foram completamente incorporadas no país (LAGE, 2001b).

A imprensa brasileira sempre corroborou os regimes autoritários. Há pouco mais de 30 anos, ainda se vivia um período de retrocesso de direitos democráticos, em que a imprensa que não foi cúmplice do regime sofreu perseguição. A ditadura também beneficiou os empresários da comunicação, realizando concessões de radiodifusão, constituindo um sistema midiático baseado no modelo privado. O retrato político-econômico do sistema de mídia brasileiro, concentrado sob o poder de poucos grupos, é um aspecto que influencia diretamente no jornalismo.

O esvaziamento do debate sobre políticas de regulamentação demonstra o engajamento político da mídia privada. A campanha pela liberdade de expressão e de imprensa que encampa, deliberadamente, abafa qualquer tentativa de controle social e construção de redes de informação de caráter público, mantendo o quadro de oligopólio. Todo este cenário evidencia a sujeição do jornalismo aos interesses de grupos seletos, que não representam o conjunto da sociedade brasileira.

As relações editoriais se imbricam às relações de interesses econômicos e comerciais de toda a fauna do setor privado, assim como se articulam em torno das agendas políticas e dos discursos das classes dominantes. Como prevê um quadro hegemônico, as forças que compõem um bloco histórico articulam seus interesses e colocam em jogo, também, suas contradições. Do ponto de vista dos jornalistas, há a assimilação do pensamento hegemônico pelo conjunto dos profissionais que atua no jornalismo empresarial. Assumem como modo e *ethos* profissional o modelo que atende às necessidades da produção jornalística hegemônica, como sendo algo que determina a profissão.

Mick e Estayano (2018) falam da estrutura dual que produz desigualdade entre jornalistas, diagnosticando dois perfis profissionais. O primeiro diz respeito àqueles bem remunerados, que atuam nos principais meios e ocupam cargos expressivos. Estão em concordância com a opinião da empresa e mantêm algum nível de autonomia. O segundo grupo sofre com os prejuízos da precarização profissional: com o passar dos anos, sem mudanças no quadro, migram para outros setores ou buscam novas experiências no jornalismo. As condições materiais de onde partem as escolhas determinam os resultados do produto jornalístico.

Além das pressões no campo político e ideológico, o modelo produtivo imposto pela lógica comercial, baseada no lucro e na competitividade, molda um fazer jornalístico, resultado dos oligopólios midiáticos, de uma mentalidade profissional constituída nos limites dessa ideologia hegemônica e do nível de precarização das relações de trabalho. Esse conjunto de condicionantes reflete na ação jornalística hegemônica. A crítica a essa ação não se resume à falta de rigor diante de concepções teóricas ideais: observa, em perspectiva histórica, as relações que permeiam o fazer jornalístico, como o ambiente conjuntural, os atores envolvidos e os interesses econômico-políticos em jogo, conformados por discursos que carregam ideologias.

Como arena da disputa de ideias, capaz de influenciar a sociedade e de convencionar determinada visão de mundo, o jornalismo hegemônico anula a ideologia quando, no enunciado jornalístico, faz uso da ideia de neutralidade e quando trata o fato de forma fragmentada, desconsiderando sua dimensão histórica e social. A escassez na contextualização histórica e social dos fatos (MORAES, 2019), na velocidade do tempo jornalístico que se amplia com a internet

(MORETZSOHN, 2012), é recorrentemente sobreposta por discursos que geram efeitos políticos e pela espetacularização, transformando a notícia em produto comercializável (MORAES, 2009).

A imparcialidade política que os principais veículos de jornalismo hegemônico afirmam defender pode ser desmistificada quando se busca verificar o equilíbrio entre versões do fato ou do acontecimento. O trabalho do jornalista é de seleção - das fontes acionadas, da extração de informações e da relação de equilíbrio construída entre as versões oferecidas pelo conjunto de vozes na sociedade. Desenvolve um processo de percepção e interpretação (LAGE, 2001b) que explicita o nível de equidade dispensada entre fontes e ideias acionadas para compor o discurso jornalístico.

O jornalismo hegemônico constrói falsas equivalências nas versões dos fatos, em temas que se situam em horizontes diferentes. Ao utilizar declarações das partes sem um exercício crítico, descontextualiza temas importantes para o debate público. Outra forma de enquadramento da imprensa consiste em tratar sem equidade pontos de vista distintos - as relações de poder entre os contraditórios não são mediadas para garantir um equilíbrio entre as narrativas. São exemplos de manipulação fantasiada de imparcialidade.

### 5.3 VEÍCULOS, JORNALISTAS E PRÁXIS JORNALÍSTICA CONTRA-HEGEMÔNICA

A ideologia dominante faz crer que a história do jornalismo é aquela que tem como referencial as classes dominantes. Entretanto, quando o próprio jornalismo se torna referência, é possível percebê-lo como um instrumento de luta das classes subalternas (VAZ, 2013). A narrativa jornalística hegemônica sempre foi alvo de questionamentos. Marx e Gramsci foram críticos da imprensa burguesa de seu tempo. Para o pensamento gramsciano, ainda na atualidade, a grande imprensa pode, em determinados momentos da história, se comportar como um partido político, determinando a agenda pública e dirigindo a sociedade. No Brasil, a história de meios contra-hegemônicos, desde a imprensa operária dos anos de 1920 à imprensa alternativa do período da Ditadura Militar, demonstra que o poder político e

os interesses econômicos, refletidos na grande imprensa, sempre foram contestados.

Todo caminho percorrido até aqui teve como objetivo tentar compreender de que modo uma hegemonia catalisa resistências capazes de formar um bloco contra-hegemônico. Esse campo, que atua na sociedade civil, articula-se em torno de causas políticas que buscam defender os interesses de grupos sociais subalternos. Se esse é o objetivo de forças políticas que se articulam dentro de um campo contra-hegemônico, é também uma responsabilidade do jornalismo, considerando o seu compromisso ético com a defesa dos direitos humanos.

Assim como o ativismo social procura denunciar as desigualdades promovidas pelo sistema hegemônico, o jornalismo também tem o compromisso ético de desvelar as ideologias presentes nos discursos que medeia, resguardando que os mais vulneráveis disponham de condições equânimes ao se expressar na sociedade, em detrimento daqueles que já possuem o poder. Portanto, o jornalismo pode ser concebido, na sua essência, como uma via transformadora, embora, diferente de outros modos de ativismo, que opera a partir de formas e funções diferentes.

Nesta perspectiva ampla de campo contra-hegemônico, articulam-se na paisagem comunicacional brasileira experiências que assumem posturas de combate ao sistema hegemônico, utilizando o jornalismo como ferramenta, e/ou aquelas experiências que se deslocam do *modus* hegemônico dos oligopólios midiáticos. São iniciativas que não se alinham às lógicas produtivas dos veículos tradicionais de jornalismo, autodeterminadas como mídias livres, independentes ou alternativas, desvinculadas de grandes corporações econômicas, que estimulam confrontos discursivos e disputam ideias de transformação com setores que defendem posições conservadoras.

Como na perspectiva gramsciana, a qual rechaça o jornalismo que pretende a imparcialidade, o jornalismo contra-hegemônico se posiciona criticamente, a partir do conhecimento que é capaz de gerar. Enquanto instrumento para a luta contra-hegemônica, o jornalismo procura desestabilizar estruturas hegemônicas de poder, consciente de que a sua não opção pelo consenso gera confrontos de fatos e interesses em jogo. A partir da noção de hegemonia de Gramsci, essas experiências jornalísticas podem ser compreendidas como instrumentos da luta contra-

hegemônica. Refletem atuações contra o sistema capitalista, patriarcal e de exclusão racial e étnica, articuladas por organizações do movimento social ou por coletivos de jornalistas/comunicadores. Buscam romper com a lógica neoliberal, em defesa da radicalização democrática e têm como estratégia a autonomia editorial das grandes corporações econômicas e de grupos políticos dominantes.

As mídias alternativas compõem um bloco heterogêneo, do ponto de vista político e editorial, atuando, em geral, orientadas por pressupostos éticos da profissão e por visões de mundo dissonantes daquelas reproduzidas pelo jornalismo convencional. Essa outra possibilidade de pensar e fazer o jornalismo reflete, em alguma medida, as demandas dos movimentos de resistência articulados pela sociedade civil organizada.

Esse bloco gera uma variedade de produtos jornalísticos que vão desde aqueles que propõem uma ação mais militante e organizada (como veículos de partidos e de alguns movimentos sociais, a exemplo do jornal do MST); passam pelos canais ligados aos movimentos de ativismo em comunicação (que mesclam jornalismo, ciberativismo e hacktivismo), até aqueles veículos que não atuam em relação direta com a ação político-militante, mas buscam se diferenciar dos veículos tradicionais por mais rigor metodológico na produção jornalística e independência editorial de grandes grupos econômicos e políticos.

No Brasil, a crescente desvalorização do trabalho para profissionais do jornalismo é outro aspecto que impulsiona a criação de alternativas. A multifuncionalidade, os vínculos precários e as demissões frequentes são fatores que obrigam os jornalistas a buscarem novos caminhos para continuarem na profissão. Soma-se ao contexto a concentração da mídia, que atinge o patamar de oligopólio, comprometendo a pluralidade do pensamento, necessária para as sociedades democráticas.

Essas iniciativas são desenvolvidas por coletivos de jornalistas e comunicadores que buscam atuar livremente no jornalismo, em proximidade com movimentos sociais ou causas mobilizadoras, exercendo um nível de ativismo. Nesse sentido, é preciso observar se as relações de trabalho também não são precarizadas em detrimento do compromisso militante. Em geral, esses veículos sobrevivem com poucos recursos e graças ao trabalho profissional voluntário.

Os jornalistas de meios de comunicação ligados às perspectivas dos movimentos sociais não trabalham para a indústria, mas também se submetem a ritmos e rotinas da produção industrial. Colocar-se contra o sistema não torna o jornalista imune às limitações impostas pelo pensamento hegemônico ou mesmo à repetição de suas práticas. Há dificuldade de estabelecer reflexões críticas que proporcionem discursos para além da crítica ao jornalismo tradicional, produzindo conhecimento crítico e referenciado (VAZ, 2013, p. 192).

Os jornalistas que passaram pelo curso superior sofreram a influência da concepção convencional de jornalismo e das contradições entre mercado e academia. Embora estejam em tensão permanente, são produto do sistema hegemônico, com seus interesses e valores dominantes. Essas observações geram reflexos sobre a identidade do jornalista atuante em experiências jornalísticas alternativas. Fígaro, Nonato e Kinoshita (2017) atentam para a difícil definição de uma identidade dos jornalistas que atuam sob esses novos arranjos e suas rotinas produtivas.

Ao jornalista que atua na luta contra-hegemônica, de algum modo, é solicitada uma condição de ativismo. Existe um amálgama entre identidade profissional e militante que, embora o discurso tradicional do jornalismo trate como contraditória, revela um profissional que busca coerência entre o pensar e o agir, que procura uma práxis jornalística. No pensamento de Gramsci, não existe contradição entre o trabalho prático e a função intelectual na sociedade. Também não há a ideia de que o intelectual congregue alguma superioridade de conhecimento. Os intelectuais são fruto das relações sociais e sua função na sociedade pode servir tanto para a conservação ou para a mudança. O papel dos “novos intelectuais” gramscianos está em promover as ideias de mudanças nas estruturas sociais.

O novo intelectual de Gramsci é aquele que vive ativamente o cotidiano e atua como um “organizador persuasivo”, das demandas populares, superando a identidade de especialista para assumir o papel de mobilizador. Buscando um paralelo com o jornalista contra-hegemônico, que atua como profissional/ativista, o jornalista é o intelectual que se prepara para exercer o jornalismo na complexidade do fazer e do pensar, da técnica e do horizonte político, a partir de uma práxis jornalística consciente.

O jornalista é um intelectual na medida em que assume, em suas funções, a capacidade mobilizadora que lhe é inerente. No atual quadro, pode cumprir a função de estimular transformações estruturais e reformas no campo das ideias e da cultura, conforme pensou Gramsci. Nos veículos tradicionais, a leitura gramsciana sobre os intelectuais também é convincente. Nesse sentido, intelectuais orgânicos, alinhados com os interesses da classe hegemônica, operam a partir de uma práxis condizente com a sua ideologia, dividindo o espaço com profissionais precarizados que atuam em defesa da hegemonia de forma passiva e consensualizada.

É possível perceber ainda a atuação de jornalistas na função de intelectuais tradicionais. Para Gramsci, são aqueles que defendem princípios ético-morais de um sistema já superado, mas que são incorporados pela formação socioeconômica e política vigente. No Brasil, esses intelectuais tradicionais que atuam na imprensa disseminam visões de mundo atrasadas, articulando uma onda de desprezo pelo conhecimento científico e pelos direitos humanos. Seja para a manutenção da hegemonia ou como tática de um bloco de forças contra-hegemônico, o jornalista na função de intelectual pode também cumprir o papel de orientar as massas e propagar a vontade coletiva.

Se a perspectiva é buscar horizontes de uma práxis contra-hegemônica no jornalismo, não é possível escapar da compreensão crítica sobre este fazer, o que inclui consciência dos interesses dominantes e das coletividades. Como ação política, na visão gramsciana, o jornalismo deve perseguir uma integralidade, não minimizando a relação com o cotidiano e com a informação, mas alocando a experiência cotidiana na totalidade histórica como forma de superar o senso comum e elevar a consciência das classes subalternas.

Esse esforço é, de algum modo, vislumbrado pela práxis jornalística das experiências que estão inclusas neste universo contra-hegemônico. Ao rechaçar as práticas do jornalismo convencional, constituem-se a partir de linhas editoriais com posicionamentos anti-hegemônicos; diversificam as fontes acionadas para construir o produto jornalístico e colocam em diálogo uma variedade de pensamentos e contraditórios, em que as diferenças não se reduzem a consensos criados pela lógica hegemônica.

As pautas buscam criar novas agendas de debates públicos; atuam em uma forma de trabalho horizontal, com modelos colaborativos e com autorias coletivas.

As relações mais próximas às causas políticas e aos movimentos sociais ampliam a perspectiva do jornalista que atua nas ruas e em diálogo com uma variedade de atores sociais, para além daqueles que ditam as regras e articulam as redes de poder do Estado. A relação com a população e suas demandas faz desse jornalista um observador participante dos fatos e dos acontecimentos.

As experiências jornalísticas alternativas adotam pensamentos heterogêneos. Em alguns casos, são mais próximas das lutas estruturais; em outros, atuam em defesa das causas identitárias e culturais. Movem-se de forma a modificar o cenário de oligopólios de comunicação, embora ainda não tenham ultrapassado um raio de público que dialogue mais diretamente com a população. Embora ainda influenciadas pelas lógicas hegemônicas, presentes no modo de apreender o jornalismo, seja no meio acadêmico ou no cotidiano laboral, buscam na própria contradição criar suas próprias formas de produção e circulação. Também se encorajam a enfrentar governos, instituições de poder e grandes grupos econômicos. Paralelamente, visibilizam outras formas de viver e pensar, contam a história daqueles que a grande imprensa ignora, estigmatiza e criminaliza. Buscam ouvir as vozes excluídas dos debates de temas latentes de nosso tempo. A diversidade nas perspectivas dessas mídias e de seus coletivos, seus modos de pensar a existência humana, refletem no jornalismo que defendem.

*A priori*, no atual estágio da luta por uma transformação social mais profunda, o conhecimento jornalístico produzido por essas experiências pode ajudar a conter a escalada de retrocessos. A seu modo, esses veículos podem participar da mobilização social em torno de valores inclusivos, questionar os falsos entendimentos, convencionados a partir da ideia de neutralidade e denunciar governos e instituições que atacam os direitos sociais e a precária liberdade democrática conquistada.

Uma práxis contra-hegemônica no jornalismo é aquela em que o conhecimento é produzido a partir do irrepetível e da experiência cotidiana, material e objetiva, no movimento contínuo da história. Busca a integralidade como antídoto para a fragmentação e o individualismo do pensar. Na unidade entre teoria e prática, objetividade e subjetividade, em contato constante com o outro, o jornalismo pode romper sua relação de ancestralidade com o capital e articular novas fronteiras para si, por meio da relação estreita com os conhecimentos produzidos pela arte e pela



ciência, mas em consonância com a cultura, com a realidade cotidiana do povo, fortalecendo a superação do senso comum, como visão hegemônica de mundo, e contribuindo para a construção de caminhos de emancipação política, liberdade e justiça social.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A própria concepção do mundo responde a determinados problemas colocados pela realidade, que são bem determinados e 'originais' em sua atualidade. Como é possível pensar o presente, e um presente bem determinado, com um pensamento elaborado em face de problemas de um passado frequentemente bastante remoto e superado? Se isto ocorre, significa que somos "anacrônicos" em face da época em que vivemos, que somos fósseis e não seres que vivem de modo moderno (GRAMSCI, 2014, p. 95).*

Trabalhar com um conceito como o de hegemonia, na perspectiva gramsciana, provocou uma preocupação com a leitura entre o presente e o passado, entre a realidade atual e aquela que permitiu a Gramsci, nos limites do cárcere, pensar a realidade objetiva e formas de interpretá-la, com a intenção de agir ativamente para a sua profunda transformação.

Dessa primeira mirada para o conceito de hegemonia, pode-se estruturar outras pesquisas que aprofundem a relação do conceito com o jornalismo na atualidade, propondo novas demarcações para o jornalismo como forma de produção do conhecimento e práxis de resistência ao sistema hegemônico. Outras possibilidades teóricas também poderiam ter sido acionadas, como o paradigma teórico de Laclau e Mouffe, que pode nortear leituras bastante congruentes na intersecção teórica entre hegemonia, resistência, jornalismo e conhecimento.

Tendo como ponto de chegada a práxis contra-hegemônica no jornalismo, a síntese mais relevante da relação hegemonia, conhecimento e jornalismo que se apresentou neste estudo foi a capacidade de transformação da realidade por meio de uma práxis. Por isso, a relação com o presente, com a realidade objetiva e com a análise conjuntural foi uma preocupação desta pesquisa.

Na base filosófica de Marx e Engels, o conhecimento se constitui a partir da análise concreta da realidade, em relação dialética com a perspectiva histórica. Para Marx, o papel da filosofia não deveria se limitar a interpretar o mundo, mas transformá-lo, mediante uma práxis crítica da própria classe subalterna, buscando a superação do senso comum e elevando as massas a um nível de consciência sobre a relação contraditória entre o discurso dominante e sua própria condição de vida. Uma filosofia que refaça o senso comum precisa superar as filosofias individuais e construir suas bases em contato com a cultura subalterna.

Se, para Marx, o conhecimento é resultado de uma ação prática imbuída de senso crítico, o jornalismo como uma forma social de produção do conhecimento pode ser pensado a partir da lógica dos grupos que não cedem à perspectiva dominante. Torna-se um instrumento de contestação da ideologia hegemônica e de disseminação de outras formas de viver e pensar. Nesse sentido, a disputa de hegemonia é travada por experiências contra-hegemônicas no jornalismo, a partir da relação estabelecida com causas sociais, quando busca ouvir vozes dissonantes, comumente descartadas pelo jornalismo do campo hegemônico.

No pensamento de Genro Filho (2012), o conhecimento jornalístico se constitui, a partir do singular, para encontrar as dimensões particulares e universais que sustentam o fato ou o acontecimento. Na leitura gramsciana, também se busca uma integralidade no discurso jornalístico. Cabe explorar com mais atenção os nexos entre a proposta de jornalismo integral de Gramsci e a teoria marxista do jornalismo de Genro Filho: a relação entre as ideias de objetividade e subjetividade presentes nas duas perspectivas, e a relação entre o irrepitível, o particular e o universal, da obra de Genro Filho, em diálogo com a transversalidade presente entre o cotidiano e o simples, com a percepção de integralidade do jornalismo ideal de Gramsci. Os dois referenciais também podem ser explorados em estudos que tenham como objeto a práxis jornalística. Em ambos os casos, o conceito de práxis, em Marx, se coloca como pedra angular do arcabouço teórico.

A opção pelo horizonte teórico gramsciano considerou a sua incidência sobre o pensamento e o fazer de modelos anti-hegemônicos no jornalismo. Para além dessa expectativa, o percurso teórico a respeito da noção de hegemonia possibilitou reflexões sobre as relações de poder, em perspectiva histórica, e dos arranjos das forças sociais em disputa na sociedade.

Do ponto de vista das experiências que compõem o conjunto contra-hegemônico no cenário comunicacional brasileiro, compreende-se como central a questão da proeminência do veículo ou plataforma e dos coletivos que a sustentam. Por isso, esta pesquisa não considerou como ação contra-hegemônica as iniciativas individuais de jornalistas de veículos do *mainstream*. É possível ao jornalista furar o bloqueio ideológico e encontrar brechas para uma narrativa anti-hegemônica nos veículos tradicionalmente alinhados com a classe dominante?

Acredita-se que usufruir da capacidade técnica e de circulação do veículo para disseminar um pensamento dissonante, de alguma forma, é uma ação contestatória. No entanto, é fragmentada e não modifica as relações mais profundas que o jornalismo exerce na construção da opinião pública. O desvelamento da ideologia dominante é circunstancial, não corroborando uma construção mais integral do entendimento público.

Outro ponto que pode ser pensado com mais profundidade é a relação entre movimentos sociais, causas políticas e jornalismo. Parece razoável admitir que a identidade do jornalista se modifica quando as fronteiras entre o ativista e o profissional se cruzam, suscitando algumas dúvidas: ativismo e profissionalismo são identidades excludentes no jornalismo? Que novas práticas surgem e quais se mantêm quando essas identidades se conectam? Quais práxis jornalísticas podem ser identificadas nessa relação?

Há muitas formas de aprofundar esse debate. Uma delas é o questionamento sobre a própria ideia de práxis contra-hegemônica no jornalismo, discutida ao longo deste trabalho. Considerando a atividade jornalística como práxis, ou seja, um amálgama entre teoria e prática que gera uma ação consciente e crítica, o jornalismo como forma de produção de conhecimento se configuraria como um instrumento de resistência à hegemonia de uma elite e de defesa daqueles que não estão em relação de equilíbrio com quem comanda o poder hegemônico. Nessa lógica, a essência do jornalismo é revolucionária.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PÚBLICA. **O mapa do jornalismo independente**. Disponível em <http://twixar.me/VDnT>. Acesso em: 03 fev. 2018.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, v. 1, n. 80, p. 71-96, 2010. Disponível em: <http://twixar.me/7DnT>. Acesso em: 12 set. 2019.

ANDERSON, Perry. **As antinomias de Gramsci**. São Paulo: Jorujê, 1986.

ASSANGE, Julian. **Quando o Google encontrou o Wikileaks**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ASSIS, Evandro de. *et al.* Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate sobre a mídia independente contemporânea. **Revista Pauta Geral: estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 3-20, jun. 2017.

ATLAS DA NOTÍCIA. **Desertos e quase desertos de notícias**: uma ocorrência nacional. 2018. Disponível em: <http://twixar.me/NDnT>. Acesso em: 27 out. 2019.

BAFFI, Maria Adelia T. **Modalidades de pesquisa**: um estudo introdutório. Online. Disponível em: <http://twixar.me/IWmT>. Acesso em: 05 mar. 2019.

BARBOSA, Alexandre. O jornalismo e a construção da contra-hegemonia: análise da revista do MST a partir dos conceitos gramscianos de jornalismo. **Alaic**: revista latinoamericana de ciencia de la comunicacion, Butantã, SP, v. 9, n. 17, p. 236-245, dez. 2012. Semestral. Disponível em: <http://twixar.me/MDnT>. Acesso em: 15 set. 2019.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

BIANCHI, Alvaro. O léxico de Gramsci: filosofia da práxis, estado e sociedade civil, sociedade regulada. **Revista movimento**, São Paulo, 28 nov. 2017. Disponível em: <http://twixar.me/QDnT>. Acesso em: 11 set. 2019.

BIANCHI, Felipe; BORGES, Altamiro. **Blogueiros uni-vos (mas nem tanto)**. São Paulo: Barão de Itararé, 2014.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BURITY, Joanildo A.. **Desconstrução, hegemonia e democracia**: o pós-marxismo de Ernesto Laclau. [S.l.]: INSPO; FUNDAJ, 1997. Disponível em: <http://twixar.me/xDnT>. Acesso em: 12 set. 2019.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTILHO, Carlos. O jornalismo é uma forma de ativismo? **Medium**, 07 abr. 2018. Disponível em: <http://twixar.me/6DnT>. Acesso em: 09 nov. 2019.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis, SC: Insular, 2016.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Concentração de mídia, padronização jornalística e qualidade do noticiário: o caso de Santa Catarina. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 6., 2008, São Bernardo do Campo, SP. **Anais [...]**. São Bernardo do Campo, SP: UMESP; SBPJOR, 2008a.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008b.

COSPITO, Giuseppe. **El ritmo del pensamiento de Gramsci**: una lectura diacrónica de los Cuadernos de la Cárcel. Buenos Aires: Continente, 2016.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci**. São Paulo: Boitempo, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. Introdução. *In*: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 7-45. v. 1.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista sociologia política**, Curitiba, v. 1, n. 29, p. 63-78, nov./2007. Disponível em: <http://bit.ly/2pZbk6r>. Acesso em: 30 ago. 2019.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a reforma intelectual e moral. **Novos rumos**, Marília, v. 55, n. 2, p. 1-18, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/33A7vTQ>. Acesso em: 20 set. 2019.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Vitória, 04 ago. 2007. Disponível em: <http://twixar.me/2DnT>. acesso em: 09 nov. 2019.

FÍGARO, Roseli (org.). **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: ECA/USP, 2018.

FÍGARO, Roseli. NONATO, Claudia. KINOSHITA, Jamir. Jornalistas em arranjos econômicos independentes de corporações de mídia: métodos e análises iniciais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40, Curitiba, 2017. **Anais [...]**. São Paulo: INTERCOM, 2017. Disponível em: <http://twixar.me/wWmT>. Acesso em: 08 jul. 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA CONTEMPORÂNEA DO Brasil (FGV/CPDOC). **A Era Vargas**: dos anos

20 a 1945. Rio de Janeiro, online. Disponível em: <http://twixar.me/HDnT>. Acesso em: 30 out. 2019.

GALASTRI, Leandro de Oliveira. A construção do bloco histórico: via jacobina e o “debate” com Georges Sorel nos Cadernos do Cárcere. **Lutas sociais**, São Paulo, v. 2, n. 23, p. 80-90, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://bit.ly/2X5c5XR>. Acesso em: 08 set. 2019.

GALASTRI, Leandro de Oliveira. Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política. **Crítica Marxista**, n.39, p.35-55, 2014. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo2015\\_11\\_09\\_16\\_27\\_2082.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2015_11_09_16_27_2082.pdf). Acesso em: 08 set. 2019.

GALASTRI, Leandro de Oliveira. Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política. **Crítica marxista**, Campinas, SP, v. 1, n. 39, p. 35-55, set. 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/33AUDgu>>. Acesso em: 08 ago. 2019.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GIANNOTTI, Claudia S. **Experiências em comunicação popular no Rio de Janeiro ontem e hoje**: uma história de resistência nas favelas cariocas. Rio de Janeiro: NPC/Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

GIANNOTTI, Vitor. **Comunicação dos trabalhadores e hegemonia**. São Paulo: Perseu Abramo, 2014.

GINDRE, Gustavo. A disputa pelo controle da Internet no Brasil. **Observatório Latinoamericano de Regulación, Medios y Convergencia**, maio 2014. Disponível em: <http://bit.ly/32wzK4w>. Acesso em: 06 jul. 2018.

GRAMSCI, Antonio. **A concepção dialética da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUERRATANA, Valentino. Gramsci: uma introdução. **Enciclopédia italizana: Gramsci e o Brasil**. Roma, 1992. Disponível em: <http://bit.ly/2O9CoZ5>. Acesso em: 10 ago. 2019.

GUIMARÃES, Cátia Corrêa. Comunicação alternativa a quê? notas sobre contra-hegemonia no campo da comunicação. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO*, 26., 2017, São Paulo, SP. **Anais [...]** São Paulo, SP: Faculdade Cásper Líbero, 2017.

GUIMARÃES, Cátia Corrêa. Jornalismo e contra-hegemonia. *In: CONGRESSO DA ALAIC*, 12., 2014, Lima, Perú. **Anais [...]**. Lima, Perú: ALAIC; Pontifícia Universidade Católica do Perú, 2014. Disponível em: <http://bit.ly/32vMV5N>. Acesso em: 29 out. 2019.

GUIMARÃES, Cátia Corrêa. **Jornalismo e luta de classes**: desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia. 2015. 331 f. Tese (Doutorado em Serviço social) - Curso de Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2WZX8Gt>. Acesso em: 27 set. 2019.

HAUBRICH, Alexandre. **Mídias Alternativas**: a palavra da rebeldia. Florianópolis: Insular, 2017.

HOEWELL, Gabriel Rizzo. **A configuração da informação jornalística no contexto da convergência**: uma análise do Nexø. 2018. 188 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

HOHLFELDT, Antonio; VALLES, Rafael Rosinato. **Conceito e história do jornalismo brasileiro na "Revista de Comunicação"**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. v. 2. Disponível em: <http://bit.ly/34OxdUK>. Acesso em: 04 out. 2019.

IANNI, Octávio. O príncipe eletrônico. **Perspectivas**, São Paulo, v. 1, n. 22, p. 11-29, 1999. Disponível em: <http://bit.ly/33zZy0S>. Acesso em: 27 out. 2019.

INTERVOZES. Agências regulamentam nova lei de TV por assinatura. Observatório do direito à comunicação, São Paulo, 30 jan. 2012. Disponível em: <http://twixar.me/9WmT>. Acesso em: 05 nov. 2019.

INTERVOZES. **Nota pública da Coalizão Direitos na Rede sobre a decisão da FCC acerca da neutralidade de rede**. São Paulo, 18 dez. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/36PZBI3>. Acesso em: 05 nov. 2019.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2013.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Página aberta, 1991.



LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001b.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2001a.

LEAL, Laurindo. **A concentração da mídia intrínseca ao capitalismo e às formas de enfrentá-la**. Carta Maior, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2Q9RoZc>. Acesso em: 27 out. 2019.

LEAL, Laurindo. **A mídia esconde sua posição política**. Entrevista a Ana Cláudia Barros. Portal Terra, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/36S3Wuc>. Acesso em: 27 out. 2019.

LEAL, Laurindo. **O partido único da mídia**. Carta Maior, 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2NRRceA>. Acesso em: 28 out. 2019.

LEMOS, André. Os sentidos da tecnologia: cibercultura e ciberdemocracia. *In*: LEMOS, André; LÉVY, Pierry. **O futuro da internet**: em direção a um ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010. p. 21-31.

LEMOS, André; LÉVY, Pierry. **O futuro da internet**: em direção a um ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LENIN, Vladimir Ulianov. **Duas táticas da social democracia na revolução democrática**. São Paulo: Livramento, 1975.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário gramsciano 1926-1937**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, Samuel. Jornalismo e democracia: construção e desconstrução. **Observatório da ética jornalística**. Florianópolis, 08 out. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2pLGTRn>. Acesso em: 28 out. 2019.

LIMA, Samuel; MICK, Jacques. **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

LIMA, Venício A. de. A mídia como partido político. **Observatório da Imprensa**. [s.l.], 14 out. 2009. Disponível em: <http://bit.ly/2O9DjbZ>. Acesso em: 28 out. 2019.

LIMA, Venício A. de. **Liberdade de expressão x liberdade de imprensa**: direito à comunicação e democracia. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

LIMA, Venício A. de. **Regulação das comunicações**: história, poder e direito. São Paulo: Paulus, 2011.

LOPES, Dirceu Fernandes. Resgate histórico do jornalismo brasileiro: parte 1: dos primórdios até a Proclamação da República. **Memória da Imprensa**. Online. Disponível em: <http://bit.ly/2qFuxtS>. Acesso em: 29. set. 2019.

MACHADO, Elias. O pioneirismo de Robert Park na pesquisa em Jornalismo. **Estudos em jornalismo e mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 23-34, jun. 2005. Disponível em: <http://bit.ly/2ru9uuU>. Acesso em: 28 set. 2019.

MALERBA, João Paulo. Catarse e contra-hegemonia: contribuições teóricas gramscianas para a Comunicação Comunitária. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36., 2013, Manaus. **Anais [...]** São Paulo: Intercom, 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2WYdlXg>. Acesso em: 01 nov. 2019.

MALINA, André. **Gramsci e a questão dos intelectuais**. Campo Grande: UFMS, 2016.

MARTINS, Marcos Francisco. **Marx, Gramsci e o conhecimento: ruptura ou continuidade?**. Campinas: Autores Associados, 2008.

MARX, Karl. Prefácio à contribuição à crítica da economia política. 1859. Disponível em: <<http://bit.ly/2qCO5PF>>. Acesso em: 09 ago. 2019.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. 1845. Disponível em: <http://bit.ly/2pNTAex>. Acesso em: 30 set. 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDIA OWNERSHIP MONITOR (MOM/BRASIL). **Quem controla a mídia no Brasil**. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2rurzJj>. Acesso em: 25 out. 2019.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo como forma de conhecimento. **Revista brasileira de ciências da comunicação**, São Paulo, v. 1, n. 21, p. 25-38, 1998. Disponível em: <http://bit.ly/2CuEuNv>. Acesso em: 15 set. 2019.

MELO, José Marques de. Introdução à obra de Luiz Beltrão. *In*: BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

MELO, José Marques de. Os primórdios do jornalismo. **Estudos em jornalismo e mídia**, Florianópolis, SC, v. 1, n. 2, p. 73-83, dez. 2004. Disponível em: <http://bit.ly/34JqHPe>. Acesso em: 04 out. 2019.

MICK, Jacques; ESTAYNO, Sabina. Jornalistas na crise: as carreiras interrompidas na mídia e a estrutura dual da profissão (2012-2017). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 16., 2018, São Paulo. **Anais [...]**. [S. l.]: Sbpjor, 2008. Disponível em: <http://bit.ly/32wyLS1>. Acesso em: 08 nov. 2019.

MICK, Jacques; TAVARES, Luisa. A crise de governança do jornalismo contemporâneo. *In: ENCONTRO REGIONAL DE JORNALISMO ONLINE*, 3., 2015, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: Unisinos, 2015.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, SP, v. 25, n. 73, p. 59-76, jun. 2010. Disponível em: <http://bit.ly/33Cycr6>. Acesso em: 28 out. 2019.

MORAES, Dênis de. **A batalha da mídia**: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas: 2009.

MORAES, Dênis de. Antonio Gramsci y el periodismo. **Pueblos**: información y debate, Bilbao, 23 jun. 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2KIG0WP>. Acesso em: 10 ago. 2019.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan./jun. 2010.

MORAES, Dênis de. **O ativismo digital**. 2001. Disponível em: <http://twixar.me/JWmT>. Acesso em: 26 out. 2019.

MORAES, Dênis de. **O concreto e o virtual**: mídia, cultura e tecnologia. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MORAES, Dênis de. **Poder midiático e disputas ideológicas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

MORAES, Dênis de. Por que a concentração monopólica da mídia é a negação do pluralismo. **Blog da Boitempo**. 17 jul. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2NxpULD>. Acesso em: 26 out. 2019.

MORAES, Dênis de. Seis cuestiones para entender la hegemonía mediática. **Revista América Latina em movimento**. [S.l.], 28 jan. 2015. Disponível em: <http://www.alainet.org/es/active/80425#comment0>. Acesso em: 12 jan. 2019.

MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólio à democratização da informação. Rio de Janeiro: FAPERJ/Boitempo Editorial, 2013.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. Contra o capital, em nome da humanidade: o sentido ético e político da luta pelo direito à informação. **International review of information ethics**, v. 26, n. 1, p. 104-111, dez. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/32renle>. Acesso em: 03 out. 2019.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. **Jornalismo em “tempo real”**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

NUNES, Márcia Vidal; OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias de. Curso de graduação em Jornalismo da Terra: construindo uma outra comunicação pela vivência de uma cidadania insurgente. **Revista brasileira de ciências da comunicação (RBCC)**: Intercom, São Paulo, v. 39, n. 3, p.19-36, dez. 2016. Disponível em: <http://twixar.me/zWmT>. Acesso em: 11 nov. 2019.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. 200 anos de imprensa no Brasil. **TV BRASIL**, 2008. Disponível em: <http://bit.ly/2p419NH>. Acesso em: 28 set. 2019.

OLIVEIRA, Dennis de. Jornalismo alternativo, o utopismo iconoclasta. *In*: VII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2009, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2009.

PAIVA, Raquel. Mídia e política de minorias. *In*: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. **Comunicação e cultura das minorias**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2009. p. 11-14.

PARENTE, Renata Escarião. Do midialivrisimo de massa ao midialivrisimo ciberativista: uma reflexão sobre as perspectivas de comunicação alternativa no Brasil. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 23., 2014, Belém. **Anais** [...]. [S.l.]: Compós, 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2Nz5ulk>. Acesso em: 31 out. 2019.

PEREIRA, Fábio Henrique. De Gramsci a Ianni: condições histórico-estruturais para a emergência do “intelectual jornalista”. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM JORNALISMO (SPBJOR), 2., 2004, Salvador, BA. **Anais** [...]. Salvador, BA: SPBJOR 2004. p. 1-8. Disponível em: <http://bit.ly/2NXIWJT>. Acesso em: 19 set. 2019.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Revista galáxia**, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

PONTES, Felipe. Teoria e História do Jornalismo: confluências e divergências das teorias do jornalismo e da história. **Interin**, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 1-13, dez. 2010. Disponível em: <http://bit.ly/2NUAECJ>. Acesso em: 23 set. 2019.

PRADO, Magaly. **Ciberativismo e noticiário**: da mídia torpedista às redes sociais. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

PRUDÊNCIO, Kelly Cristina de Souza. **Mídia ativista**: a comunicação dos movimentos por justiça global na internet. 2006. 193 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://bit.ly/2pWOegV>. Acesso em: 08 nov. 2019.

RAMONET, Ignacio. A explosão do jornalismo na era digital. *In*: MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólio à democratização da informação**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Boitempo Editorial, 2013. p. 85-102.

RAMONET, Ignacio. **Geopolítica do caos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROVAI, Renato. **Um novo ecossistema midiático: a história do jornalismo digital no Brasil**. Buenos Aires: Clacso, 2018.

RÜDIGER, Francisco. **Comunicação e teoria crítica da sociedade: Adorno e a Escola de Frankfurt**. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

RÜDIGER, Francisco. **Origens do pensamento acadêmico em jornalismo: Alemanha, União Soviética e Japão**. Florianópolis: Insular, 2017.

SANTIAGO, Claudia. **Comunicação sindical: falando para milhões**. São Paulo: Vozes, 1997.

SEMBRAMEDIA. **Ponto de inflexão: impacto, ameaças e sustentabilidade: um estudo dos empreendedores digitais latino-americanos**. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2KX4eI6>. Acesso em: 05 jun. 2018.

SEMERARO, Giovanni. Anotações para uma teoria do conhecimento em Gramsci. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 95-104, Apr. 2001. Disponível em: <http://twixar.me/XWmT>. Acesso em: 18 nov. 2019.

SEMERARO, Giovanni. Da sociedade de massa à sociedade civil: a concepção da subjetividade em Gramsci. **Educação & sociedade**, Campinas, SP, v. 1, n. 66, p. 65-83, abr. 1999. Disponível em: <http://bit.ly/33A51F3>. Acesso em: 10 set. 2019.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. 3. ed. Aparecida: Ideias e Letras, 2015.

SERRANO, Pascual. Outro jornalismo possível na internet. *In*: MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascual. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólio à democratização da informação**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Boitempo Editorial, 2013. p. 145-182.

SILVA, Sabrina Aparecida da. O conceito de ideologia: Tracy, Marx, Engels e Gramsci. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1., 2015, Florianópolis, SC. **Anais [...]**. Florianópolis, SC: Ufsc, 2015. p. 1 - 6. Disponível em: <http://twixar.me/tWmT>. Acesso em: 27 out. 2015.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no serviço social**. Florianópolis: Cortez/UFSC, 1995.

SIMÕES, Paula Guimarães. Algumas contribuições de Robert E. Park para o campo da comunicação. *In*: MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. **Teorias da comunicação: processos, desafios e limites**. São Paulo: Plêiade, 2015. p. 47-61. Disponível em: <http://bit.ly/2CtdfTJ>. Acesso em: 05 out. 2019.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. *In*: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. **Comunicação e cultura das minorias**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2009. p. 11-14.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no ocidente. **Biblioteca online de ciências da comunicação**, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2008. Disponível em: <http://bit.ly/2pNSEH1>. Acesso em: 28 set. 2019.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STACONNE, Giuseppe. **Gramsci: bloco histórico e hegemonia**. São Paulo: Centro Pastoral Vergueiro, 1987.

TAVARES, Elaine. **Jornalismo nas margens: uma reflexão sobre comunicação em comunidades empobrecidas**. Florianópolis: Companhia dos Loucos, 2004. Disponível em: <http://bit.ly/2qIM3gP>. Acesso em: 06 nov. 2019.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

VACCA, Giuseppe. **Modernidades alternativas: o século XX de Antonio Gramsci**. Brasília: Contraponto, 2016.

VACCA, Giuseppe. **Vida e pensamento de Antonio Gramsci 1926-1937**. Brasília: Contraponto, 2012.

VAZ, Ana Lucia. **Jornalismo na correnteza: senso comum e autonomia na prática jornalística**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2013.

VOLT DATA LAB. **A conta dos passaralhos: um panorama sobre demissões de jornalistas nas redações do Brasil desde 2012**. 07 ago. 2018. Disponível em: <http://twixar.me/8WmT>. Acesso em: 25 out. 2019.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo y literatura**. Barcelona: Ediciones Península, 1980.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ZILLE, Urbano. **Teoria do conhecimento e teoria da ciência**. São Paulo: Paulus, 2005.